

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

DANIELA OLIVEIRA

MERCADOS E REPRODUÇÃO SOCIAL
**Um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas
de Ipê - RS**

PORTO ALEGRE
2007

DANIELA OLIVEIRA

MERCADOS E REPRODUÇÃO SOCIAL
Um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas
de Ipê - RS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

PORTO ALEGRE
2007

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

O48m

Oliveira, Daniela

Mercados e reprodução social : um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê-RS / Daniela Oliveira.
– Porto Alegre, 2007.

211 f. : il.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

1. Agricultura familiar : Produção. 2. Agricultura familiar : Mercado. 3. Agricultura ecológica : Ipê (RS). 4. Desenvolvimento rural : Rio Grande do Sul. I. Silva, Marcelo Kunrath. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 316.334
631.15

DANIELA OLIVEIRA

MERCADOS E REPRODUÇÃO SOCIAL
**Um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas
de Ipê - RS**

	Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.
--	---

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de agosto de 2006.

Prof. Dr. Sérgio Schneider
UFRGS

Prof. Dr. Jalcione Almeida
UFRGS

Dr. Luis Carlos Mior
EPAGRI/SC

Dr. Claudia Job Schmitt
Articulação Nacional da Agroecologia

Dedico este trabalho ao meu marido César e
a meu filho Marcelo, queridos companheiros desta e de outras caminhadas.

AGRADECIMENTOS

Não final desta jornada reconheço que cheguei até aqui não só devido ao meu esforço e ao esforço da minha família, mas também por que pude contar com o apoio direto e indireto de uma série de pessoas e instituições. Entre as pessoas mais importantes cito minhas amigas Rosane Rubert, Cláudia Schmitt e Fabiana Fidelis, que me auxiliaram desde o momento que resolvi realizar este curso de mestrado.

Sou grata a equipe do Centro Ecológico pela estrutura que disponibilizaram (computadores, impressoras, etc.). Agradeço aos agricultores pela paciência em me receber e por dedicarem tantas horas a responder perguntas.

Agradeço a todos do PGDR/UFRGS em especial a Eliane e a Lisiane, pela disposição em nos auxiliar e pela eficiência dos seus trabalhos. Aos professores quero manifestar minha admiração e agradecimento pelo conhecimento que recebi. Agradeço em especial ao professor Sérgio Schneider. Certamente seu entusiasmo e dedicação me inspiram.

Sou grata ao professor Marcelo Kunrath, orientador deste trabalho, pelo auxílio, prontidão e pela confiança no meu trabalho.

E agradeço a todos os amigos que de uma forma ou outra estão presentes na minha vida e vêm me auxiliando a crescer e a entender o mundo de uma forma melhor.

RESUMO

A crescente mercantilização da produção agrícola e do mundo rural, provocada pela modernização da agricultura, aliada ao processo de abertura econômica e de desregulamentação dos mercados que ocorre nos países da América Latina a partir dos anos 90, vem submetendo as formas familiares de produção a uma situação de crise econômica que promove, entre outros, a redução das possibilidades de reprodução das famílias de agricultores. Nesse contexto, a continuidade das formas familiares de produção no meio rural está condicionada a mudanças nas estratégias de alocação do trabalho e dos recursos no interior das unidades de produção e das famílias. Entre as mudanças citamos: (a) a desmercantilização da produção agrícola (afastamento sistemático, estratégico e gradual dos mercados de insumos); (b) a vinculação estrategicamente organizada aos mercados de produtos; e (c) a diversificação das fontes de renda e das formas de inserção profissional das famílias. A partir desses referenciais sobre a crise de reprodução social da agricultura familiar e sobre as alternativas necessárias à continuidade dessa forma social, este trabalho tem como objetivo central analisar se a proposta agroecológica no município de Ipê/RS apresenta-se como uma alternativa concreta, ampliando/modificando/viabilizando as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares ecologistas. A fim de destacar as transformações geradas nas estratégias de reprodução a partir do momento em que as famílias passam a praticar a agricultura ecológica, optamos pela utilização de uma comparação entre famílias de agricultores ecologistas e famílias de agricultores não ecologistas. Através dessa comparação foi possível analisar também a utilização das estratégias de adaptação por famílias de agricultores não inseridas na proposta agroecológica. Foi possível concluir que a mercantilização das estratégias produtivas e reprodutivas em Ipê não ocorreu de forma homogênea entre as unidades familiares, mas, ao contrário, gerou uma diversidade de formas de relacionamento entre a agricultura e os mercados agrícolas. Neste processo, tanto no âmbito dos ecologistas, como no âmbito dos não ecologistas, certas esferas da produção e da vida social são mantidas fora dos circuitos mercantis, permanecendo traços de camponês, ou de colono, no agricultor familiar, seja na esfera da produção, seja na da reprodução social. No entanto, apesar da existência de traços comuns entre ecologistas e não ecologistas, e da manutenção entre as famílias de ambos os grupos de um certo distanciamento dos mercados, é possível afirmar que a inserção na rede vem promovendo entre os ecologistas alterações nos processos de inserção e dependência dos mercados. Neste novo processo de inserção mercantil destacam-se as novas formas de vinculação com os mercados de produtos e com o mercado de trabalho, através da recorrência à pluriatividade. Apesar dos gastos com a produção (consumo intermediário) e das necessidades de aquisição de custeio de safras serem menores entre os ecologistas, não foi possível identificar um processo de desmercantilização da esfera da produção, conforme prevíamos, o que pode ser atestado pelo maior imobilização de capital nas atividades produtivas e pela maior inserção dos ecologistas no mercado financeiro, principalmente para a realização de investimentos. Se não podemos afirmar a categoria desmercantilização, a relação entre os indicadores mostra a geração de processos de menor dependência ou maior autonomia destas famílias em relação aos mercados, o que, de acordo com o referencial teórico utilizado, amplia as possibilidades de reprodução social, pelo menos a curto prazo, das famílias ecologistas estudadas.

Palavras-chave: agroecologia, agricultura familiar, desmercantilização.

ABSTRACT

The growing mercantilization of agricultural production and of the rural world, forced by the modernization of agriculture, in connection with the process of economic opening and deregulation of the markets that is taking place in the countries of Latin America since the 1990s, is subjecting family farming forms to a situation of economical crisis which causes, among other consequences, the reduction of the possibilities of reproduction of rural farmer families as such. In this context the continuation of family farming in the rural environment would be conditioned to changes in strategies of work and resources allocation within the farms and families. These changes contemplate not only the economic reproduction but also the appreciation of the rural world and of the small farmer job. Such changes will consist of, for example: (a) demercantilization of the agricultural production – strategic systematic gradual detachment from the input market; (b) strategically organized attachment to the product market; and (c) diversification of income generation forms and of professional qualification of families. Starting from these concepts regarding the crisis of social reproduction of family farming and focused on the alternatives for the continuation of this social form in view of this crisis, this work has as main objective to analyze if the agroecology proposal in the Municipality of Ipê, State of Rio Grande do Sul, Brazil, is a concrete alternative in terms of amplifying, modifying and making viable the social reproduction strategies of the ecological farmer families of this municipality. In order to highlight the changes generated by the reproduction strategies from the moment these families turned to ecological agriculture we chose to do a comparison between families of ecological farmers and families of conventional farmers. Through this comparison it was also possible to analyze the use of adaptation strategies among families that do not work with ecological agriculture. It was possible to end that the commoditisation of the productive and reproductive strategies in Ipê didn't happen in a homogeneous way among the family units, but, to the opposite, it generated a diversity in relationship ways between the agriculture and the agricultural markets. In this process, so much in the environmentalists' extent, as in the extent of the not environmentalist, right spheres of the production and of the social life they are maintained out of the mercantile circuits, staying farmer's lines, or of settler, in the family farmer, be in the sphere of the production, be in the one of the social reproduction. However, in spite of the existence of common lines among environmentalist and no environmentalist, and of the maintenance among the families of both groups of a certain estrangement of the market, it is possible to affirm that the insert in the net is promoting among the environmentalists alterations in the insert processes and dependence of the markets. In this new process of mercantile insert they stand out the new links forms with the markets of products and with the job market, through the appeal to the new activities. In spite of the expenses with the production (I consummate middleman) and of the needs of acquisition of costing of harvests they be smaller among the environmentalists, it was not possible to identify a process of commoditisation of the sphere of the production, as we foresaw, what can be attested by the largest capital immobilization in the productive activities and for the environmentalists' largest insert in the finance market, mainly for the accomplishment of investments. If we cannot affirm the category reduction of the commoditisation, the relationship among the indicators shows the generation of processes of smaller dependence or larger autonomy of these families in relation to the markets, which, in agreement with the theoretical references used, it enlarges the reproduction possibilities social, at least short term, of the studied environmentalist families.

Word-key: agroecology, family agriculture, commoditisation.

LISTA DE FIGURAS

MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPÊ-RS.....	72
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DISPONÍVEL ENTRE AS FAMÍLIAS ANALISADAS NA SAFRA 2004/05.....	140
--	------------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA ECOLÓGICA EM IPÊ E ANTÔNIO PRADO/RS, OUTUBRO DE 2006.....	100
QUADRO 02: ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS UTILIZADAS PARA ELEVAR A PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE DOS CULTIVOS E CRIAÇÕES ENTRE AS FAMÍLIAS ANALISADAS.....	142
QUADRO 03: ALTERAÇÕES OCORRIDAS NOS SISTEMAS DE CULTIVO E CRIAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS NO PERÍODO 1999-2000 A 2004-05.....	147
QUADRO 04: PRINCIPAIS MOTIVOS QUE LEVARAM AS FAMÍLIAS A EXERCER A PLURIATIVIDADE - IPÊ, 2004/05ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
QUADRO 05: EXERCÍCIO DA PLURIATIVIDADE ENTRE OS MEMBROS DAS FAMÍLIAS, FORMA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PELOS INDIVÍDUOS PLURIATIVOS E FREQUÊNCIA COM QUE OS INDIVÍDUOS PLURIATIVOS FORNECEM AJUDA NOS TRABALHOS DA PROPRIEDADE.....	157

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS ECOLOGISTAS E NÃO ECOLOGISTAS ANALISADAS	31
TABELA 02: PERFIL DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VACARIA (1991-2000)	74
TABELA 03: USO DOS FATORES DE PRODUÇÃO SELECIONADOS NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VACARIA - 1995/96	93
TABELA 04. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) AGROPECUÁRIA NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VACARIA – 1995/96	95
TABELA 06: ESTRATOS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO (CI) NAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS NA SAFRA 2004/2005	107
TABELA 07: COMPOSIÇÃO DO CONSUMO INTERMEDIÁRIO (%) NAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS NA SAFRA 2004/2005	108
TABELA 08: ESTRATOS DE SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ENTRE AS FAMÍLIAS ANALISADAS NA SAFRA 2004/2005	110
TABELA 09: ESTRATOS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO POR SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (CI/HA) NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA. SAFRA 2004/2005	110
TABELA 10: CAPITAL IMOBILIZADO NO PROCESSO PRODUTIVO DAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS EM 2004-05	112
TABELA 11: ESTRATOS DE CAPITAL TOTAL IMOBILIZADO NAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS EM 2004-05	113
TABELA 12: ESTRATOS (RS) DE CAPITAL IMOBILIZADO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS EM SAFRA 2004-05	113
TABELA 13: ESTRATOS (R\$) DE CAPITAL IMOBILIZADO EM INSTALAÇÕES PRODUTIVAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS EM 2004-05.....	114

TABELA 14: CAPITAL IMOBILIZADO EM INSTALAÇÕES PRODUTIVAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS EM 2004-05	115
TABELA 15: ESTRATOS (R\$) DE CAPITAL IMOBILIZADO EM ESTRUTURAS DESTINADAS À ATIVIDADE AGRÍCOLA EM 2004-05.....	116
TABELA 16: RELAÇÃO ENTRE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES EXISTENTES NAS UNIDADES PRODUTIVAS ADQUIRIDOS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS FINANCIADOS ATÉ 2004/05	118
TABELA 17: PROPORÇÃO (%) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS COM RECURSOS FINANCIADOS ATÉ 2004/05 (ESTRATOS) ...	119
TABELA 18: PROPORÇÃO (%) DE INSTALAÇÕES ADQUIRIDOS COM RECURSOS FINANCIADOS ATÉ 2004-05.....	120
TABELA 19: ESTRATOS (R\$) DOS VALORES COMPROMETIDOS COM PAGAMENTO DE INVESTIMENTOS EM 2004/2005, ENTRE AS FAMÍLIAS ANALISADAS.....	120
TABELA 20: COMPROMISSOS COM PAGAMENTO DE CRÉDITO DE CUSTEIO ENTRE AS FAMÍLIAS ANALISADAS NA SAFRA 2004/05.....	121
TABELA 21: DESCRIÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PAGAMENTO DE INVESTIMENTOS EM 2004/2005, ENTRE AS FAMÍLIAS ANALISADAS - IPÊ/RS	123
TABELA 22: ESTRATOS (R\$) DE INVESTIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES PRODUTIVAS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS (1999-2000 A 2004-05).....	124
TABELA 23: PROPORÇÃO (%) DA RENDA BRUTA DAS FAMÍLIAS UTILIZADA NO PAGAMENTO DE CRÉDITO DE CUSTEIO, DE CRÉDITO DE INVESTIMENTO E DE DESPESAS COM A SAFRA AGRÍCOLA 2004-05 (EM ESTRATOS).....	125
TABELA 24: PROPORÇÃO (%) DA RENDA BRUTA DAS FAMÍLIAS UTILIZADA NO PAGAMENTO DE CRÉDITO DE CUSTEIO, DE CRÉDITO DE INVESTIMENTO E DE DESPESAS COM A SAFRA AGRÍCOLA 2004-05	126

TABELA 25: ESTRATOS (%) DO PRODUTO BRUTO DO AUTOCONSUMO NAS FAMÍLIAS ANALISADAS EM 2004-05.....	128
TABELA 26: CONSUMO TOTAL (R\$), AUTOCONSUMO (R\$) E RELAÇÃO ENTRE CONSUMO TOTAL E AUTOCONSUMO (%) NAS FAMÍLIAS ANALISADAS EM 2004-05	130
TABELA 27: PROPORÇÃO (%) DO CONSUMO TOTAL PRODUZIDO PELAS FAMÍLIAS ANALISADAS EM 2004-05 (EM EXTRATOS)	131
TABELA 28: EXTRATOS (R\$) DE AUTO-CONSUMO TOTAL INDIVIDUAL (ANUAL) ENTRE OS MEMBROS DAS FAMÍLIAS DE ECOLOGISTAS E NÃO ECOLOGISTAS EM 2004-05.....	132
TABELA 29: CONSUMO TOTAL (R\$) E AUTOCONSUMO (R\$) ANUAL ENTRE OS MEMBROS DAS FAMÍLIAS DE ECOLOGISTAS E NÃO ECOLOGISTAS EM 2004-05.....	133
TABELA 30: ORIGEM DA MÃO-DE-OBRA NAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS (UHT) NA SAFRA 2004-05.....	137
TABELA 31: UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS NA SAFRA 2004-05.....	139
TABELA 32: ORIGEM DAS TÉCNICAS UTILIZADAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS ENTRE AS FAMÍLIAS ANALISADAS (NÚMERO DE VEZES QUE A INSTITUIÇÃO FOI CITADA)	143
TABELA 33: FATORES QUE DETERMINARAM AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS ANALISADAS DURANTE O PERÍODO 1999-2000 A 2004-05.....	146
TABELA 34: RENDIMENTO TOTAL (R\$) E RENDIMENTO (R\$) POR FONTE DE RENDA DAS FAMÍLIAS ANALISADAS NO ANO DE 2005-04	151
TABELA 35: RENDIMENTO TOTAL (%) E RENDIMENTO (%) POR FONTE DE RENDA DAS FAMÍLIAS ANALISADAS NO ANO DE 2005-04	152
TABELA 36: RENDA AGRÍCOLA NAS FAMÍLIAS ANALISADAS NA SAFRA 2004-05	159

TABELA 37: DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE IPÊ EM 2006	163
TABELA 38: NÚMERO DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS COMERCIAIS REALIZADAS PELAS FAMÍLIAS ANALISADAS NA SAFRA 2004-05	164
TABELA 39: CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS PELAS FAMÍLIAS ANALISADAS NA SAFRA 2004-05	166
TABELA 40: NÚMERO DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS PELAS FAMÍLIAS ANALISADAS NA SAFRA 2004-05	168
TABELA 41: RELAÇÃO (%) ENTRE OPERAÇÕES REALIZADAS DE FORMA INDIVIDUAL E COLETIVA NA SAFRA 2004-05 - IPÊ/RS.....	169
TABELA 42: PROPORÇÃO (%) DE OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS FAMÍLIAS DE FORMA COLETIVA NA SAFRA 2004-05 (EM ESTRATOS).....	170
TABELA 43: RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS ENTRE AS FAMÍLIAS ECOLOGISTAS NO TOTAL DAS OPERAÇÕES COMERCIAIS REALIZADAS NA SAFRA 2004/2005.....	170
TABELA 44: RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS ENTRE AS FAMÍLIAS NÃO ECOLOGISTAS NO TOTAL DAS OPERAÇÕES COMERCIAIS REALIZADAS NA SAFRA 2004/2005.....	171
TABELA 45: RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS ENTRE AS FAMÍLIAS ECOLOGISTAS NO TOTAL DAS OPERAÇÕES COMERCIAIS REALIZADAS NA SAFRA 2004/2005.....	171
TABELA 46: RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS ENTRE AS FAMÍLIAS NÃO ECOLOGISTAS NO TOTAL DAS OPERAÇÕES COMERCIAIS REALIZADAS NA SAFRA 2004/2005.....	172
TABELA 47: TEMPO DEDICADO À COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS PELAS FAMÍLIAS ANALISADAS NA SAFRA 2004/2005.....	173

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AECIA	Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado
AESBA	Associação dos Agricultores ecologistas da Linha São João
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APEJ	Associação dos agricultores ecologistas de São José
APEMA	Associação dos agricultores ecologistas da Linha Pereira de Lima
APEMSUL	Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul
APESAA	Associação dos agricultores ecologistas de Santo Antônio
APESC	Associação dos Agricultores Ecologistas de Santa Catarina
APESI	Associação dos Agricultores Ecologistas da sede de Ipê
APEVS	Associação dos Agricultores Ecologistas da Vila Segredo
CAE-Ipê	Centro de Agricultura Ecológica
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CE	Centro Ecológico
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
COOPAECIA	Cooperativa dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado
CI	Consumo Intermediário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ECOVIDA	Rede ECOVIDA de Agroecologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
ONG	Organização Não Governamental
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PJ	Pastoral da Juventude
Rede PTA	Rede Projeto Tecnologia Alternativa
RS	Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SAL	Superfície Agrícola Utilizada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 A REALIDADE SOCIAL A SER ESTUDADA	19
1.2. A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA CENTRAL DO ESTUDO.....	22
1.3. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL COMO FOCO CENTRAL DA ANÁLISE	24
1.4 ESTREITANDO O FOCO SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL E SOBRE A CRISE DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	26
1.5 OS OBJETIVOS DO ESTUDO.....	28
1.6. A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	30
1.7 A ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO	34
2 REFERENCIAL TEÓRICO	35
2.1. O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E A REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FORMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO	35
2.2. A HETEROGENEIDADE DOS PROCESSOS DE MERCANTILIZAÇÃO – A ABORDAGEM DA LOCALIZAÇÃO E DIVERSIDADE DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES	43
2.3 A RE-EMERGÊNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAMPONÊS	51
2.3.1A DESMERCANTILIZAÇÃO COMO RESPOSTA À CRISE AGRÍCOLA DOS ANOS 90	53
2.3.2. A RECAMPESINIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FORMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO NO MEIO RURAL	57
2.4 A EMERGÊNCIA DA PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL NO MEIO RURAL	61
3 DE COLONOS A AGRICULTORES FAMILIARES: A PRODUÇÃO DA HETEROGENEIDADE NAS FORMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO NO MEIO RURAL DE IPÊ/RS	70

3.1. O MUNICÍPIO DE IPÊ/RS	70
3.2.1. FASES DO SISTEMA PRODUTIVO COLONIAL	76
3.3. SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM IPÊ/RS	90
3.4 A AGRICULTURA ECOLÓGICA EM IPÊ	96
4 A MERCANTILIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL - UMA COMPARAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES ECOLOGISTAS E NÃO ECOLÓGICAS DE IPÊ/RS	101
4.1 O MERCADO COMO UM PRINCÍPIO ESTRUTURANTE	103
4.1.1 INCORPORAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS AO MERCADO DE TERRAS.....	104
4.1.2 INCORPORAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS AO MERCADO DE INSUMOS PRODUTIVOS, DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS.....	106
4.1.3 CAPITAL IMOBILIZADO NO PROCESSO PRODUTIVO.....	111
4.1.6 MERCANTILIZAÇÃO FINANCEIRA.....	117
4.1.5 MERCANTILIZAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS	127
4.1.4 MERCANTILIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO.....	135
4.1.5 O MERCADO COMO UM PRINCÍPIO ESTRUTURANTE DAS DECISÕES E DAS AÇÕES DAS FAMÍLIAS	145
4.2 FONTES DE RENDA E GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA NAS FAMÍLIAS	150
4.2.2 A AGRICULTURA COMO FORMADORA DA RENDA DAS FAMÍLIAS.....	158
4.3 A INSERÇÃO NOS MERCADOS DE PRODUTOS.....	165
5 CONCLUSÕES	175
6 REFERÊNCIAS.....	182
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA PESQUISA JUNTO AOS AGRICULTORES.....	189

1 INTRODUÇÃO

1.1 A REALIDADE SOCIAL A SER ESTUDADA

Passada a euforia relativa às possibilidades de modernização da agricultura e do meio rural brasileiro¹, e a partir das suas conseqüências, têm origem no Brasil, já nos anos 70, algumas manifestações políticas de contestação aos impactos ambientais, sociais e econômicos da agricultura e das tecnologias modernas. Além de denúncia, algumas dessas manifestações objetivavam também a implantação de experiências concretas de produção alternativa².

Assim, já nesse período são implantadas no Brasil experiências de produção de alimentos a partir dos princípios da agricultura ecológica e, no início dos anos 80, são criados grupos de agricultores e entidades não governamentais com o objetivo de resgatar, gerar e difundir soluções tecnológicas e organizativas compatíveis com as necessidades das populações rurais desfavorecidas pela política modernizante³.

No Rio Grande do Sul, as primeiras iniciativas no campo da agricultura ecológica datam do início da década de 80, período marcado pela mobilização da sociedade gaúcha em torno de questões ambientais, entre elas o movimento pela implantação de uma legislação que regulasse a utilização de agrotóxicos no estado

¹ Quando falamos em processo de modernização da agricultura estamos nos referindo ao processo mais intensivo de desenvolvimento capitalista da agricultura e do meio rural ocorrido no Brasil no período pós-64. Essas transformações foram fortemente impulsionadas pelo Estado brasileiro, através de uma série de políticas setoriais e instrumentos específicos (crédito, seguro agrícola, assistência técnica, pesquisa pública, investimentos em infra-estrutura, subsídios ao preço dos combustíveis, etc), que tiveram como objetivo principal a adequação da estrutura de produção agrícola nacional ao novo surto de crescimento econômico planejado pelo governo militar.

² De acordo com Schmitt (2001, p.40), a expressão de tecnologias alternativas tem origem no início dos anos 80, através do trabalho das organizações ligadas ao Projeto Tecnologias Alternativas e referia-se, na época, a todas as tecnologias que reforçavam a capacidade das famílias rurais de resistência na terra, de melhorar sua organização, seu 'poder de enfrentamento' às forças econômicas adversas, visando a melhoria do seu padrão de vida (p. 40).

³ Entre as conseqüências sociais da modernização agrícola no Brasil citam-se: a redução da oferta de empregos agrícolas e o conseqüente êxodo rural, o aumento do trabalho temporário, a intensificação da pobreza rural, o aumento da concentração de terras no país, entre outros. Para Silva (2000), a modernização da agricultura tendeu a favorecer o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na renda total, da mesma forma que acirrou diferenças entre pobres e ricos e entre regiões do país.

e a retomada dos conflitos sociais no campo, como a luta pela reforma agrária e as lutas dos pequenos agricultores, dos atingidos por barragens e das mulheres trabalhadoras rurais (SCHMITT, 2001). Nesse contexto são criadas, no Rio Grande do Sul, diversas organizações não-governamentais de assessoria técnica, que passam a desenvolver atividades sistemáticas de geração e disseminação de tecnologias alternativas e de experimentações em associativismo e cooperativismo, junto a agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Essas experiências tinham como objetivo, em termos gerais, construir alternativas produtivas capazes de garantir a reprodução social das famílias e a manutenção dos recursos naturais de que estas dispõem e manejam.

O presente trabalho tem como realidade de estudo a prática social da agricultura ecológica no município de Ipê/RS, município que se destaca na proposição agroecológica, pelo tempo e pelo número de famílias engajadas nessa atividade. Nesse município, as primeiras experiências em agricultura ecológica tiveram início na primeira metade dos anos 80, quando o Projeto Vacaria, atualmente denominado Centro Ecológico, foi ali implantado⁴.

Ipê, juntamente com Antônio Prado, município vizinho, foram pioneiros na construção da proposta agroecológica na Serra do RS, sendo que a grande maioria das famílias ecologistas desses municípios utiliza práticas de agricultura ecológica, em parte ou em toda a unidade produtiva, há mais de 10 anos. Esse tempo de engajamento produz outra característica fundamental à consideração de Ipê como um caso específico, que é o nível de incorporação dos princípios agroecológicos no manejo dos agroecossistemas ou, em outras palavras, o estágio em que as unidades produtivas encontram-se no processo de transição agroecológica⁵.

⁴ O Centro Ecológico é uma organização não governamental (ONG) que atua na formação e assessoria em agricultura ecológica e trabalha com o objetivo de viabilizar a adoção de tecnologias alternativas na produção agrícola, orientadas pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social. Os principais eixos de ação são a assessoria e a formação para a produção, processamento e comercialização de produtos ecológicos. Também se dedica ao resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, ao estímulo à organização de produtores e consumidores, à capacitação de técnicos em agricultura ecológica, à formulação de políticas públicas para uma agricultura sustentável e à luta contra a utilização de transgênicos (CENTRO ECOLÓGICO, 2007).

⁵ Na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, que deve ser entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado.

Segundo informações do Centro Ecológico, em outubro de 2006 a grande maioria das unidades produtivas do município que se encontravam inseridas na rede alternativa não utilizavam agrotóxicos, adubos químicos e organismos geneticamente modificados nos seus sistemas produtivos. Nessa mesma data havia cerca de 69 famílias de agricultores ecologistas em Ipê e Antônio Prado, e 180 nos demais municípios da Região Serrana do RS⁶. Além de práticas produtivas alternativas, a proposta agroecológica nesse município, e na Região Serrana de forma geral, caracteriza-se pela organização de associações e cooperativas de agricultores ecologistas⁷ e pela promoção de formas diferenciadas de inserção dos produtos ecológicos no mercado, entre as quais a agroindustrialização de alimentos⁸ e a comercialização em canais de venda nos quais as famílias possuem maior grau de autonomia e gerenciamento⁹.

É importante destacar que essas famílias e associações não se encontram isoladas em seus processos de transição e nas suas práticas de inserção produtiva. Ao contrário disso, as famílias ecologistas de Ipê estão em constante relação, através das práticas de comercialização, das atividades de formação e da constante mobilização em torno de temas pertinentes à proposta agroecológica, com outras famílias de agricultores ecologistas da região serrana e de outras regiões do RS, de

Porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

⁶ Além de Ipê existem famílias de agricultores ecologistas nos seguintes municípios da Serra do RS: Antônio Prado, Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Nova Prata, Veranópolis, Nova Bassano, Nova Roma do Sul e São Francisco de Paula.

⁷ Em Ipê existem 7 associações e 1 cooperativa de agricultores ecologistas. Até outubro de 2006 essas organizações congregavam 69 famílias.

⁸ Em outubro de 2006 existiam em Ipê 5 agroindústrias familiares ou associativas, com capacidade para processar frutas e hortaliças ecológicas, todas com os registros legais necessários. Nessa mesma data, em praticamente todas as famílias de agricultores ecologistas de Ipê um ou mais produtos eram processados e comercializados pelas famílias ecologistas.

⁹ A maior parte dos produtos ecológicos *in natura* que são produzidos em Ipê são comercializados através de feiras em Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha e Porto Alegre. Os produtos industrializados, porém, são comercializados principalmente em lojas de produtos ecológicos em Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Rio de Janeiro, além de outras capitais.

SC e do PR, o que permitiu a identificação por Schmitt (2001, p.298) de uma “[...] rede alternativa de produção e circulação de alimentos ecológicos”¹⁰.

Isso tudo nos permite considerar o município de Ipê um contexto adequado para avaliar os efeitos da prática da agricultura ecológica sobre a reprodução social das famílias de agricultores.

1.2. A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA CENTRAL DO ESTUDO

De fevereiro de 2000 a agosto de 2004 fiz parte da equipe técnica da organização não governamental Centro Ecológico. Durante esse período, pude vivenciar o avanço da proposta agroecológica no município de Ipê no que se refere à elevação do número de famílias engajadas na proposta, ao crescimento da oferta de produtos ecológicos e à qualificação das práticas de produção e de comercialização desses produtos. Apesar desses avanços, presenciei também algumas situações nas quais as famílias de agricultores ecologistas retornaram às redes convencionais de produção agrícola e/ou buscaram fontes de geração de renda fora das estratégias de inserção produtiva oferecidas pela proposta agroecológica, como a realização de atividades não agrícolas ou de atividades agrícolas externas às unidades de produção. Alguns investimentos realizados nesse período, como a aquisição de pedreiras, de caminhões para a prestação de serviços de transporte e de imóveis para aluguel, entre outros, faziam parecer que as estratégias de recorrência a atividades não agrícolas e de diversificação das fontes de renda não eram estratégias temporárias, mas sim permanentes para as famílias.

¹⁰ Como as comunidades pesquisadas naquele trabalho, nos municípios de Ipê e Antônio Prado, ora estavam enquadradas na mesma divisão regional, ora em divisões regionais distintas, a autora optou por agrupá-las numa mesma divisão regional denominada por ela de *Região Serrana*. Nas palavras da autora: “Optou-se, neste caso, por seguir o “mapa” que foi sendo desenhado pela rede alternativa ao longo do tempo” (SCHMITT, 2001, p.138). Naquele caso a Região Serrana era formada por 17 comunidades rurais, pertencentes aos municípios de Ipê e Antônio Prado. Neste trabalho, quando nos referimos à região serrana estamos enquadrando todas as comunidades dos municípios da Microrregião de Vacaria (Ipê, Monte Alegre dos Campos e São Francisco de Paula) e da Microrregião de Caxias do Sul (Antônio Prado, Nova Roma do Sul, Nova Prata, Nova Bassano, Veranópolis, Bento Gonçalves, Farroupilha e Caxias do Sul), que, em outubro de 2006, possuíam famílias de agricultores ecologistas.

Como analisar estas situações? Por que famílias de agricultores ecologistas recorrem às atividades agrícolas fora da sua unidade de produção e/ou a atividades não agrícolas como estratégia de reprodução? Por que não investir na agricultura ecológica e sim em atividades não agrícolas? Por que o retorno às práticas convencionais? Essas situações despertaram-me num primeiro momento questionamentos sobre a efetividade da proposta agroecológica em ativar a capacidade de resistência e a criatividade dos atores e das localidades, e assim de apresentar-se como uma alternativa ao desenvolvimento rural e à reprodução social da agricultura familiar.

Ao ingressar no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, pude, através de leituras e debates, amadurecer minhas indagações e, ao mesmo tempo, encontrar caminhos para respondê-las. Através da bibliografia sobre o desenvolvimento agrário passei a entender que o avanço do capitalismo no campo gera mudanças nos ambientes sociais, e que estas mudanças influenciam as estratégias ativas pelas famílias nos seus processos de reprodução social. Ao estabelecer contato com a ampla literatura sobre desenvolvimento rural apreendi que, no atual cenário de mudanças agrárias, a pluriatividade e, em especial, as atividades não agrícolas no meio rural passam a ser entendidas como estratégias de reprodução social que o capitalismo atual por um lado possibilita e por outro torna necessário.

Passei então a questionar o fato de as práticas desenvolvidas no interior da rede agroecológica serem capazes de constituir uma alternativa eficaz à crise de reprodução social das formas familiares de produção no meio rural. Esse dilema, a meu ver, se confunde com o próprio dilema que os estudos sobre desenvolvimento rural enfrentam quando discutem o grau de autonomia que os atores e as localidades possuem na geração de estratégias alternativas para o desenvolvimento rural – entre elas a agroecologia – frente à dinâmica das estruturas globais de produção agrícola¹¹.

¹¹Estamos considerando a proposição agroecológica dentro daquilo que alguns autores vêm propondo como mudança rural centrada nos atores sociais (LONG 1977, 1986a, 1986b, 1996, 1997; PLOEG, 1990, 1992b, 1993, 1995, 2000, 2006; LONG; PLOEG, 1989). Os autores que se reúnem entorno dessa abordagem contrapõem-se às análises macroestruturais das mudanças agrárias, entre elas a teoria da modernização e as teorias marxistas e neo-marxistas, argumentando que estas oferecem uma versão limitada das mudanças rurais, pois negligenciam o cotidiano das famílias e a forma com que estas mediam e reconfiguram os fenômenos globais no seu dia-a-dia. Para esses autores, o

A partir desse contexto este estudo pretende abordar a seguinte problemática: **Em que medida a proposição agroecológica tem sido capaz de modificar e, assim, ampliar as possibilidades de reprodução social dos agricultores familiares ecologistas de Ipê/RS, consolidando-se como uma alternativa concreta à reprodução da agricultura familiar?**

1.3. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL COMO FOCO CENTRAL DA ANÁLISE

O tema da reprodução social das formas familiares de produção no meio rural é um tema clássico e há muito tempo debatido nas ciências sociais agrárias. Esse longo debate tem gerado uma diversidade de abordagens, o que possibilita analisá-lo a partir de diferentes esquemas conceituais e, assim, a partir de diferentes aspectos e relações. Em função da importância que essa noção assume neste trabalho, convém esclarecermos desde já o conteúdo que estamos atribuindo a ela.

Fortes (1971, p.87) define reprodução social como o processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo (apud ALMEIDA, 1986, p.67). Para o autor, a partir dessa noção podemos analisar as famílias rurais não somente como unidades de produção funcionais ao desenvolvimento do capitalismo, mas como unidades de produção que estabelecem estratégias que visam a sua própria reprodução, no curto e no longo prazo, e que se dão a partir do diálogo e da relação entre fatores internos das famílias, como aqueles descritos por Chayanov (1974), e fatores exógenos a elas, como as políticas macroeconômicas e setoriais do país e as tendências presentes nos sistemas agroalimentares de forma geral¹².

caráter da sociedade rural e da agricultura tem dificultado as tendências de homogeneização presentes nas forças tecnológicas e de mercado e, ao mesmo tempo, fortalecido a diversidade das empresas agrícolas e a capacidade dos atores locais de gerar mudanças e de resistir aos determinismos do avanço do capitalismo no campo.

¹² Para Almeida, os trabalhos de Santos (1984) e Garcia Júnior (1989) são exemplos de estudos que utilizam esta abordagem.

Nesse sentido, estamos assumindo a reprodução social, ou melhor, as estratégias de reprodução social da agricultura familiar como um processo dinâmico de modificações e adaptações que objetivam a perpetuação de uma entidade coletiva e que ocorrem em função de alterações nas características e nas necessidades internas das famílias e de transformações na sociedade em que essa entidade coletiva se insere. Assim sendo, os padrões de herança estabelecidos, as migrações de membros das famílias, a incorporação de tecnologias, a intensificação do trabalho, a pluriatividade, as alianças entre famílias, entre outros recursos de curto e de longo prazo, são consideradas a síntese possível entre as necessidades familiares e os condicionantes sociais, culturais, econômicos e ambientais que exercem pressões sobre as unidades familiares num determinado momento (SCHNEIDER, 2003, p. 115).

Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas (SCHNEIDER, 2003, p.115).

Ainda de acordo com Almeida (1986), os estudos que se dedicam à reprodução das formas familiares de produção no meio rural podem ser divididos a partir do foco analítico que privilegiam. Num primeiro foco encontram-se aqueles estudos que buscam compreender como as unidades familiares se reproduzem no ciclo curto através da combinação entre a força de trabalho, os recursos de que dispõem e o conhecimento que acumularam. É a partir desse foco que se analisam a pluriatividade, a alternatividade, a intensificação do trabalho, a fragmentação da terra, entre outras estratégias. No segundo foco, os estudos buscam investigar a reprodução social da agricultura familiar no ciclo geracional, privilegiando para isso a análise sobre a lógica do parentesco, ou das relações entre famílias, que perpetua famílias, via nascimento, casamento, morte e herança (ALMEIDA, 1986, p.67)¹³.

¹³ Dentro desse foco de análise o autor destaca os trabalhos de Woortmann (1994). Nesse livro, a autora privilegia o papel das relações entre famílias (do parentesco) na reprodução social do campesinato de geração a geração. Assim, sai da análise das unidades enquanto produtoras e consumidoras e se ocupa dos seus símbolos e valores e da influência destes na reprodução intergeracional.

Neste trabalho nos dedicamos ao estudo da reprodução social da agricultura familiar no ciclo curto.

1.4 ESTREITANDO O FOCO SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL E SOBRE A CRISE DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Abramovay (1992, p.127), a agricultura familiar de hoje é o resultado de um processo de 'metamorfização' das formas camponesas de ontem, em função de um processo mais intensivo de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira no período pós-64. No Brasil, e em especial no Sul do país, essas transformações foram fortemente impulsionadas pelo Estado brasileiro, através da política modernizante da agricultura brasileira, que objetivou adequar a estrutura de produção agrícola nacional às metas de crescimento econômico do país planejado pelo governo militar para aquele período¹⁴.

Nesse cenário, as formas familiares de produção inserem-se num processo de maior integração aos circuitos mercantis ou, de acordo com Ploeg (1992a), de multiplicação das relações mercantis na esfera da produção. Como na agricultura familiar a produção e a reprodução são estreitamente inter-relacionadas e interdependentes, à medida que ocorre a multiplicação das relações mercantis na esfera da produção a reprodução social também se torna gradualmente mais dependente dessas relações. Dessa forma, a reprodução social passa de relativamente autônoma e historicamente garantida para um tipo de reprodução dependente do mercado (PLOEG, 1992a, p. 175). Nesse tipo de reprodução a força de trabalho, os instrumentos e objetos se inserem no processo produtivo na qualidade de mercadorias. Os recursos monetários obtidos após a colheita é que

¹⁴ De acordo com Delgado (2001), o período de 1965-80 foi um período de aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambas com o setor externo, processo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período. Esse período histórico constituiu-se, com muita clareza, na idade de ouro de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público (DELGADO, 2001, p.43).

irão determinar o modo como deverá se organizar a produção no ano seguinte. A família passa a depender de fatores externos para reiniciar os ciclos de produção e para se reproduzir como família de agricultores.

Contudo, a mercantilização não ocorre de forma homogênea porque cada indivíduo ou, neste caso, agricultor, tende a estabelecer distintas formas de relações com os mercados. Para Ploeg a mercantilização é processo de inserção social em que os autores resguardam graus de autonomia relativa. Nesta perspectiva, as estruturas sociais e econômicas não estão dadas *ex ante*, mas são construídas à medida que os atores adquirem agência (*agency*) e vão interagindo e criando estes espaços de manobra.

Nesse processo, certas esferas da produção e da vida social são mantidas fora dos circuitos mercantis, permanecendo traços de “camponês”, ou de “colono”, no agricultor familiar, tanto na esfera da produção e do consumo quanto da comercialização, traços esses que não devem ser vistos como um atraso intrínseco, mas como uma forma de resistência camponesa (PLOEG, 1992a; LAMARCHE, 1999; WANDERLEY, 1999).

A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades, as quais a obrigam a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais. Essas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (Wanderley, 1999, p.24).

Wilkinson (2000, 2003) e Ploeg (2006) destacam que algumas das mudanças engendradas pelo processo de modernização da agricultura em diversas regiões do planeta, tais como a superprodução de diversos produtos agrícolas, a queda dos preços agrícolas, das rendas familiares e do emprego agrícola, aliadas ao processo de abertura econômica e desregulamentação dos mercados nos países da América Latina, a partir dos anos 90, vêm submetendo as formas familiares de produção a uma situação de crise econômica, que promove, entre os seus diversos resultados, a redução das possibilidades de reprodução das famílias, enquanto famílias de agricultores.

Nesse contexto, a continuidade das formas familiares de produção no meio rural estaria condicionada por um lado a mudanças nas estratégias de alocação do trabalho e dos recursos no interior das unidades de produção e das famílias, que objetivam não só a reprodução econômica, mas também a valorização do mundo rural e da profissão de agricultor. Entre as mudanças nas estratégias de produção e reprodução Ploeg (2006) destaca: (a) a busca de um afastamento sistemático, estratégico e gradual dos mercados de insumos; (b) a vinculação estrategicamente organizada aos mercados de produtos; e (c) a diversificação das fontes de renda e das formas de inserção profissional das famílias e de seus membros.

1.5 OS OBJETIVOS DO ESTUDO

A partir desses referenciais sobre a crise de reprodução social que a agricultura familiar passa a viver a partir dos anos 90 e sobre as alternativas necessárias à continuidade dessa forma social diante da crise, este trabalho tem como objetivo central analisar se a proposição agroecológica vem se apresentando como uma alternativa concreta, ampliando/modificando/viabilizando as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares ecologistas de Ipê/RS.

A partir da idéia de que as transformações do camponês em agricultor familiar moderno não produziram uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (WANDERLEY, 1999, p.24), pretendemos também analisar a capacidade das famílias não inseridas na rede alternativa de manter e de utilizar elementos da *tradição camponesa* para adaptar-se ao contexto de crise.

Para cumprir esses objetivos, que são centrais ao nosso estudo, estaremos perseguindo os seguintes objetivos específicos:

a) Analisar os níveis de autonomia ou dependência do processo de trabalho e de produção quanto aos diferentes mercados relacionados à produção e à reprodução social;

b) analisar as estratégias de vinculação aos mercados de produtos;

c) e, por fim, desenvolver uma análise sobre as fontes de renda e a importância da pluriatividade para a reprodução social das famílias. Ainda sobre a pluriatividade, objetivamos investigar se a prática desta tem como pretensão a reprodução dos indivíduos ou das famílias de agricultores.

Para proceder tal análise e, assim, responder aos objetivos propostos, duas são as hipóteses fundamentais que este estudo compromete-se a discutir.

A primeira hipótese indica que a inserção das famílias na rede alternativa amplia as possibilidades de reprodução social das famílias de ecologistas, na medida em que promove um processo de desmercantilização da esfera da produção, que altera a forma de vinculação das famílias com os mercados de produtos, através de uma inserção mais estrategicamente organizada, e com o mercado de trabalho, através da recorrência à pluriatividade. O processo de desmercantilização percorrido por essas famílias estaria baseado num contínuo afastamento dos diferentes mercados relacionados à produção agrícola, aliado à diversificação da pauta de produtos agrícolas e não agrícolas oferecidos. A inserção estrategicamente organizada no mercado de produtos refere-se a investimentos na comercialização que promovam maior autonomia e lucratividade nas atividades produtivas.

O entendimento de que a mercantilização da agricultura não ocorre de forma total e homogênea entre as famílias de agricultores e que a manutenção de certas esferas produtivas e reprodutivas fora dos circuitos mercantis é uma estratégia utilizada pelas famílias a fim de mantê-las na condição de agricultor familiar permite a confirmação da segunda hipótese deste trabalho. A idéia a ser submetida à investigação é que a mercantilização das estratégias produtivas e reprodutivas, aceleradas a partir da implantação do projeto modernizante da agricultura em Ipê, não ocorreu de forma homogênea entre as unidades familiares, mas, ao contrário disso, gerou uma diversidade de formas de relacionamento entre agricultura e mercados. Nesse processo, tanto no âmbito das famílias ecologistas, como no âmbito das não ecologistas, certas esferas da produção e da vida social são mantidas fora dos circuitos mercantis, permanecendo traços *de camponês*, ou *de colono*, no agricultor familiar, seja na esfera da produção, seja na da reprodução social.

1.6. A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Partindo do pressuposto de que, para conhecermos os impactos da inserção na rede sobre as estratégias de reprodução social das famílias ecologistas, é necessário identificarmos as estratégias de produção e reprodução que a agricultura familiar do município, de modo geral, vem ativando, optamos pela utilização do método comparativo.

Segundo Schneider e Schmitt (1998, p.2):

Através do método comparativo é lançado mão de um tipo de raciocínio comparativo através do qual podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. Para alguns autores, a impossibilidade de aplicar o método experimental às ciências sociais, reproduzindo, em nível de laboratório, os fenômenos estudados, faz com que a comparação se torne um requisito fundamental em termos de objetividade científica. É ela que nos permite romper com a singularidade dos eventos, formulando leis capazes de explicar o social.

O ambiente empírico da pesquisa é o município de Ipê/RS e as unidades de análise são famílias de agricultores diferenciadas em duas categorias – ecologistas e não ecologistas. Na categoria dos ecologistas a amostra foi composta por sete famílias e na categoria dos não ecologistas por oito famílias.

Nas tabelas a seguir apresentamos uma breve caracterização das famílias analisadas neste trabalho. Podemos observar que, entre essas famílias, aquelas que fazem parte do grupo dos ecologistas possuem mais membros na unidade produtiva, em virtude da presença de maior número de filhos e filhas (moças e rapazes) que residem e trabalham nas unidades.

Tabela 01: Algumas características das famílias ecologistas e não ecologistas analisadas neste trabalho - Ipê/RS, 2004-05.

	Número de membros nas famílias vivendo na UP	Número de filhas com 15 a 29 anos (moças na UP)	Número de filhos com 15 a 29 anos (rapazes na UP)	Tamanho das unidades produtivas (ha)
Famílias ecologistas				
Família 1	4	1	1	60
Família 2	5	0	2	33
Família 3	4	1	0	23,5
Família 4	5	1	1	16
Família 5	4	2	0	40
Família 6	7	2	0	24
Família 7	5	2	1	36
Famílias não ecologistas				
Família A	3	1	0	37
Família B	4	1	1	37,5
Família C	3	1	0	82
Família D	3	1	0	32
Família E	3	1	0	12
Família F	3	1	0	70
Família G	3	1		13,5
Família H	3	1	0	12,5

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

No que se refere à investigação empírica, esta se deu através de dois procedimentos. Primeiramente, através da coleta de informações entre as famílias de agricultores selecionadas, com a utilização de um questionário semi-estruturado (APÊNDICE A). Em segundo lugar, foram realizadas entrevistas semi-abertas com alguns informantes-chave, entre eles técnicos da EMATER, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, agricultores e comerciantes com idade superior a 80 anos¹⁵. Através dessas técnicas de coleta de dados primários buscamos lançar mão tanto de informações quantitativas (de natureza econômica, social e agroecológica) sobre as unidades produtivas, quanto qualitativas (acerca das transformações

¹⁵ No capítulo 3 deste trabalho tentamos elaborar uma reconstituição histórica da agricultura em Ipê, na qual destacamos as estratégias de relacionamento com os diferentes mercados vinculados à produção agrícola e à vida rural nas diferentes fases da agricultura colonial no município. Para tal reconstituição foi fundamental, além da bibliografia consultada, o depoimento de alguns informantes, principalmente aqueles de mais idade.

ocorridas na agricultura e no meio rural do município, nas unidades produtivas e na vida das famílias).

Para o cumprimento do objetivo central e dos objetivos específicos deste trabalho foi necessária a construção de um instrumento de coleta de dados – questionário – com condições de levantar informações sobre as várias dimensões da produção e da reprodução social das famílias analisadas, exigência que tornou tal instrumento bastante extenso. Para aplicá-lo na íntegra, mais de uma vez foi necessária a realização de duas visitas às famílias analisadas, o que demandou uma grande quantidade de tempo, não só por parte do investigador, como também das famílias de agricultores, e de recursos financeiros necessários ao deslocamento do investigador até as unidades produtivas.

Em relação à composição da amostra, algumas observações a respeito da seleção dos casos analisados são válidas. Em primeiro lugar, é necessário dizer que a amostra foi selecionada a partir de um critério qualitativo, ou seja, a partir da preocupação em reunir um conjunto de casos que, mesmo pequeno, refletisse as características da população estudada (sem, no entanto, ser estatisticamente representativo de tal população). Acreditamos que o estudo aprofundado dos casos, sob uma perspectiva qualitativa, permite uma leitura mais integrada dos diferentes elementos e de sua interação na construção das estratégias.

Após a definição da composição da amostra, estabelecemos alguns critérios de seleção das famílias a serem estudadas, sendo eles:

(a) No caso dos ecologistas, o principal critério foi o pertencimento da família à rede de agricultores ecologistas do município, ou seja, a filiação do agricultor e sua família a uma associação ou grupo informal de agricultores ecologistas, e seu envolvimento com a comercialização de produtos ecológicos há pelo menos 10 anos.

(b) Em ambos os casos, optamos por selecionar famílias com o mesmo perfil demográfico e com pelo menos um filho com idade entre 15 e 29 anos. Isso se deu por dois motivos: em primeiro lugar porque, de acordo com Chayanov (1974), o perfil demográfico das famílias, ou seja, a relação entre o número de consumidores (bocas para alimentar) e o número de produtores (braços para trabalhar) apresenta-se como fator determinante tanto das estratégias agrícolas e não agrícolas utilizadas

pelas famílias camponesas, como da diferenciação social existente entre elas¹⁶. Assim, escolher famílias com perfil bastante próximo serviu para nivelar a influência de alguns dos fatores internos que são determinantes de modificações nas estratégias.

Em segundo lugar, porque este estudo, na fase de projeto, teve também como objetivo analisar os impactos da inserção na rede sobre as possibilidades de sucessão hereditária das unidades produtivas¹⁷. Conforme Silvestro et al. (2001), na agricultura familiar a definição do herdeiro, ou sucessor do pai no gerenciamento da unidade produtiva, ocorre na fase em que os filhos possuem de 15 a 29 anos, já que é nessa época que os jovens, em geral, definem as trajetórias profissionais que seguirão.

A partir desses critérios, e com auxílio dos técnicos do escritório municipal da EMATER e de dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, um grupo de famílias ecologistas e não ecologistas foi delimitado. Após a identificação das famílias enquadradas nos critérios utilizados procedemos à formação de uma amostra aleatória através de sorteio. A amostra final foi composta por sete famílias ecologistas e oito famílias não ecologistas.

Além da coleta de dados primários, lançamos mão de fontes secundárias como os censos demográficos e agropecuários do IBGE, além de informações coletadas e organizadas pelo escritório municipal da EMATER de Ipê, pela prefeitura municipal e pelo Centro Ecológico em parceria com a UNIJUÍ¹⁸.

¹⁶ Se, por um lado, estamos considerando que numa agricultura familiar mercantilizada a relação entre consumidores e produtores deixa de ser fator central para a definição das estratégias, já que a produção deixa de ser centrada no consumo das famílias e passa a ser orientada, em diferentes graus, por sinais emitidos pelo mercado, por outro não podemos deixar de considerar que a idade dos filhos ainda exerce influência sobre as estratégias e decisões das famílias de agricultores. Casais com mais de 60 anos e com os filhos em idade adulta, já estabelecidos na agricultura ou fora desta, certamente lançam mão de estratégias diferentes daquelas famílias em que ainda é preciso incluir na agricultura (ou fora desta) os filhos que estão em idade de definição profissional.

¹⁷ Esse objetivo foi abandonado em função do tempo que seria necessário para a sua realização, o qual superaria o limite para a conclusão deste trabalho. Os dados foram coletados e serão analisados e publicados posteriormente.

¹⁸ Ver EMATER, set.1992 e UNIJUÍ, ago.2002.

1.7 A ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO

A análise desenvolvida nesta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo serão apresentadas as referências teóricas que auxiliaram na análise da realidade estudada e no cumprimento dos objetivos.

No segundo capítulo é apresentado o contexto no qual estão inseridas as famílias analisadas. Nesse capítulo procuramos não apenas descrever aspectos dessa realidade como também esboçar algumas análises sobre a agricultura familiar de Ipê, a partir do referencial teórico utilizado. Nesse sentido, o foco deste trabalho privilegiou a formação da agricultura familiar de Ipê, buscando apresentá-la como uma forma social particular e diferenciada da agricultura familiar de outros municípios da Serra do RS. Essas diferenças são determinadas em função de aspectos históricos específicos e do ambiente natural particular, sobre e junto ao qual essa forma social vem se desenvolvendo.

No terceiro capítulo, efetua-se de forma mais específica a análise das estratégias de reprodução social utilizadas pelas famílias, ecologistas e não ecologistas estudadas, em sua vinculação com os diferentes mercados relacionados à produção e à reprodução social. Esse capítulo se divide em três seções: na primeira seção analisamos os níveis de mercantilização e desmercantilização das unidades produtivas. Na segunda seção analisamos as fontes de renda e grau de diversificação das fontes de renda nas famílias, e, na terceira, as formas de inserção nos mercados de produtos. A partir destas informações, e dos referenciais teóricos utilizados, estruturamos a quarta e última parte deste trabalho na qual apresentamos algumas conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E A REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FORMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO

O debate sobre a permanência, ou diferenciação social, das formas familiares de produção no mundo rural não é uma discussão recente nas ciências sociais agrárias. As primeiras discussões acerca dos rumos das formas familiares de organização do trabalho na agricultura datam do final do século XIX e início do século XX. Nesse período, no intuito de compreender a produção familiar na agricultura, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista, o debate esteve polarizado entre duas perspectivas: de um lado, aqueles autores que defendiam a tese do inevitável desaparecimento do campesinato, buscando, através de suas análises e modelos de interpretação, explicitar os motivos e os caminhos desse processo (p.ex.: Marx (1986) no Livro III d'O Capital, com primeira edição em 1890; Kautsky (1980) em *A questão Agrária*, com primeira edição em 1899 e Lênin em *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (1969)*, com primeira edição em 1899); de outro lado, os autores que, ao contrário dos primeiros, buscavam explicar o modo – ou as estratégias – através do qual o campesinato se mantém – ou se reproduz – diante da penetração do capitalismo no campo e do desenvolvimento de uma economia moderna (p.ex.: Alexander Chayanov em *La organización de la unidad económica campesina*, (1974) com primeira edição em 1925)¹⁹

Segundo Schneider (2003a), para os autores marxistas, defensores da inevitabilidade do desaparecimento do campesinato, o debate acerca dos rumos e das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no campo, rotulado como questão agrária, era tratado sob o ponto de vista do processo de acumulação de capital e de formação da estrutura de classes. Nessa abordagem, partia-se do pressuposto de que, à medida que avança o processo de divisão social do trabalho na sociedade capitalista, determinadas formas sociais são superadas ou eliminadas, entre elas o campesinato, e novas categorias sociais emergem, quais sejam os burgueses e os proletários. Ou seja, o foco da discussão na obra desses autores

¹⁹ Além de Chayanov, no conjunto de economistas que se dedicaram à teorização da economia camponesa, Abramovay (1992) destaca Jerzy Tepicht (1973). Ver Abramovay (1992, p. 72-76).

não são as estratégias de reprodução das unidades familiares de produção, mas sim o processo de diferenciação social (Lênin) e de subordinação da agricultura à indústria, e da pequena propriedade à grande exploração (Kautsky)²⁰.

Alexander Chayanov (1974), em *La Organización de la unidad económica campesina*, segundo Abramovay (1992, p.58) a mais completa tentativa de teorização sobre o comportamento econômico do camponês, objetivou elaborar uma teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (entre eles, e com destaque, a economia camponesa). Nessa obra o autor concentrou-se em caracterizar o camponês como uma forma social autárquica e, por isso, com capacidade de permanência em economias modernas. Para Chayanov, as unidades econômicas camponesas funcionam a partir de uma racionalidade econômica não capitalista, e a estabilidade do campesinato em diferentes ambientes econômicos decorre do fato de que este sempre organiza a unidade produtiva em função das necessidades da família, e não de fatores externos determinados pela sua inserção na divisão internacional do trabalho.

O segundo momento de discussão sobre os destinos e as especificidades da agricultura familiar no capitalismo tem início nos anos 70. Segundo Schneider (2003b) e Abramovay (1992), o retorno dessa temática pode ser atribuído à constatação, por um conjunto de autores de inspiração neo-marxista, de que, na maior parte das nações onde o capitalismo alcançou um elevado grau de desenvolvimento social e econômico, a agricultura repousa sobre a base de unidades produtivas que têm a maior parte do trabalho provida pela família.

Nos EUA, o retorno dessa temática esteve fortemente relacionado com a crise da sociologia rural e a emergência da *Sociology of Agriculture*²¹, vertente analítica que emergiu neste país durante os anos 70 e, mais tarde, na Europa (SCHNEIDER, 2003). Marcada pela falta de um arcabouço teórico bem definido e por uma ampla

²⁰ No final do século XX, Abramovay (1992, p.31) chama a atenção para o fato de que as obras clássicas da questão agrária “[...] só podem ser compreendidas de maneira adequada no quadro das lutas políticas em que se inserem seus atores, muito mais do que como simples ‘aplicações’ de uma doutrina elaborada, ainda que de maneira incipiente, sobre as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura[...]. Para isso Abramovay (1992,) desenvolve uma extensa explicação sobre o contexto e sobre as disputas políticas que integram a obra de Kautsky, Lênin e também Chayanov. Segundo Schneider (2003^a, p.5), o enfoque teórico perseguido pelos pesquisadores brasileiros da questão agrária restringia-se basicamente, até os anos 80, à contribuição marxista, especialmente aquela apegada à noção de diferenciação social

²¹ Sociologia da Agricultura.

diversidade teórica, e, ao mesmo tempo, fortemente influenciada por uma perspectiva crítica, que pode estar ancorada às formulações marxistas, neo-marxistas e até neoweberiana (SCHNEIDER, 1997, p.243), a sociologia da agricultura propõe novas abordagens para o estudo das questões agrárias e se destaca pelo [...] interesse em examinar os processos pelos quais o capitalismo penetra a economia rural e reestrutura a vida sócio-econômica (LONG, 1986, p. 8)²². Nesse sentido, diversos estudos têm focado as relações sociais na agricultura e se dedicado à construção de um referencial analítico capaz de explicar a persistência da agricultura familiar nas sociedades capitalistas avançadas.

De acordo com Buttel (2001), é dentro dessa vertente analítica que emerge o *commoditization debate* (ou debate da mercantilização) dos anos 1970 e 1980. Long (1986) considera que o debate da mercantilização representa uma reação às duas interpretações anteriores, e contrastantes, sobre a penetração do capitalismo no campo: o modelo de diferenciação proposto por Lênin, que enfatizava a inevitabilidade da destruição das formas camponesas devido à emergência de classes sociais antagônicas (proletários e burgueses), e a contribuição de Chayanov, que destacava a viabilidade, os determinantes internos e a persistência das formas camponesas de organização do trabalho perante o desenvolvimento capitalista no mundo rural (como formas não capitalistas inseridas em modos capitalistas de produção). Para Long (1986), o debate da mercantilização e as teorias da mercantilização que dele resultam procuram achar um caminho para esse aparente dilema, argumentando que a disputa entre permanência *versus* exclusão da agricultura familiar em sociedades modernas é essencialmente falsa, já que a simples ou pequena produção mercantil é uma parte integral de qualquer formação capitalista.

A partir dessa perspectiva, as formas familiares de produção não são vistas nem como estando intrinsecamente em transição e condenadas à extinção, nem como formas que se auto-perpetuam fora da economia capitalista. “Em lugar disto

²² Buttel (2001) destaca também, em relação a esse conjunto de perspectivas críticas celebrizado *sociologia da agricultura* ou *economia política agrária*, a apropriação de ferramentas teóricas dos estudos camponeses, da sociologia do desenvolvimento, dos trabalhos de Alexander Chayanov e de sociólogos não rurais, além do diálogo contínuo com outras áreas do conhecimento, como a economia, a antropologia e a geografia.

elas devem ser examinadas de perto para estabelecer o modo preciso com que trocas mercantis e mecanismos de mercado configuram e reproduzem estas formas específicas de produção desenvolvendo-se, assim, uma análise mais sólida da transição agrária e das mudanças sociais e econômicas em geral” (LONG, 1986), Segundo Schneider, destacam-se na elaboração dessa análise os trabalhos de Mann e Dickinson (1978), Goodman et al. (1987), de Claude Servolin (1972, 1989) e de Harriet Friedman (1978a, 1978b) (apud Schneider, 1997).

Para Mann e Dickinson (1978) e Goodman et al. (1987), *apud* Schneider (2003a), a razão da persistência das formas familiares de produção no meio rural encontra-se nos obstáculos que a natureza oferece à apropriação total da agricultura pela indústria e, assim, pela produção capitalista em grande escala (principalmente os obstáculos naturais de ordem biológica). Segundo esses autores, na medida em que os processos produtivos na agricultura estão sempre sujeitos à influência da natureza, a agricultura não pode funcionar de acordo com os padrões fordistas de produção. Assim, para Mann e Goodman, as formas familiares persistem no capitalismo pela impossibilidade de o capital tornar a agricultura um setor em que a taxa de lucro lhe seja satisfatória e atraente, como ocorre na produção industrial.

Segundo Schneider (2003a), Susan Mann e James Dickinson foram os primeiros a apresentar uma argumentação teórica para mostrar que a persistência das unidades familiares no capitalismo não se devia nem ao equívoco da teoria de Marx, nem à capacidade de auto-exploração do trabalho familiar, e nem à aplicação da tecnologia per se, mas pela lógica e pela natureza do próprio capitalismo, e que a persistência da pequena produção agrícola deve ser desvendada não na dinâmica interna do trabalho familiar, mas nas necessidades da própria produção capitalista.

Para Harriet Friedmann (1978a, 1978b) e Claude Servolin (1972, 1989), *apud* Schneider (2003a) as formas familiares de produção nos países de capitalismo avançado são caracterizadas como uma produção simples de mercadorias (PSM), conceito utilizado originalmente por Marx para caracterizar as formas sociais que estão integradas apenas parcialmente à divisão social do trabalho e aos circuitos de produção de valor, pois não conseguem realizar integralmente a sua reprodução ampliada²³. Se, para Marx, a produção simples de mercadorias apresentava-se

²³ Segundo Schneider, esses autores defendem que a análise das relações sociais (de trabalho e de produção), e não os obstáculos oferecidos pela natureza, constitui-se no aspecto central para

como uma forma transitória que seria substituída pela produção ampliada do capital, na medida em que as relações capitalistas se intensificassem, para esses autores na agricultura de base familiar a produção simples de mercadorias seria a etapa final e permanente das relações capitalistas no campo²⁴

Nessa perspectiva, em sociedades de capitalismo plenamente desenvolvido, a agricultura familiar é caracterizada pela sua completa integração ao mercado, com exceção do mercado de mão-de-obra, e sua permanência é decorrente da funcionalidade que apresenta ao desenvolvimento capitalista, já que possui vantagens competitivas em relação à agricultura capitalista. Tal vantagem decorre, especialmente, da sobre-exploração do trabalho familiar e da não remuneração do trabalho e dos produtos de acordo com os valores do mercado capitalista. Para Servolin (1972) apud Schneider (2003a), as vantagens da produção simples de mercadorias em relação à produção capitalista assentam-se no fato de que, na produção simples de mercadorias, o agricultor familiar utiliza gratuitamente a força de trabalho de sua família, pois não se auto-atribui salário fixo e não contabiliza seu tempo de trabalho com a precisão de um capitalista, o que faz com que o preço de seu produto seja significativamente inferior àquele praticado por uma empresa capitalista. Para Friedmann, as vantagens competitivas da produção simples de mercadorias sobre a produção capitalista encontram-se na ausência de um requerimento estrutural de benefícios e na sua flexibilidade de consumo pessoal.

Long (1986) reconhece o mérito desse debate em corrigir as deficiências das formulações dos clássicos da questão agrária sobre o futuro das formas familiares em sociedades capitalistas, e em desenvolver uma análise mais sólida da transição

compreender os processos de mercantilização que se estabelecem em ambientes sociais e econômicos onde predominam as relações capitalistas (2003a, p.36). Nesse sentido, Claude Servolin (1972) foi o primeiro autor a formular com pretensão analítica o conceito de produção simples de mercadorias, a partir da idéia de que, no capitalismo, a agricultura comportava-se como um [...] modo de produção específico[...] (SCHNEIDERa, 2003, p.54). Devido a isso, a produção simples de mercadorias deveria ser entendida como um modo de produção pré-capitalista que se articula com o modo capitalista mais amplo. Para Friedmann (1978a, 1978b), na produção simples de mercadorias, intensificam-se as relações mercantis, até a completa integração da produção com os mercados, mas o trabalho continua sendo organizado com base em relações de parentesco e de gênero, porque é a própria família que trabalha e a posse dos meios de produção não está separada de quem executa o trabalho.

²⁴ A diferença entre produção simples de capital e produção ampliada decorre do fato de que, na primeira, não é possível identificar a extração de mais valia, já que não há contratação de mão-de-obra, enquanto a produção ampliada requer necessariamente a extração de mais valia da mão-de-obra alheia ao dono dos meios de produção.

agrária e das mudanças sociais e econômicas em geral. No entanto, destaca que as teorias da mercantilização, e o debate que elas geraram nos anos 70 e 80, falham principalmente:

[...]na falta de atenção dada ao papel ativo desempenhado pelos camponeses, agricultores e empresários em pequena escala, nos próprios processos de mercantilização. Há a tendência em enfatizar as determinações externas, que, apesar do ataque à noção leninista, tende para uma visão linear do desenvolvimento. Sua visão da mudança estrutural é unilateral considerando que outorga pequena capacidade de manobra para a parte a ser mercantilizada (LONG, 1986a, p.106, tradução nossa).

Permanecendo no plano de um genérico modelo de expansão capitalista, essas teorias extinguem as possibilidades de variação nas respostas de diferentes grupos aos processos de incorporação. Para o autor, ao defender que a reprodução social das formas familiares de produção no meio rural é condicionada pela plena integração ao mercado (relações mercantis plenamente desenvolvidas), essas perspectivas demonstram semelhança com as concepções do desenvolvimento econômico neoclássico e da tradição que entendem o desenvolvimento rural como sinônimo de modernização, de monetização da sociedade rural e de transição do isolamento tradicional para a integração com a economia nacional (Long, 1986).

Reproduzindo as palavras de Ploeg (1990, p.262, tradução nossa):

No modelo neoclássico empregado em teorias atuais do desenvolvimento agrário e econômico, questões referentes a quanto as práticas agrícolas estão incorporadas são irrelevantes. Se os mercados e as relações de preços penetram os processos de produção, ou seja, se objetos de trabalho, meios de trabalho e o próprio trabalho aparecem ou não como mercadorias são questões que não têm lugar nesse paradigma porque o 'homo economicus' (ou agricultor empresário) deveria calcular e projetar como se todos os mercados, e as relações de mercado, fossem verdadeiramente reais; como se os indicadores que determinam operações agrícolas e desenvolvimento fossem formados de uma forma não linear e não manipulável por essas relações de mercado.

A partir dessas observações o autor reivindica uma maior atenção e análise à forma com que indivíduos ou grupos resistem à invasão da mercantilização e, com isso, estabelecem espaços de manobra para um desenvolvimento contrário. Para Long e Ploeg (1989), a exclusão dos atores sociais transforma uma pretensa análise dialética numa visão linear das mudanças dependente exclusivamente das macrocondições do desenvolvimento capitalista. Para esses autores, o fato de os agricultores mobilizarem uma ampla gama de fatores de produção fora dos

mercados reflete em espaços de manobra e estratégias criados para manter uma autonomia relativa da unidade de produção. Dessa forma, estão equivocadas tanto a noção de que a mercantilização induz à perda total da autonomia quanto a de que esse processo possa estar completo, uma vez que, enquanto existirem agricultores familiares, existirão recursos e *inputs* mobilizados externamente aos circuitos mercantis²⁵.

Nas palavras de Long (1986, p.105, tradução nossa).

Muitos teóricos da mercantilização apóiam-se, eu acredito, muito pesadamente numa visão linear da mudança. Além disso, embora eles tentem qualificar suas discussões falando sobre desigualdade e diversidade local e regional, eles falham em não considerar que estruturas locais são tão resilientes que podem configurar significativamente o modo como o capitalismo evolui. Esses processos locais, dessa forma, tornam-se uma importante fonte de variação no desenvolvimento das relações de mercantilização. Assim sendo, podemos sugerir que forças externas são de fato sempre mediadas por estruturas locais. Indivíduos (agricultores e trabalhadores) podem ter condições de agregar elementos novos em seu modo de vida, e eles naturalmente fazem isso baseados em seus pontos de vista, em suas experiências e nas formas institucionais já existentes.

De acordo com Buttel (2001), é com base na percepção de que os agricultores são ativos, atores com saberes, e que de acordo com esses saberes tendem a desenvolver diversos *folk concepts* e *farming styles*, os quais possibilitam reproduzir suas empresas em face às tendências homogeneizadoras do capitalismo avançado, que se desenvolve a teoria da mercantilização (*commoditization theory*) da escola de Wageningen, que tem como destaque os trabalhos de Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg. Esses autores contestam a análise linear das mudanças engendradas pelo capitalismo no campo, discordando antes de tudo do pressuposto de uma total mercantilização das formas familiares de produção e da produção simples de mercadorias colocada por Friedmann. Para os autores de Wageningen, mesmo em condições de capitalismo avançado, os agricultores afastam pontos estratégicos da influência imediata das relações de preço e do mercado e assim continuam mobilizando uma ampla gama de fatores de produção fora dos circuitos mercantis, o que lhes possibilita uma autonomia relativa à unidade de produção e,

²⁵ É importante destacar que diferenças no ritmo do processo de mercantilização são admitidas pelos autores do *commoditization debate*. No entanto, essa diferença é considerada como transicional e atribuída a fatores externos.

assim, o estabelecimento de espaços de manobra²⁶

Para Ploeg (1992b), as análises das mudanças sociais agrárias precisam reconhecer que os agricultores não são meros receptáculos das tecnologias e das transformações estruturais do capitalismo, mas sim que os agricultores possuem um papel fundamental e ativo nos processos de produção e de reprodução, através do conhecimento que acumularam e das decisões que tomam. Para o autor, os agricultores negociam sua inserção nos mercados tendo em vista não somente o contexto externo, mas também os seus próprios interesses e condições. Nessa dialética os agricultores podem acelerar, modificar, neutralizar, resistir ou inverter as tendências gerais de mercantilização crescente e assim modificar a dinâmica do desenvolvimento, imprimindo condicionantes e ritmos diferenciados. Nas palavras do autor:

Nesta abordagem a heterogeneidade não é considerada como uma sobra arcaica, mas desafiada como possivelmente contendo e expressando um certo padrão de estratégias de respostas. Agricultores relacionam de modos específicos suas atividades agrícolas com os mercados, de insumos (inputs) e de produtos (outputs). Os agricultores definem suas posições em relação à oferta dominante de tecnologia. Teoricamente isto permite levar para a conceitualização de um certo espaço de manobra (PLOEG, 1992b, tradução nossa).

Diante disso, Long (1986a) defende a necessidade de integrarmos nas análises das mudanças sociais agrárias: (a) uma perspectiva orientada pelo ator, pois esta permitiria um maior entendimento da dinâmica entre relações mercantilizadas e não-mercantilizadas; (b) um maior peso analítico ao significado de formas não mercantilizadas, especialmente ao papel central que possui o trabalho não assalariado em empresas camponesas e na produção simples de mercadorias; (c) os tipos chayanovianos de explicação; e, por fim, (d) o significado da ideologia e da dimensão cultural nos estudos sobre a mercantilização.

²⁶ A relevância atribuída ao papel dos atores nos processos de desenvolvimento agrário destacou os estudos de Norman Long e de outros pesquisadores da Escola de Wageningen como "sociologia orientada ao ator" (LONG E PLOEG, 1989).

2.2. A HETEROGENEIDADE DOS PROCESSOS DE MERCANTILIZAÇÃO – a abordagem da localização e diversidade dos sistemas agroalimentares

De acordo com Buttel (2001), uma série de mudanças ocorridas na sociologia e na economia política da agricultura durante os anos 80 possibilitaram que os estudos sobre o rural se deslocassem da questão agrária, colocadas pelos enfoques neo-marxistas nos anos 70, e ganhassem a aparência de uma *sociology of agribusiness globalization* (BUTTEL, 2001). Nesse cenário de mudanças teóricas e metodológicas estruturaram-se novos focos de pesquisa, entre eles os trabalhos de autores da *Wageningen School*²⁷, baseados fundamentalmente na *actor-oriented perspective*²⁸ de Norman Long (1977, 1997). É dentro desse foco de investigação que se desenvolve a abordagem da localização e diversidade dos sistemas agroalimentares, cujas referências são os trabalhos de Jan Douwe van der Ploeg (1990, 1992a, 1992b, 1994)²⁹.

Conforme Buttel (2001) destaca, essa abordagem começa a se desenvolver com mais intensidade a partir dos anos 1980 e tem como propósito explicar as variações espaciais dos impactos sociais da reestruturação industrial, a partir de um enfoque que busca a valorização dos aspectos culturais e subjetivos. Para isso os autores dessa abordagem resgatam as contribuições de Chayanov e de autores da antropologia da agricultura nos EUA (SALAMON, 1987; GRAY 1996 apud Buttel, 2001). Nesse sentido, o conceito de localidade constitui-se em elemento chave na tentativa de explicar a diferenciação espacial do desenvolvimento, já que estudar as mudanças socioeconômicas apenas nos âmbitos nacional e internacional não possibilita poder explicativo suficiente. A partir dessa perspectiva, a forma com que os agricultores reagem ao ambiente, e assimilam as transformações propostas pelo desenvolvimento capitalista, influencia a conformação dos territórios, imprimindo configurações e ritmos diferenciados ao desenvolvimento. Assim sendo, a localidade

²⁷ Escola de Wageningen.

²⁸ Perspectiva orientada ao ator.

²⁹ O caráter plural e interativo dos processos de desenvolvimento agrário e a forma como este se manifesta na organização dos sistemas produtivos podem ser compreendidos na obra de Van der Ploeg. Esta tem como um de seus focos principais a organização do trabalho na agricultura e sua heterogeneidade empírica.

deixa de ser vista como o resíduo de um espaço delimitado, passando a ser compreendida como uma especificidade que é produzida localmente, como um fator social na moldagem do desenvolvimento.

Desse modo, a abordagem da localização/diversidade dos sistemas agroalimentares propõe maior atenção aos aspectos micro-sociais e micro-econômicos presentes na reestruturação dos sistemas agroalimentares, destacando a necessidade de análise dos processos através dos quais os atores locais recebem, mediam, reconfiguram e dão significado às transformações sociais e econômicas exógenas, e assim geram a “diversidade nos sistemas agroalimentares”. Nesse processo,

[...] situações locais são transformadas, tornando-se parte de arenas e processos mais amplos, ao mesmo tempo em que dimensões globais tornam-se significativas na sua relação com condições locais específicas e com a visão de mundo e as estratégias dos atores locais. Isso produz uma grande diversidade de respostas, com algumas unidades ou setores produtivos orientando-se para mercados internacionais, enquanto que outros aumentam seu compromisso com padrões locais específicos de produção, consumo e distribuição (Ploeg, 1994, p.8, tradução nossa).

Para Ploeg (1992a, 169), a modernização da agricultura gera em maior ou menor grau três processos: mercantilização e cientificação da produção e multiplicação das relações mercantis. A mercantilização é o processo através do qual os elementos e as etapas que integram o processo de produção agrícola são externalizados, ou seja, passam a ser atribuídos a instituições externas. Nesse processo os objetos de trabalho, os instrumentos e, progressivamente, o trabalho passam a entrar no processo produtivo na qualidade de mercadorias e assim adquirem simultaneamente um valor de uso e um valor de troca³⁰.

A externalização encontra-se associada a um processo de cientificação, que se caracteriza pela substituição das práticas agrícolas tradicionais por práticas de caráter científico (progresso técnico), e também à crescente integração da produção aos circuitos mercantis (ou multiplicação das relações mercantis na agricultura). Como na agricultura familiar a produção e a reprodução são estreitamente inter-relacionadas e interdependentes, à medida que ocorre a externalização e a

³⁰ Conforme Marx, a produção mercantil passa a existir quando as mercadorias passam a ter valor de troca.

cientificação do processo de produção e a multiplicação das relações mercantis, a reprodução social torna-se gradualmente mais dependente do mercado.

A partir desses processos, os diferentes graus de mercantilização refletem a intensidade com que as relações mercantis penetram no processo de trabalho e de produção e a crescente divisão de trabalho entre o estabelecimento rural e a indústria. Dessa forma, quanto mais as tarefas são externalizadas, mais o controle e a autonomia sobre o processo de trabalho e de produção são reduzidos (PLOEG, 1992a).

Um alto grau de mercantilização indica, portanto, que os fatores de produção e insumos não fatoriais entram na produção na qualidade de mercadoria e são valorizados segundo critérios de mercado. O grau de mercantilização de uma dada população agrícola, nunca é uniforme, mas vai variar consideravelmente (PLOEG, 1992a, p.180, tradução nossa).

Para Ploeg, da mesma forma que a mercantilização da agricultura produz mudanças no processo de trabalho agrícola, é também a partir desse processo (devido à sua complexidade) que diferenças nos níveis, ou graus, de mercantilização são produzidas. O autor analisa a complexidade do processo de trabalho agrícola a partir dos seguintes aspectos:

Em este aparato vamos considerar a complexidade do processo de trabalho, centrando nossa discussão em três níveis. Em primeiro lugar a agricultura se concebe como uma unidade de atividades produtivas e reprodutivas. Em segundo, se analisam as diferentes atividades e tarefas presentes na produção e reprodução e se destaca a contínua necessidade de coordenar estas tarefas, relacionando-as entre si. Em terceiro lugar se examina a necessidade dos agricultores de coordenar as esferas produtiva e reprodutiva juntamente com tarefas relacionadas à vida familiar e comunitária, e aquelas mais amplas do sistema institucional. Meu objetivo é mostrar que o processo de trabalho está relacionado com relações mercantis e não mercantis (Ploeg, 1992a, p. 157-8, tradução nossa).

No primeiro aspecto, que se refere à interligação entre produção e reprodução, Ploeg argumenta que na agricultura familiar parte da produção se orienta para o comércio e parte se orienta para a reprodução dos instrumentos, dos objetos e da força de trabalho. Assim, através do processo de trabalho são gerados não somente produtos, mas também as condições necessárias para os ciclos produtivos subseqüentes, o que torna a produção e a reprodução estreitamente inter-relacionadas e interdependentes.

No segundo nível, o autor destaca o amplo conjunto de diferentes tarefas que se encontram inter-relacionadas e que funcionam de forma encadeada na agricultura. A realização dessas tarefas torna essencial a unidade entre o trabalho mental e manual e o controle direto do produtor sobre as condições imediatas através das quais se realiza a produção. Assim sendo, a manutenção do controle sobre elementos e tarefas do processo produtivo, tanto no que se refere ao conhecimento quanto à autonomia para realizá-los, torna-se condição estratégica para a organização do processo de trabalho e de produção agrícola, e pode ser considerada uma vantagem competitiva da agricultura familiar.

[...] os agricultores adquirem, por meio do processo de trabalho agrícola, a capacidade de desenvolver o potencial produtivo de suas explorações, o que em minha opinião, constitui uma das vantagens decisivas que a PSM tem sobre a produção capitalista (Ploeg, 1992a, p. 161, tradução nossa).

No terceiro ponto, o autor defende que os arranjos sócio-produtivos são resultados de um complexo sistema de interdependência, representado através da interação de quatro diferentes domínios sociais: o domínio da produção, o domínio da reprodução, o domínio da família e da comunidade local e o domínio das relações econômicas e institucionais. As decisões sobre as tarefas agrícolas são estabelecidas a partir da integração desses diferentes domínios

Ao coordenar esses diferentes domínios, os agricultores manejam diferentes sistemas de valores, transferem significado de um domínio a outro, unem e reconciliam diferentes elementos normativos. Os domínios sociais são afetados de diferentes maneiras pelos processos de mercantilização e suas conexões formam ambientes heterogêneos no tempo e no espaço. O entrelaçamento entre eles gera diferentes estilos de manejo agrícola, surgindo então comportamentos diversos mesmo frente a ambientes relativamente homogêneos.

[...] em consequência, é precisamente por meio do equilíbrio e da atuação nestes marcos normativos – em alguns casos totalmente contraditórios – que ocorre a transferência de significado de um domínio a outro (Ploeg, 1992a, p.167, tradução nossa).

É através da coordenação e diálogo entre esses domínios sociais que ocorre a mediação entre os processos de desenvolvimento macro/globais e as unidades de produção, o que resulta em unidades de produção heterogêneas e em dinâmicas territoriais de desenvolvimento diferenciadas.

Além da complexidade do processo de trabalho agrícola, Ploeg (1990) destaca que diferenças nos graus de mercantilização são produzidas também: (a) por diferenças nas relações sociais de produção; (b) por diferenças na capacidade dos agricultores de reagir às tecnologias geradas externamente; e (c) por diferenças culturais entre as comunidades, as quais influenciam no processo de mercantilização na medida em que exercem influência sobre todos os elementos expostos até aqui.

Relações sociais de produção são todo o conjunto de relações que constituem o trabalho e o processo de produção (isto é, que concebem o processo de trabalho em sua forma concreta) e que definem a distribuição da riqueza produzida. São a base do processo de trabalho, estabelecem regras e normas e mediam influências exógenas sobre este. Ao mesmo tempo, são produzidas e reproduzidas através dos próprios processos de trabalho que constituem.

[...] desta forma relações entre empresas agrícolas, mercados e agências de mercado configuram os processos de trabalho num importante grau, porque elas possibilitam a liberdade dos agricultores para exercer o controle sobre os objetos de trabalho e os meios de produção, ou por que elas condicionam diretamente, prescrevem e sancionam a organização do processo de trabalho (Ploeg, 1990, p.278, tradução nossa).

Ploeg (1990) exemplifica a importância das relações sociais de produção na determinação dos graus de mercantilização, através de um estudo comparativo entre duas regiões da Europa – o Netherlands na Alemanha e a Emília Romana na Itália – e duas regiões no Peru – o Anta Pampa, ao sul do Peru, e uma região ao norte do país. Através desse estudo o autor identificou que os graus de mercantilização na Itália e na Alemanha eram menores do que nas regiões peruanas, e atribui esta característica às diferenças nas relações sociais de

produção presentes nas diferentes regiões³¹.

Se na Itália cooperativas de agricultores freqüentemente constituem importantes mecanismos de correção de preços que são capazes, em alguma extensão, de limitar os impactos do agronegócio, tal resistência por parte dos agricultores é ausente no Peru. Se na Itália as instituições de pesquisas públicas e as organizações de agricultores exercem constante controle de qualidade sobre insumos, tal como concentrados e fertilizantes, no Peru isso não ocorre e, dessa forma, a qualidade dos produtos é freqüentemente determinada pelo acaso. Se no Peru as multinacionais controlam o mercado de material genético e freqüentemente abastecem os agricultores com sementes com poder germinativo insuficiente, isso não acontece na Emília Romana e no Netherlands, já que nestes lugares da Europa existe uma rede extremamente bem articulada entre instituições de pesquisas agrícolas e organizações de agricultores para o fornecimento de sementes, e, se acontecer, os agricultores italianos e alemães são capazes de articular vários mecanismos para recorrer a seus direitos (PLOEG, 1990). Para o autor, esses diferentes mecanismos presentes na agricultura européia, ao mesmo tempo em que protegem os agricultores, exercem efeitos sobre os processos de mercantilização, mediando as transformações capitalistas no mundo rural.

Em relação à influência das diferentes respostas dos agricultores às tecnologias geradas externamente, Ploeg (1992b) argumenta que a tentativa de homogeneização do desenvolvimento tecnológico na agricultura é sempre contornada por um conjunto de respostas que os agricultores estabelecem aos “imediatos e futuros problemas microscópicos” que emergem da integração do conhecimento científico ao processo de trabalho, das condições desiguais de absorção do desenvolvimento tecnológico e das dificuldades de implantação de regras e procedimentos generalizados e tecnologias uniformes. Ou seja, além de os agricultores absorverem tecnologias em diferentes ritmos, toda técnica, ao ser utilizada diretamente nos processos de produção, passa por um processo de tradução, ou re-configuração, através do qual os agricultores atribuem significado a

³¹ Se as relações sociais de produção são, por um lado, a base do processo de trabalho e assim estabelecem regras e normas e mediam influências exógenas sobre ele, por outro, são produzidas e reproduzidas através dos mesmos processos de trabalho (1990).

ela dentro dos seus velhos processos de trabalho e das suas relações sociais de produção.

Referindo-se à cultura como gerador da diversidade Ploeg ressalta que:

Na produção simples de mercadorias (com sua unidade entre trabalho mental e manual) a cultura não é somente um fator “adicional”. A cultura é um fator chave na coordenação específica das relações internas e externas, da experiência e perspectivas do passado, do presente e do futuro. São os modelos culturais que estruturam a interpretação do mercado e da tecnologia, e que conseqüentemente estruturam a transferência de significados de um domínio a outro, e assim a tradução das tendências de mercado

.....
O repertório cultural é moldado pela história, pela localidade e pela cultura de um modo geral (Ploeg (1992b, p. 35-6).

Dessa forma, ao interpretar os mercados e as tecnologias de forma marcadamente diferente, práticas diversas são produzidas, bem como os diferentes estilos de agricultura que conformam a heterogeneidade do espaço rural. Desse modo, a heterogeneidade reflete também – e atualmente reforça – os diferentes repertórios culturais, que são o conjunto de respostas possíveis para as limitações e oportunidades nas quais os agricultores estão imersos. Long (1986b) chama a atenção para as relações simbólicas através das quais os camponeses da África buscaram proteger certos tipos de relações sociais tornando-as não mercantilizadas.

[...] este processo freqüentemente se realiza dentro de campos específicos de relações simbólicas, nos quais determinados compromissos são reforçados e recursos particulares conservados... Este e outros exemplos similares reforçam a importância de examinar como as instituições não capitalistas e formas culturais podem mediar os efeitos da mercantilização (LONG, 1986b, p.7, tradução nossa).

No entanto, Ploeg (1993, 1994, 2000, 2004) destaca que, apesar da heterogeneidade existente nas interpelações entre o estabelecimento agrícola e os diferentes mercados e tecnologias, é possível identificarmos a ocorrência de padrões nessa heterogeneidade. Os padrões de coerência que definem essa heterogeneidade são conceituados pelo autor como estilos de produção ou estilos de agricultura.

Segundo Ploeg (2000), estilos agrícolas³² são frutos das diferentes estratégias adotadas pelas famílias agrícolas para fazer frente às condições do mercado, das políticas e das tecnologias. Um estilo de agricultura pode ser definido como uma estrutura válida de relações entre o produtor e seus objetos e meios de trabalho, reproduzida através do tempo. Trata-se, assim, de um conjunto compartilhado de noções, idéias, experiências e percepções, que dão forma a um determinado conjunto de práticas agrícolas. Em cada um desses estilos de agricultura encontra-se implícito, também, um juízo de valor sobre o que é uma relação desejável ou saudável com o mercado. Nas palavras de Ploeg (1995, p.21, tradução nossa):

Visto que setores agrícolas, tais como aqueles compostos de centenas, se não milhões de PSM, não são, como argumentou Newby (1980), 'receptáculos passivos de inovações emanadas das cidades e das indústrias' e, considerando-se que o desenvolvimento tecnológico não é somente uma neutra 'rota para o progresso', podemos considerar que diferentes reações podem emergir. Conseqüentemente, localidade e heterogeneidade são reconstituídas, não como mera repetição de padrões de expressão. Elas re-emergem como um repertório de novas respostas estratégias para as tendências agora dominantes, contendo em si um inegável colorido padronizável.

Para o autor, comparações mútuas entre agricultores a respeito de seus processos de trabalho, redes específicas de comunicação e convivência, os intercâmbios de novas soluções e idéias, os contínuos debates sobre o que é considerado ser um bom agricultor, entre outros aspectos, fizeram e ainda fazem parte da vida no meio rural e da forma de ser agricultor, o que produz posições, ou respostas, ao processo de mercantilização do mundo rural que não são estritamente individuais, nem atomísticas. "Através da intercomunicação, da comparação, da negociação, do distanciamento ou da reaproximação, emergem respostas específicas e diferenciadas como uma construção social" (Ploeg, 1995, p.27, tradução nossa).

³² Ploeg (1993) atribui a origem da noção de *farming styles* (ou estilos agrícolas) ao trabalho de Hofstee intitulado *The Causes of Diversity in Dutch* (1946). Hofstee definiu estilos agrícolas como unidades específicas de repertório cultural e práticas localizadas de agricultura. Para Hofstee, a arte de produzir consistia na (a) criação de adequadas e específicas respostas às condições locais, limitações e possibilidades e (b) a reprodução social dessas respostas e das relações sociais que elas implicam (PLOEG, 1992b). Essas respostas formam os *farming styles* na agricultura.

Para o autor, ao analisarmos esses padrões de respostas, ou “estilos de agricultura”, podemos identificar neles uma heterogeneidade bastante ampla “[...] que vai de diferentes formas de agricultura camponesa, de um lado, via combinações altamente complexas, até diferentes expressões de agricultura empresarial, de outro” (PLOEG, 2005, p.30).

Para melhor entender a relação que se estabelece entre os agricultores e o mercado e, assim, a conformação de diferentes estilos agrícolas, o autor desenvolve dois conceitos distintos de reprodução, que, tomados enquanto tipos ideais, permitem apreender, com maior clareza, as estratégias desenvolvidas pelos agricultores: a reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida e a reprodução dependente do mercado, as quais serão discutidas mais detalhadamente na próxima seção.

Nesta seção objetivamos mostrar, a partir de uma perspectiva orientada pelo ator, quais são e como funcionam os mecanismos geradores da diversidade dos sistemas agroalimentares. Na próxima seção discutiremos como essa capacidade de reagir e reconfigurar as tendências homogeneizadoras do capitalismo no campo são, ou podem ser, utilizadas no estabelecimento de estratégias de reprodução social da agricultura familiar.

2.3A RE-EMERGÊNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAMPONÊS

Com base na teoria da mercantilização (*commoditization theory*) proposta pelos autores da escola de Wageningen e na abordagem da localização e diversidade dos sistemas agroalimentares, Ploeg (2006) afirma que, ainda que tenha feito emergir, em quase todo o mundo, o modo de produção empresarial, como resultado da mercantilização do processo de trabalho, o projeto de modernização massiva iniciado nos anos 60 e 70 não foi capaz de fazer desaparecer o modo camponês de produção, já que, “[...] em muitos lugares do mundo, permanecem importantes bolsões de agricultura camponesa” (PLOEG, 2006, p.17).

Apesar da evidente tendência de metamorfização das formas familiares de produção da autarquia para a economia de mercado, da tradição para a

modernidade, é possível verificar que as explorações familiares em muitos lugares do mundo não se encontram sob a influência de um processo histórico que, inexoravelmente e onde quer que estejam, as arrastaria para um mesmo destino. Segundo Lamarche:

Assim, na França, hoje é inteiramente possível encontrar explorações que tendem a um comportamento ainda bastante próximo ao das explorações camponesas e outras mais orientadas para o mercado, que funcionam como empresas capitalistas. A coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida como um modo de produção específico (LAMARCHE, 1999, p. 20, tradução nossa).

Para Ploeg (2006), o mundo rural na atualidade é composto por diferentes expressões de formas de produção mercantil: (a) a agricultura capitalista (ou produção ampliada de mercadorias) (b) a agricultura empresarial (ou produção simples de mercadorias) e (c) a agricultura camponesa (ou pequena produção mercantil). As diferenças básicas entre essas formas de produção mercantil residem “nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado e no associado ordenamento do processo de produção agrícola” (PLOEG, 2006, p.18).

A produção capitalista de mercadorias (PCP) caracteriza-se pela plena mercantilização da força de trabalho e dos recursos necessários à produção agrícola (terra, insumos, etc). Dessa forma, trabalho, objetos e instrumentos são adquiridos no mercado capitalista. Na produção simples de mercadorias (PSM), com exceção do trabalho, que é em grande parte familiar, todos os demais recursos entram no processo produtivo como mercadorias. Na pequena produção mercantil (PPM), ou produção camponesa, a atividade agropecuária é estrategicamente distanciada dos mercados de terra, de crédito, de insumos e de trabalho, mas, ao mesmo tempo, é vinculada “ [...] de maneira específica e estrategicamente organizada a outros mercados[...] “ (PLOEG, 2006, p.21).

Para Ploeg, a idéia de diferentes formas de produção mercantil abre novas possibilidades para entender as transformações do mundo rural, que vão além das possibilidades oferecidas pelo dualismo clássico, primeiro entre camponeses e fazendeiros capitalistas (presente nos clássicos da questão agrária) e mais tarde entre agricultores familiares e agricultores capitalistas. Essa nova classificação

permite entendermos que, mesmo que o projeto modernizante tenha sido capaz de promover a mercantilização do mundo rural através de alterações nos processos de trabalho, isso não significa que somente as unidades de produção mercantilizadas, ou plenamente mercantilizadas (a produção simples de mercadorias), possuem condições de reprodução. Assim, um baixo nível de mercantilização (a produção camponesa) não deve, de forma alguma, ser compreendido como um obstáculo para o desenvolvimento e para a mudança social, o que contraria muitas abordagens teóricas. “Ao se definir a especificidade do modo de produção camponês em termos de produção de valor, esta pode ser articulada, de forma frutífera, com o debate sobre desenvolvimento (Ploeg, 2005, p.14, tradução nossa).

A seguir abordaremos questões relativas ao contexto social, político e econômico que possibilita a emergência dessa forma social de produção.

2.3.1 A desmercantilização como resposta à crise agrícola dos anos 90

Ploeg (2006), em seção intitulada *A condição camponesa* (p.20), afirma que a unidade camponesa de produção (ou a pequena produção mercantil) é precisamente a forma institucional que distancia a atividade agropecuária, de maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados (de insumos), ao mesmo tempo em que a vincula (também de maneira específica e estrategicamente organizada) a outros mercados (de produtos). Essa estratégia de autonomia é fruto da luta por sobrevivência e reprodução numa sociedade capitalista que promove a mercantilização dos modos de vida de uns e, ao mesmo tempo, exclui aqueles que não conseguem se adaptar/mercantilizar, seja por falta de recursos econômicos ou por uma ligação muito forte com a tradição camponesa.

Segundo Ploeg (2006, p.13, tradução nossa).

A partir dos anos 60, uma nova tendência materializou-se, tanto no centro como na periferia – uma tendência que irei referir-me aqui como a emergência da agricultura empresarial. Embora os germes dessa tendência tenham permanecido adormecidos durante algum tempo no interior do modo camponês de produção, o modo de produção empresarial pôde apenas se materializar e se desenvolver devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização massiva iniciado nas décadas de 60 e 70 em quase todo o mundo, ainda que com diferentes ritmos e diferentes consistências.

No Brasil, o processo de mercantilização da agricultura e do mundo rural toma fôlego a partir dos anos 60, quando o Estado brasileiro implanta uma política modernizante da agricultura que tinha como objetivo principal a adequação da estrutura de produção agrícola nacional ao novo surto de crescimento econômico definido pelo governo militar. Salvo os impactos econômicos, sociais e ambientais e a grande concentração dos instrumentos de modernização em certas regiões, produtos e produtores, a estratégia modernizante foi bem sucedida no que se refere à adequação da produção agrícola para funcionar numa sociedade de capitalismo em desenvolvimento e para cumprir com as funções a ela atribuídas (fornecer alimentos e matéria-prima baratos, funcionar como reserva de mão-de-obra, etc).

Entre os resultados desse processo podem-se destacar: o aumento da produtividade do trabalho agrícola e dos demais fatores de produção; o extraordinário crescimento dos volumes de produção de alimentos e matérias-primas no país; a diminuição abrupta das populações rurais; a redução da mão-de-obra ocupada na agricultura; os impactos ambientais, como a degradação dos solos, das águas e da vegetação; e os crescentes gastos de energia fóssil não-renovável sobre a qual repousa o modelo produtivista. Schneider (2003a, p.116) chama atenção para o fato de que, apesar dos elevados índices de produção e produtividade provocados pela modernização da agricultura, em muitos lugares do mundo, [...]inclusive nos países onde a modernização tecnológica foi mais intensa, parte considerável da população não consegue atingir os limites alimentares mínimos[...].

Na Europa, segundo Schneider (2003a), o disseminado e intenso processo de modernização tecnológica teve entre suas conseqüências o crescimento da produtividade agrícola e do volume global de produção, levando a uma crise de super-produção, que, segundo o autor, é:

“[...] o resultado da corrida tecnológica e produtiva entre os agricultores, estimulados através de uma política de subsídio via garantia de preços mínimos pelo governo, na qual a rentabilidade da atividade agrícola passa a estar diretamente associada à produtividade e aos volumes alcançados pelos produtores, o que desencadeia um processo de concorrência pelo incremento constante do progresso tecnológico pelos agricultores (SCHNEIDER, 2003a, p.121; tradução nossa).

A superprodução agrícola, as crises no mercado mundial de commodities, a queda dos preços reais dos produtos agrícolas e as políticas de redução dos estoques governamentais, implantadas a partir da reforma da PAC³³ ocorrida em 1991-1992, provocaram um declínio da rentabilidade do setor agrícola, acompanhada de aumentos nos custos de produção, o que caracteriza um cenário de aperto na agricultura Européia (ou crise).

Na América Latina, segundo Wilkinson (2003), a crise econômica dos anos 80 e a percepção do fracasso do modelo de substituição de importações levaram os países da região a remodelarem o seu sistema de governança interna e externa e a adotarem estratégias de crescimento via exportações. Nesse processo de construção de um novo sistema de governança, o Estado, em diferentes graus e de diferentes maneiras entre os países da América Latina, retira-se da intervenção nos mercados, desmonta os serviços de extensão rural e elimina políticas ativas setoriais. Tais medidas vieram acompanhadas de uma menor proteção tarifária e uma maior abertura ao comércio internacional, acelerando o ritmo de importações de alimentos, o que modificou radicalmente a dinâmica de produtos agrícolas como trigo, algodão, arroz e milho. Além desses fatores, mudanças estruturais internas, como a ocupação dos cerrados, modificaram abruptamente o ambiente concorrencial no sistema agroalimentar.

Nos países da América Latina a estrutura dos mercados nacionais também é afetada pela intensa onda de FDI, possibilitada pela modificação na legislação sobre os níveis de capital estrangeiro em empresas nacionais³⁴.

Embora empresas estrangeiras tenham uma longa história na América Latina, esse novo quadro institucional convergia com pressões advindas dos próprios mercados domésticos dos países desenvolvidos para estimular uma onda de FDI que também atinge os sistemas alimentares dos países em desenvolvimento (WILKINSON, 2003, p. 66).

³³ Política Agrícola Comum.

³⁴ Refere-se aos investimentos de capital estrangeiros realizados diretamente no país através da instalação de indústrias ou da aquisição de firmas nacionais.

Para os EUA, por exemplo, os FDI tornaram-se mais importantes que as exportações. Nesse novo cenário, a aceleração do domínio da grande distribuição, na forma de super e hipermercados, destaca-se como o resultado mais importante desse processo de transnacionalização, sendo que esse novo sistema de distribuição tem transformado radicalmente os padrões de coordenação dos atores ao longo das cadeias agroalimentares.

Com ritmos diferentes e dependendo das condições locais, a grande distribuição substitui os canais tradicionais de distribuição com a montagem de centrais próprias de distribuição (CD) por país ou região e também substitui fornecedores tradicionais, operando com um número limitado de fornecedores especializados que atende as especificações de entrega, leque de produtos e qualidade (WILKINSON, 2003, p.69).

Essas transformações acarretaram numa fragilização da participação dos pequenos produtores e de suas organizações tradicionais (cooperativas) no mercado. Na [...]reorganização das grandes cadeias de commodities mesmo produtores tidos como consolidados se viram ameaçados de exclusão[...] (WILKINSON, 2000, p. 27). As baixas sucessivas de preços, durante a década de 90, das *commodities* tradicionais, também impactaram a produção familiar.

Essas transformações no ambiente concorrencial geraram maior pressão por eficiência, a partir da redução de custos de produção e de um maior ritmo de inovação e modernização tecnológica. [...]Enquanto firmas individuais, regiões e países são capazes de acompanhar o *treadmill* das crescentes demandas por qualidade, o Mercosul como um todo tem ainda que atingir padrões mínimos de qualidade para a competição internacional em vários produtos chave[...] (WILKINSON, 2000, p. 27).

No Brasil, a crise do setor agropecuário gerou uma queda na rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira, que, segundo Lopes (1996 apud SCHNEIDERa 2003, p.135), “[...]foi reduzida em média 40% na comparação do período 1981-1985 com o quinquênio 1991-1995, diminuindo as rendas gerais na agricultura brasileira”.

Diante desse cenário de crise e de pauperização, a pequena produção mercantil, ou produção camponesa, re-emerge gerando diferentes estratégias para

ajustar-se às condições do mercado, às políticas e às tecnologias. De acordo com Ploeg “[...] o camponês não está apenas escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados” (Ploeg, 2005, p.41).

Assim, em várias partes do mundo, boa parte dos agricultores tem buscado distanciar suas unidades de produção dos mercados e, ao mesmo tempo, diversificar suas atividades a partir da efetivação de uma série de alternativas, entre as quais: (a) a criação de novos produtos e serviços, com a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis. Emergem então unidades produtivas multi-produtos, as quais contêm novos níveis de competitividade e reforçam a autonomia; (b) a busca de um distanciamento em relação aos mercados de insumos, a partir de práticas agrícolas de menor uso de insumos e serviços adquiridos no mercado. Isso resulta em uma agricultura (mais) econômica, na qual o processo de produção é crescentemente baseado na utilização de recursos não mercantis, provocando, com isso, uma redução na dependência direta da agricultura em relação ao capital financeiro e industrial; (c) relacionado ao anterior, a re-conexão da agricultura com a natureza (otimização do uso dos recursos naturais nos processos produtivos); (d) a emergência da pluriatividade; (e) a emergência de novas formas de cooperação local; e (f) a re-introdução da artesanidade (unidade orgânica entre trabalho intelectual e manual que permite um controle direto e afinado do processo de produção).

2.3.2. A recampesinização como estratégia de reprodução social das formas familiares de produção no meio rural

O processo de recampesinização consiste num fluxo contínuo e flutuante ao longo do tempo através do qual objetiva-se o afastamento sistemático, gradual e estratégico entre as unidades de produção e os diferentes mercados. Nas palavras de Ploeg (2006, p.40):

No entanto, a condição camponesa e o associado modo de produção camponês não representam um momento estático – trata-se também de um fluxo coerente e estrategicamente organizado que se desdobra ao longo do tempo: o presente se constrói sobre o passado e a situação atual irá se

traduzir em uma próxima, a não ser que surjam revezes de força maior. Durante – e parcialmente devido a – tais fluxos, a aparência imediata do campesinato pode mudar consideravelmente. O padrão básico, no entanto, permanece o mesmo... Camponês é aquele que organiza de uma forma camponesa tanto os seus processos de produção como as suas relações sociais (PLOEG, 2005, p.40).

As principais características do modo de produção camponês (idem, 22) são:

(a) A busca por maior eficiência técnica e a mudança técnica não material, em função da (relativa) escassez de recursos;

(b) A contínua intensificação da produção (alta produção por objeto de trabalho), devido ao fato de que entre os camponeses o trabalho será relativamente abundante e os objetos de trabalho e insumos relativamente escassos (terra, animais, insumos em geral). Segundo Ploeg (2006), uma vez firmemente estabelecido, é bastante provável que tal padrão se traduzirá em contínua intensificação (baseado em uma crescente quantidade e qualidade do trabalho), mais do que em um precipitado aumento da escala (Ploeg, 2005, p.29);

(c) Se no processo de mercantilização, como caracteriza Ploega (1992), ocorre uma crescente externalização de tarefas e sub-tarefas, que passam a ocorrer a partir de normas estabelecidas por instituições externas (a ciência e a técnica aplicada à produção agrícola), gerando um afastamento e uma desconexão entre trabalho e capital, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, acompanhados ou procedidos pela desconexão das atividades agrícolas dos conjuntos locais de relações de produção, na recampesinização ocorre o inverso, ou seja:

Os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de produção. As regras que governam as inter-relações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos mobilizados) são tipicamente derivadas de (e vinculadas a) repertórios culturais locais e relações de gênero (PLOEG, 2005, p.24).

(d) Se no processo de mercantilização ocorre uma desconexão entre o processo de trabalho e a força de trabalho requerida, tornando supérflua não somente a quantidade, mas também a qualidade do trabalho, o processo de recampesinização depende de um retorno à centralidade do trabalho, no que se refere à intensidade e à qualidade. Nesse processo destacam-se o desenvolvimento

de tecnologias baseadas na capacidade técnica dos agricultores, a produção de novidades e as inovações camponesas.

(e) Uma quinta característica refere-se à oposição entre a reprodução dependente do mercado e a reprodução historicamente garantida. O processo de mercantilização leva, em diferentes graus, a uma dependência em relação a uma complexa rede de novas relações mercantis e prescrições técnicas e administrativas. Na reprodução dependente do mercado, os insumos e fatores de produção aparecem no processo produtivo como mercadorias, pois a unidade produtiva não mais se organiza em função da necessidade de assegurar, na forma de valores de uso, as condições de produção do ciclo seguinte. Os recursos monetários obtidos após a colheita é que determinam o modo como deverá se organizar a produção no ano agrícola subsequente.

Quanto mais uma empresa agrícola é incorporada, quanto mais os recursos usados aparecem como mercadorias, mais o trabalho e o desenvolvimento dos processos de produção (produção e reprodução) são reorganizados em direção das relações correntes de preço e mercado (LONG, 1986b, p.3, tradução nossa).

Quando um alto nível de incorporação é alcançado, os mercados tornam-se um princípio estruturante, reorientando a reestruturação do processo de trabalho agrícola e o conjunto das estratégias produtivas e reprodutivas das famílias.

Através da recampesinização as famílias alcançam a reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida, na qual a força de trabalho, os objetos e os meios de trabalho utilizados em um determinado ciclo produtivo são o resultado do ciclo precedente. Essa modalidade não exclui, ao contrário do que se poderia pensar, a existência de uma relação com o mercado. Orienta-se, no entanto, a partir de uma racionalidade que busca assegurar não apenas a produção de mercadorias, mas a reprodução de todo um conjunto de valores de uso que deverão garantir a continuidade do processo produtivo no próximo ciclo.

Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores, entrando no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade familiar produção (PLOEG, 2006, p.25).

Ao trazer os objetos e os instrumentos de trabalho, até onde são possíveis, para a reprodução historicamente garantida, os agricultores criam relações sociais de produção que maximizam seu velho controle sobre o processo de trabalho o que permite dirigir a produção, em grande parte como parte da riqueza produzida (LONG, 1986b, p.4, tradução nossa).

(f) Outra importante e decisiva característica refere-se à busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos, na comunidade e pelos atores individuais. Na produção capitalista e/ou empresarial (produção simples de mercadorias), o progresso material de uma unidade de produção é assentado numa contínua redução no uso do trabalho e na apropriação das posses de outras unidades de produção. Conforme Ploeg (2006, p.36) onde predominam as formas capitalistas e empresariais de produção o [...]aumento do valor agregado no plano das empresas individuais (através da apropriação de outras unidades de produção) irá freqüentemente repercutir, no plano regional, em um decréscimo geral na riqueza total produzida e disponível.

Ao contrário, na pequena produção mercantil ocorre uma ampliação do valor agregado total por unidade de produção, obtido através do distanciamento do processo de produção dos circuitos mercantis. “Os camponeses buscam as possibilidades de desmercantilizar (no que se refere ao mercado de novas tecnologias e insumos), para justamente poder ingressar de forma mais eficiente em processos específicos de mercantilização de seus produtos” (Ploeg, 2006, p.39).

Ploeg (2006) justifica a elevação do valor agregado individualmente e comunitariamente pela pequena produção mercantil, através de um estudo empírico feito sobre a produção de leite na Holanda.

Se a cota de leite de que dispõe a Holanda (10,8 bilhões kg de leite) fosse produzida dentro de um estilo empresarial de escala relativamente grande, haveria “espaço” para cerca de 13.900 produtores de leite. Se, no entanto, tivéssemos o estilo camponês, o número total de produtores seria no mínimo o dobro. E o mais importante: a geração de empregos produtivos e valor agregado também seria duas vezes maior (Ploeg, 2005, p.31, tradução nossa).

2.4A EMERGÊNCIA DA PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL NO MEIO RURAL

Além da recampesinização, conforme descrita por Ploeg (2006), a pluriatividade tem sido considerada, por diversos autores da teoria social contemporânea, em especial aqueles vinculados à Sociologia da Agricultura, como estratégica para a reprodução social das formas familiares de produção no meio rural, em diversas partes do mundo.

Segundo Schneider (2003a, p.74), a pluriatividade é um fenômeno social que passou a se generalizar ainda nos anos 70 e que corresponde “[...] à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores”³⁵. Para esse autor, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural. Assim sendo, essa noção refere-se a “[...] uma unidade produtiva multimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências)” (FULLER, 1990 apud SCHNEIDER, 2003a, p.74).

Schneider (2003a) destaca, entre os estudos sobre a pluriatividade no meio rural, aqueles realizados por Marsden, nos quais o autor apresenta esse fenômeno como uma configuração *par excellence* das relações de trabalho contemporâneas, decorrente dos processos de reconfiguração social, econômica e espacial da reestruturação capitalista, também chamada de fase pós-fordista. Para Marsden (1995) apud (SCHNEIDER, 2003a, p.88), “[...] em razão do recuo do padrão fordista de produção (também chamado de ‘pós-productivismo’) na agricultura revitalizam-se formas de produção e reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluriatividade e expressão mais eloqüente deste redirecionamento.

³⁵ Nesse trabalho Schneider destaca que o fenômeno atualmente denominado pluriatividade não representa uma situação inteiramente nova no mundo rural, e que já nos trabalhos de Kautsky e Chayanov é possível encontrarmos as primeiras referências aos “trabalhos acessórios” e às outras “atividades não agrícolas” (Schneider, 2003a, p.80).

Nesse sentido, e em consonância com os trabalhos de Ploeg, Marsden acredita que na fase pós-fordista, ou pós-produtivista, o espaço rural deixa de ser unicamente um espaço para a produção agrícola. Nesse momento o rural recebe novas atribuições e torna-se ambiente para o desenvolvimento de múltiplas atividades.

Schneider (2003b), com base nos argumentos de Marsden e colaboradores, aponta que o processo de reestruturação capitalista afeta a agricultura em quatro aspectos: (a) a super-produção de alimentos, devido ao progresso técnico e à estabilidade de preços nos países desenvolvidos, causados pela intervenção do Estado no mercado de produtos agrícolas; (b) os impactos ambientais, especialmente sobre a paisagem rural; (c) o crescimento desigual da riqueza devido às desigualdades nas possibilidades de incorporação dos avanços tecnológicos entre os agricultores e regiões; (d) o declínio do emprego agrícola, o crescimento das atividades não agrícolas e o aumento da pluriatividade no campo. O autor atribui este último aspecto às inovações tecnológicas que objetivam a elevação das escalas de produção e redução da força de trabalho requerida.

Além da interpretação da pluriatividade como uma expressão da dinâmica das transformações socioeconômicas dos espaços rurais, Schneider (2003b) reconhece, a partir dos trabalhos de Marsden (1990) e também de Fuller (1987, 1990), que somente elementos exógenos não são suficientes para explicar a recorrência à pluriatividade pelas famílias de agricultores. Para Schneider, a partir de Marsden e Fuller é possível reconhecermos que as explicações a respeito da pluriatividade devem considerar também a dinâmica interna das unidades familiares e sua relação com o ambiente social e econômico externo. Para Fuller (1990 apud SCHNEIDER, 2003, p.90), a “[...]pluriatividade é um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária existente”.

Assim, Schneider (2003b), baseado em Fuller (1990), destaca a necessidade de análise da pluriatividade a partir de três níveis distintos: (a) um primeiro, que toma a pluriatividade como expressão de economias locais e regionais e das condições socioculturais e políticas dos locais e regiões; (b) o segundo nível de análise refere-se às relações intra-familiares, ou seja, a família como núcleo de decisões (neste

nível torna-se necessário conhecer melhor os elementos internos que tornam as famílias pluriativas¹⁹); e (c) um terceiro nível, que se refere à pluriatividade como expressão das transformações sócio-econômicas estruturais.

Em relação ao segundo nível de análise, o das relações intra-familiares, alguns elementos teóricos do enfoque chayanoviano são resgatados no intuito de se compreender a relação entre a dinâmica intra-familiar das unidades agrícolas, a produtividade do trabalho dos membros da família e a recorrência à pluriatividade. No entanto, se, para Chayanov, os anos de maior produtividade da força de trabalho familiar coincidiam com os anos de maior exploração da terra e produtividade das atividades agrícolas, para Schneider, no Sul do Brasil a pluriatividade cria uma situação na qual nos anos mais produtivos da força de trabalho familiar esta pode estar envolvida em ocupações não agrícolas. Para o autor, essa inversão decorre da ociosidade da mão-de-obra familiar nesta fase do ciclo da família (em função da sazonalidade da produção agrícola e da motomecanização das atividades) e das novas necessidades que surgem nas famílias neste período, entre elas a necessidade de investir em novas terras ou novas atividades para os filhos que estão chegando à idade adulta:

Nesse caso, ao contrário de que previa Chayanov, o chefe da família e os outros membros em idade plena de trabalhar passam a se ocupar com trabalhos fora da propriedade durante os anos mais produtivos de suas vidas (entre 18 e 50 anos, aproximadamente), invertendo a relação positiva que esse postulado estabeleceu entre o desenvolvimento demográfico e o crescimento da produtividade agrícola (SCHNEIDER, 2003b, p.104).

Para Carneiro, no entanto, a pluriatividade apresenta uma “[...] heterogeneidade de fenômenos que podem assumir diferentes significados em contextos, épocas e lugares distintos, o que compromete sua validade heurística e conceitual” (CARNEIRO, 1998 apud SCHNEIDER, 2003b, p.103). Dessa forma, para a referida autora, as atividades complementares poderão ter pesos e significados opostos e contraditórios para a reprodução da exploração familiar, segundo o contexto histórico-social, os tipos de atividade e segundo a pessoa que os exerce, podendo ser diferente se praticada pela esposa, pelo chefe da família ou pelos filhos. Devido a isso, a autora considera necessário prevermos um espaço em

nossas análises para apreendermos os conflitos entre os interesses individuais e os conflitos dentro da família rural.

Neste trabalho nos interessamos em saber se a pluriatividade coloca-se como estratégia produtiva para as famílias de agricultores de Ipê, se a inserção na rede alternativa tem motivado a estratégia da pluriatividade, e quais os motivos e mecanismos internos a rede alternativa que motivam e viabilizam esta estratégia.

Diante das considerações de Schneider e Carneiro sobre a pluriatividade e o caráter familiar dos grupos sociais que recorrem a esta, analisaremos, também, se as estratégias baseadas na pluriatividade objetivam a reprodução dos indivíduos familiares ou das famílias de agricultores.

2.5. AGRICULTURA ECOLÓGICA ENQUANTO PROPOSTA ALTERNATIVA PARA A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O termo agricultura ecológica é utilizado pelos agricultores e técnicos do município de Ipê como forma de denominar a prática de uma agricultura fundamentada na utilização de recursos naturais locais e renováveis e na não utilização de agrotóxicos, adubos químicos de alta solubilidade e organismos modificados geneticamente (CENTRO ECOLÓGICO, 2006). É uma expressão nativa, em construção, que pode ser considerada um homônimo de outros tipos de agricultura que se apresentam como alternativa à agricultura moderna, ou convencional, entre elas a agricultura orgânica e a agricultura biodinâmica³⁶

No Brasil, as primeiras manifestações de contrariedade ao modelo de desenvolvimento agrícola instituído pela política modernizante do governo militar tem origem nos anos 70, quando os movimentos de contestação direcionam suas críticas aos impactos sociais do modelo agrícola, questionando principalmente a elevada

³⁶ Para uma visão sobre a origem dos movimentos de contestação na agricultura e seus desdobramentos no Brasil ver Ehlers (1996), Almeida (1999), Canuto (1998) e Costabeber (1998). Uma síntese das principais características e conclusões desses estudos pode ser encontrada em Schmitt (2001). Em função de que esses, assim como outros trabalhos, já realizaram uma boa contextualização e descrição histórica dos movimentos alternativos na agricultura, optamos por não realizá-las novamente nesta dissertação. Assim, somente apresentaremos algumas informações gerais que acreditamos serem suficientes para identificar o que entendemos por agricultura ecológica.

concentração da posse da terra e das riquezas produzidas, o agravamento das disparidades regionais e os intensos processos migratórios para centros urbanos em processo de industrialização. A partir dos anos 80, em função das primeiras evidências das distorções ambientais provocadas pela agricultura produtivista, como os casos freqüentes de contaminação dos trabalhadores rurais, degradação de recursos naturais não renováveis, entre outros, esses movimentos passam gradualmente a incorporar na sua pauta de luta temas relacionados ao meio ambiente.

As frentes de luta vão se abrir passando os movimentos a não mais visarem especificamente à questão da terra, reservando, no entanto, a essas formas de luta um espaço político importante nos anos oitenta e noventa. Trata-se então de combater as diferentes formas de exploração dos trabalhadores e dos assalariados rurais do jugo do trabalho e dos interesses puramente lucrativos e comerciais; de desenvolver novas alternativas de produção; de obter melhores preços e de favorecer os movimentos de mulheres e jovens trabalhadores agrícolas. As ações passam a englobar, pouco a pouco, além de questões da reforma agrária os temas relativos ao meio-ambiente e à modernização da agricultura. É o conjunto dessas ações que vai constituir o centro das contestações e críticas na direção da agricultura dominante, principalmente a partir da década de 1980 (ALMEIDA, 1999, p.55).

Nesse contexto passam a ser implantadas as primeiras ações de agricultura alternativa no Brasil, e entre estas se destacaram: (a) a implantação da Estância Demeter, como uma experiência de agricultura biodinâmica, no interior de São Paulo, no final dos anos 70; (b) a realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), durante a década de 80³⁷; e (c) a implantação do Projeto Tecnologias Alternativas, a partir de 1983, que objetivava a formação de equipes multidisciplinares de assessoria técnica a pequenos agricultores visando [...]suprir as carências que estavam inviabilizando inúmeros assentamentos oriundos de lutas vitoriosas pela posse da terra[...] (SCHMITT, 2001, p. 40)³⁸. Até 1988, o PTA esteve vinculado à Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), quando então é reestruturado, desvinculando-se da FASE e passando a constituir a

³⁷ De acordo com Schmitt (2001), os EBAS se constituíram como o lugar de convergência de *um universo heterogêneo e geograficamente disperso* (p.38) de experiências e iniciativas na área da agricultura alternativa no Brasil. Estas foram realizadas nos anos de 1981, em Curitiba-PR, de 1984, em Petrópolis-RJ, de 1987, em Cuiabá-MT, e no ano de 1989, em Porto Alegre-RS.

³⁸ O Projeto foi criado em novembro de 1983 num seminário promovido pela FASE em Campinas-SP (ALMEIDA, 1999).

Rede PTA (Rede de Projeto de Tecnologias Alternativas), que muito contribuiu para a construção da proposta alternativa no Brasil³⁹.

Nos anos 90, através de uma articulação entre a Rede PTA com o CLADES (Centro Latino de Agroecologia e Desenvolvimento), a noção de agricultura alternativa passa a ser substituída pela noção de agroecologia, o que, de acordo com Elhers (1996), esteve fortemente vinculado à necessidade e à busca de fundamentação científica para as proposta técnicas desenvolvidas até então. Dessa forma, como afirma Almeida (2001):

A agroecologia substituiu, pouco a pouco, a noção-chave (e, reconhecidamente, um pouco fragmentada) de “tecnologia alternativa”, muito em voga no período de meados da década de 70 até o final da década de 80. Ela parece ampliar a percepção que se deve ter do agrícola, do rural e da sociedade. Mesmo sendo pensada, primeiramente, para tratar do “agro”, a agroecologia, através de uma intervenção mais localizada, tem bem presente a visão macro, ou “sistêmica”, ou até mesmo “planetária” (ver, por exemplo, as representações expressas anteriormente). E, nesse ponto, parece ter evoluído em relação à tecnologia (agricultura) alternativa (ALMEIDA, 2002, p.7).

De acordo com Guzmán (1997), a origem da agroecologia deve ser atribuída a dois *locus* intelectuais, *um* localizado no México e outro localizado na Espanha. Entre os autores do *locus* mexicano Guzmán cita Angel Palerm, Victor M. Toledo, Stephen R. Gliessman, Alba Gonzáles Jacome, e, na Espanha, os estudos de Joan Matínez Alier, José M. Neredó e os trabalhos empíricos do Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses. Para Guzmán, no entanto, a configuração teórica da agroecologia é fruto do trabalho de sintetização e sistematização de Miguel A. Altieri, na Califórnia, EUA, que define a agroecologia da seguinte maneira:

³⁹ Entre as organizações no sul do Brasil que nasceram nessa época, sob influência do Projeto Tecnologias Alternativas, citam-se o *Centro de Tecnologias Alternativas Populares* (CETAP), fundado em 1986, em Passo Fundo/RS, entidade ligada aos movimentos sociais rurais no RS, o *Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor* (CAPA), entidade fundada e mantida pela Igreja Luterana do Brasil (IECLB), que atua em várias regiões do sul do Brasil (Erechim, Santa Cruz e Pelotas no RS, Randon no PR e Saltinho em SC), o *Centro Vianei de Educação Popular*, entidade fundada no início dos anos 80, em Lajes/RS, a partir de uma articulação entre a Diocese de Lages e a CPT, a *ASSESOAR*, entidade de agricultores familiares, fundada em 1966, com sede em Francisco Beltrão, mas com atuação em vários municípios da região sudoeste do PR, a *RURECO*, fundada em 1986, e com atuação no centro-sul do Paraná, e a *AS-PTA*, criada para coordenar os projetos PTA, no início dos anos 90, após o desligamento do projeto PTA da FASE. As entidades do RS, SC e PR que faziam parte da Rede PTA hoje integram, juntamente com outras entidades de assessoria e organizações de agricultores e consumidores de alimentos ecológicos, a Rede Ecovida de Agroecologia (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2007).

É a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura "sustentável" nas suas diversas manifestações e/ou denominações (ALTIERI, 1998:18).

Apesar de a noção de agroecologia ter sido apresentada no Brasil como uma disciplina científica que estuda os agroecossistemas, esta em processo rápido deixou de ser entendida somente como tal tornando-se também uma prática agrícola propriamente dita, ou um largo “*guarda chuva*” conceitual que permite abrigar as várias tendências alternativas do país, entre elas a agricultura ecológica.

Dessa forma, a expressão agricultura ecológica é utilizada pelos técnicos e agricultores ecologistas do município de Ipê para designar a prática de uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia. Assim, quando agricultores e técnicos do município se referem a propriedades agroecológicas, querem informar que estas propriedades estão em processo de transição agroecológica, o que, de acordo com Costabeber e Caporal, pode ser entendido como:

“[...]um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.12).

No que se refere ao número de unidades de produção em processo de transição agroecológica, estimativas apresentadas pela Rede ECOVIDA de

Agroecologia⁴⁰ mostram que atualmente cerca de 2.000 famílias de agricultores, 20 entidades de assessoria e 15 organizações de consumidores de alimentos ecológicos se encontram vinculadas aos 21 núcleos de articulação da entidade. Segundo dados de Schmitt (2002), esse número é maior. Com base em informações publicadas pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri e pelo Consórcio de ONGs do campo da agroecologia no RS (Centro de Tecnologias Alternativas Populares – Cetap/Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – Capa/Centro Ecológico), a autora estimou a existência de 8.000 a 10.000 produtores engajados em processos de transição agroecológica no Sul do Brasil.

É importante destacar que a prática de uma agricultura ecológica no Sul do Brasil incorpora, como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, além de práticas agrícolas baseadas nos princípios da agroecologia, a agroindustrialização de alimentos e a construção de canais de comercialização de produtos agrícolas alternativos aos canais convencionais, conforme propõe Meirelles (2007):

Neste sentido é importante que, conjugado aos esforços de redesenho dos sistemas produtivos em direção a bases mais ecológicas, também as redes socioeconômicas sejam redesenhadas para darem o suporte necessário à mudança de enfoque tecno-ambiental. Assim, se torna imprescindível que os agricultores familiares busquem criar estes mecanismos que por um lado propiciem maior segurança a esta opção pela agricultura ecológica e por outro contribuam com a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Alguns destes mecanismos já vêm sendo adotados por um número significativo de agricultores ecologistas (MEIRELLES, 2007, p. 5).

Entre os mecanismos de suporte à mudança técnico-ambiental o autor cita: (a) a agregação de valor à produção primária, com a criação de agroindústrias de pequeno porte; (b) o desenvolvimento de espaços de organização democráticos e participativos, que permitam a troca de experiências e informações, a busca de soluções conjuntas para problemas comuns e que gerem capacidade de

⁴⁰ Essa organização se originou a partir das ONGs e das organizações de agricultores que, no início dos anos 80, trouxeram o tema das tecnologias alternativas e que desde então vêm trabalhando na consolidação da agroecologia no sul do Brasil.

interlocução com o poder público e com outros atores sociais; e (c) a busca de canais de comercialização que minimizem os elos de intermediação que separam agricultor e consumidor, que favoreçam a aproximação e o intercâmbio entre o rural e o urbano e que melhorem os ingressos dos agricultores e estimulem a produção com bases ecológicas.

A partir do pressuposto teórico de que a reprodução social da agricultura familiar, na atualidade, requer um processo de afastamento do mercado de *inputs*, de ligação estrategicamente organizada com o mercado de produtos e de diversificação das fontes de renda das famílias, objetivamos analisar a potencialidade da proposta agroecológica e dos seus mecanismos de suporte à mudança técnico-ambiental em gerar novas oportunidades à reprodução social da agricultura familiar.

3. DE COLONOS A AGRICULTORES FAMILIARES: A PRODUÇÃO DA HETEROGENEIDADE NAS FORMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO NO MEIO RURAL DE IPÊ/RS

Este capítulo tem como objetivo principal desenvolver uma análise a respeito da formação histórica da agricultura familiar do município de Ipê. No entanto, não foi pretensão somente descrever o processo histórico, da chegada dos colonos aos dias atuais, mas principalmente analisar como transformações internas e externas ao sistema produtivo colonial foram transformando a agricultura colonial/camponesa em formas sociais vinculadas e dependentes do mercado. Aqui pretendemos mostrar que esse processo de mercantilização da agricultura e do mundo rural foi e continua sendo um processo diferencial, extremamente complexo, multiforme e variável, abrangendo muitas facetas e inter-relações, que deram origem a uma agricultura familiar heterogênea no que se refere às suas estratégias produtivas e reprodutivas, e na sua relação com os diferentes mercados (mercados de insumos, mercado de alimentos, mercado de produtos, mercado financeiro, etc) aos quais está vinculada. Dentro dessa heterogeneidade destacamos a emergência e o desenvolvimento de um estilo agrícola calcado nos princípios da agroecologia. Como não poderia deixar de ser, também objetivamos localizar o município de Ipê e apresentar algumas de suas informações sócio-econômicas e demográficas. Essas informações serão apresentadas na primeira seção do capítulo. Na segunda nos dedicaremos a formação da agricultura familiar.

3.1. O MUNICÍPIO DE IPÊ/RS

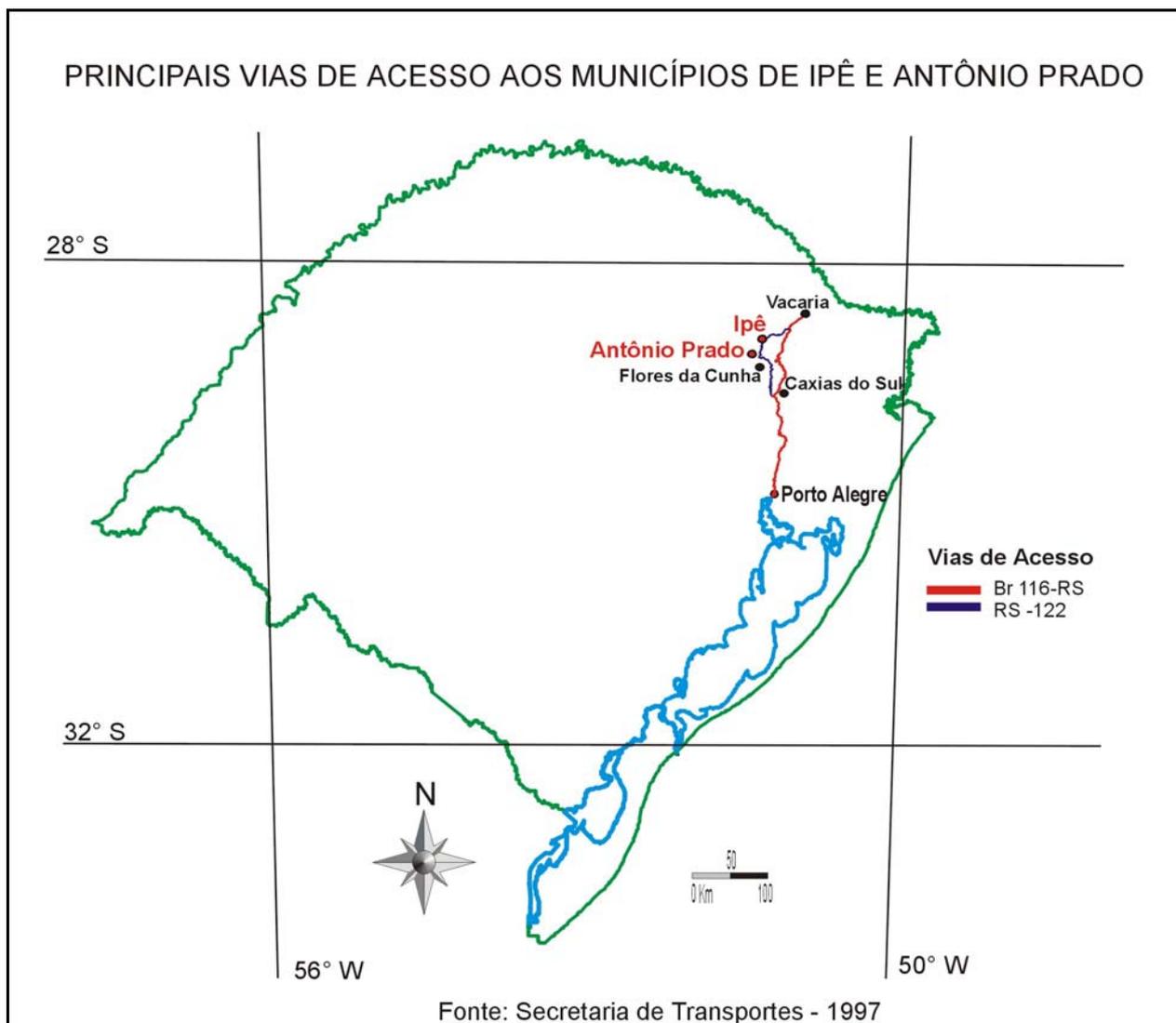
O município de Ipê/RS segundo os critérios de localização do IBGE, integra a Microrregião de Vacaria (MR-43015). Situa-se na transição entre a encosta basáltica do Planalto Meridional (mais conhecida como Serra Gaúcha) e os chamados Campos de Cima da Serra. A vegetação do município caracteriza-se por uma interação entre a Mata de Araucárias, ou Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Decidual e os

Campos⁴¹. O clima pode ser classificado como sub-tropical úmido, em transição para o temperado, sendo marcado por invernos bastante rigorosos em comparação com outras partes do Brasil. Os índices de pluviosidade oscilam entre 2.000 e 2.500 mm anuais, com possibilidade de estiagem no verão. No inverno, a temperatura média fica em torno de 10^o C.

A topografia do município é bastante acidentada, com altitudes que variam de 400m acima do nível do mar, na ribanceira do Rio das Antas, até acima de 800m nas áreas de campo do município. Os solos são de origem basáltica, com textura predominantemente argilosa, e possuem um bom potencial de fertilidade. Os solos do município no geral são ácidos (pH médio de 4,5), com alto teor de alumínio e com limitações no que diz respeito à mecanização, sobretudo devido à sua declividade (SCHMITT, 2001).

O município possui uma área de 601 km², que é dividida em três distritos administrativos (Sede, Vila Segredo e Vila São Paulo). O mapa a seguir apresenta a localização e as vias de acesso ao município de Ipê.

⁴¹ As áreas de campo, situadas nesta porção do Planalto Meredional, caracterizam-se, segundo o Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado do Rio Grande do Sul (1994), pela vegetação do tipo Savana Parque. A Floresta Estacional Decidual caracteriza-se pela presença de dois estratos florestais, sendo um deles predominantemente caducifólio, com mais de 50% dos indivíduos despidos de folhagem no período desfavorável. No Estado do Rio Grande do Sul, esse período desfavorável ocorre em função do frio.



Mapa 01: Localização do município de Ipê-RS

Fonte: Rio Grande do Sul, Secretaria de Transportes, 1997.

As principais atividades econômicas do município são a agricultura e a pecuária, que juntas respondem por 75% da arrecadação municipal. No ano de 2000 a renda per Capita no município foi de R\$ 237,46, inferior à renda per Capita média do Rio Grande do Sul (R\$ 357,74) e do Brasil (R\$ 297,23) (IBGE, 2000).

Em termos de indicadores sociais, em 2000 o município apresentou um IDHM de 0,780 (PNDU; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; Fundação João Pinheiro, 2000)⁴². Segundo a classificação do PNUD (Programa das Nações Unidas para

⁴² O IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, foi criado no início da década de 1990 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Ele combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade (que reflete as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer), a educação (medida por uma combinação da taxa de alfabetização de

o Desenvolvimento), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios da microrregião, Ipê possui o segundo maior IDHM, logo após o município de Campestre da Serra. Em relação aos demais municípios do Brasil, Ipê ocupa a 1040ª posição, sendo que 1039 municípios (18,9%) estão em situação melhor e 4467 municípios (81,1%) estão em situação pior ou igual. No Estado do RS, Ipê apresenta uma situação intermediária: ocupa a 260ª posição, sendo que 259 municípios (55,5%) estão em situação melhor e 207 municípios (44,5%) estão em situação pior ou igual.

No período 1991-2000, no município de Ipê a taxa de crescimento da população total foi negativa (quadro 02)⁴³. Nesse período a população de Ipê teve uma taxa média de crescimento anual de -4,58%, passando de 5.718 em 1991 para 5.456 em 2000. A população urbana do município cresceu em 30,12%, enquanto a população rural foi reduzida em 20,73% (de 68,24% para 56,68%). Como a redução da população rural (809 habitantes) foi maior que a elevação da população urbana (547 habitantes), e considerando que houve redução da população total, podemos concluir que parte dos moradores das áreas rurais que migraram no período de 1991 a 2000 migrou para fora do município⁴⁴.

adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior) e a renda (medida pelo poder de compra da população, baseada no PIB per capita ajustado ao custo de vida local). A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação dessas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação desses índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. O IDH-M foi desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA. Tal como o IDH, é um índice que mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica.

⁴³ Em função de o município de Ipê ter se emancipado de Vacaria em 1989, não é possível analisarmos o comportamento da população total e da população urbana e rural do município a partir dos anos 70, período no qual a agricultura brasileira sofreu intensas transformações que causaram, entre outras, a migração de um grande número de moradores rurais para as cidades devido à redução do emprego agrícola no país.

⁴⁴ Na tabela 02 podemos verificar que a maioria dos municípios da região apresentou taxas negativas de crescimento da população rural. Também podemos verificar que nesta microrregião existem três grupos de municípios, no que se refere ao perfil demográfico da população: um primeiro grupo formado pelos municípios de Muitos Capões, Monte Alegre dos Campos e Campestre da Serra, municípios nos quais é notório o elevado percentual da população rural sobre a total, o que revela que esses municípios ainda são municípios rurais. Um segundo grupo formado por Cambará, Esmeralda, Ipê e São José dos Ausentes, nos quais a população rural ainda é superior à urbana, mas a diferença entre as duas é pequena. E, por fim, há o grupo de municípios no qual a população urbana supera a população rural desde 1991. Nesse grupo estão Vacaria, São Francisco de Paula, Lagoa Vermelha e Bom Jesus.

Tabela 02: Perfil da população nos municípios da Microrregião de Vacaria (1991-2000)

Município	Total (1991)	Total (2000)	Taxa de crescimento da pop.total	Urbana (1991)	Urbana (2000)	Taxa de crescimento da pop.urbana	Rural (1991)	Rural (2000)	Taxa de crescimento da pop.rural	%da pop.rural em relação à pop.total (1991)	%da pop.rural em relação à pop.total (2000)
Bom Jesus	13.362	12.014	-10,09%	8.179	8.376	2,41%	5.183	3.638	-29,81%	38,79%	30,28%
Cambará do Sul	7.092	6.840	-3,55%	2.281	3.047	33,58%	4.811	3.793	-21,16%	67,84%	55,45%
Campestre da Serra	2.721	3.170	16,50%	969	1.034	6,71%	1.752	2.136	21,92%	64,39%	67,38%
Esmeralda	5.712	5.521	-3,34%	2.035	2.415	18,67%	3.677	3.106	-15,53%	64,37%	56,26%
Ipê	5.718	5.456	-4,58%	1.816	2.363	30,12%	3.902	3.093	-20,73%	68,24%	56,69%
Jaquirana	4.053	4.814	18,78%	1.450	2.819	94,41%	2.603	1.995	-23,36%	64,22%	41,44%
Lagoa Vermelha	28.313	29.833	5,37%	20.400	23.539	15,39%	7.913	6.294	-20,46%	27,95%	21,10%
Monte Alegre dos Campos	2.818	3.040	7,88%	136	116	-14,71%	2.682	2.924	9,02%	95,17%	96,18%
Muitos Capões	2.923	2.867	-1,92%	558	866	55,20%	2.365	2.001	-15,39%	80,91%	69,79%
São Francisco de Paula	19.251	19.725	2,46%	11.191	12.269	9,63%	8.060	7.456	-7,49%	41,87%	37,80
São José dos Ausentes	2.828	3.104	9,76%	1.020	1.516	48,63%	1.808	1.588	-12,17%	63,93%	51,16%
Vacaria	50.658	57.341	13,19%	43.980	52.425	19,20%	6.678	4.916	-26,39%	13,18%	8,57%
Média da Microrregião			4,20%			26,60%			-13,46%	57,57%	49,34%
Rio Grande do Sul			11,48%			18,89%			-12,71%	23,44%	18,35%

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 1991, 2000.

3.2. A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE IPÊ: do sistema produtivo colonial à heterogeneidade da agricultura familiar

Segundo Schneider (2002), o processo de ocupação territorial e assentamento dos colonos de origem italiana na Encosta da Serra deu origem a um novo *modo de vida*, o modo de vida colonial. Cândido (1987 apud SCHNEIDER, 2002) define modo de vida como o modo de funcionamento de um determinado grupo social, que desenvolve uma forma de organização das relações sociais de produção e uma forma de sociabilidade. Essa noção compreende tanto as relações materiais e as estratégias necessárias para garantir a organização dos meios de produção quanto as relações de sociabilidade (parentesco, reciprocidade, etc.) e a própria cultura de um determinado grupo social.

Neste trabalho a análise concentra-se na organização dos meios de produção, ou seja, nos aspectos econômicos e produtivos desse modo de vida colonial, sem, contudo, negligenciar a dimensão cultural, já que, conforme abordaremos a seguir, a cultura, representada neste estudo através da noção de repertório cultural, dá forma e é também formada pela organização dos meios de produção. Segundo Schmitt (2001), esse sistema produtivo colonial pode ser entendido como um conjunto de estratégias produtivas e de manejo dos agroecossistemas que os colonos italianos colocaram em prática ao longo da história, até o período recente.

Conforme discutido na introdução deste trabalho, a reprodução social, ou melhor, as estratégias de reprodução social da agricultura familiar, são determinadas a partir de um processo dinâmico de transformações e adaptações que objetivam a perpetuação de uma entidade coletiva. Essas adaptações ocorrem em função de alterações nas características e nas necessidades internas das famílias, e de transformações na sociedade da qual essa entidade coletiva faz parte.

A partir desse entendimento e com base Schneider (2002), consideramos que a agricultura familiar que hoje encontramos em Ipê é o resultado de um processo crescente de mercantilização da vida colonial e do processo produtivo, o qual alterou as condições necessárias para a existência do campesinato e assim fez emergir uma nova forma social, integrada em diversos graus aos mercados de insumos e produtos (PLOEG, 1992a).

Para descrever como se deu essa transformação/adaptação nos apoiaremos também na noção de *repertório cultural* de Ploeg associada à noção de *modo de vida*

colonial. Ou seja, aqui nos interessa entender como as especificidades do modo de vida colonial estabelecido em Ipê, município portador de um repertório cultural específico, foram capazes de mediar as transformações da agricultura nacional no espaço local, dando origem a uma agricultura diferente daquela do sistema produtivo colonial, posto que mais mercantilizada, diferente da agricultura familiar de outros municípios da região, e ao mesmo tempo portadora de uma considerável diversidade entre si⁴⁵.

3.2.1. Fases do sistema produtivo colonial⁴⁶

a) Fase 1 (1890-1930): Fase de desenvolvimento da agricultura colonial.

A partir do século XIX, os imigrantes italianos que chegam a Ipê ocupam pequenas porções de terra nas áreas de mato do município e ali instalam um sistema agrícola chamado de *agricultura colonial*, que dá origem à agricultura familiar do local⁴⁷. Até essa época as áreas de mato do município estavam sob a posse dos fazendeiros portugueses e de seus descendentes, que, mesmo não habitando o local, utilizavam essas terras para o cultivo de alguns produtos agrícolas para subsistência das fazendas e também para a engorda de animais durante o período do inverno⁴⁸.

⁴⁵ A diversidade entre as famílias de Ipê certamente ficará mais clara na leitura do capítulo 4.

⁴⁶ É possível encontrarmos diversos trabalhos de pesquisa que estabelecem uma periodização da agricultura colonial no Rio Grande do Sul. Para a pesquisa sobre o município de Ipê foram consultados: Santos (1978), Schmitt (2001), Schneider (2002), Orth e Lucatelli (1986). Também foram bastante utilizadas as informações apresentadas na Análise-Diagnóstico da Agricultura de Ipê-RS, realizada pela UNIJUÍ (2002) e no Diagnóstico da Situação do Município, elaborado pela EMATER (1992).

⁴⁷ A ocupação do território do município de Ipê teve início ainda no século XVII, quando tropeiros paulistas transitavam pelo território em busca do gado que pastava solto pelo pampa, após a destruição das missões jesuíticas na primeira metade deste século. Mais tarde, a partir do século XVIII, as áreas de campo do município passaram a ser ocupadas por fazendeiros portugueses em função da concessão de sesmarias pelo governo português. Schmitt (2001) destaca que, apesar de esse ambiente ter sido ocupado e manejado por povos indígenas durante milhares de anos, é somente com a chegada de imigrantes europeus que podemos falar de um processo intensivo de utilização desses ecossistemas.

⁴⁸ Nessa época os fazendeiros do campo utilizavam-se das *roças de serra* para a prática da agricultura e da criação de gado durante o período de inverno, época em que a ocorrência de baixas temperaturas, de geadas e de ventos intensos dificultava essas atividades nas áreas de campo. Segundo Schmitt (2001), no início do inverno os fazendeiros destinavam uma comissão de peões que levavam até as áreas de mato tropas de gado, de cavalos e de porcos, que ali passavam o inverno. Nas *roças de serra* os animais eram favorecidos pela proteção das florestas e pela abundância de pinhão, semente da Araucária, bastante comum nas formações florestais da região. Porções dessas terras foram doadas pelos fazendeiros a peões, que, juntamente com escravos fugidos ou libertos das fazendas, foram os primeiros ocupantes dos distritos de Vacaria que hoje formam o município de Ipê.

A partir de 1889, momento no qual se inicia o assentamento de imigrantes italianos na então localidade de São Luís, hoje sede do município de Ipê, os fazendeiros passam a vender as terras de mato que estavam sob sua posse. De acordo com Orth e Lucatelli (1986), os imigrantes que chegam a Ipê são provenientes da primeira colônia de imigrantes italianos assentados no Rio Grande do Sul, mais especificamente dos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Flores da Cunha⁴⁹.

Durante o período de 1824 a 1830, em que a imigração é exclusivamente de alemães, a colonização é patrocinada pelo Império. A partir da Lei de Terra⁵⁰, proclamada em 1850, as chamadas terras devolutas passam para a propriedade da Coroa Imperial e o governo provinciano interrompe a concessão gratuita da terra.

A partir de 1889 (terceira e última fase do processo de colonização com imigrantes europeus), o Governo Provincial abdica de fazer a colonização e transfere às empresas colonizadoras particulares o direito de fazer assentamentos com imigrantes estrangeiros. Nesse contexto, os colonos italianos que chegam e adquirem um lote de terra adquirem também uma dívida referente ao valor da terra e às despesas relacionadas com alimentação, sementes e instrumentos agrícolas, fornecidos às famílias pelas empresas colonizadoras para que estas iniciem suas atividades (ANTONIELLI, 1983). O título definitivo da terra somente era dado ao colono após a quitação total da dívida adquirida. Além do pagamento das parcelas da dívida, o acesso

⁴⁹ A chegada dos primeiros imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul data do ano de 1875. Antes deles, já haviam chegado ao Estado os imigrantes de origem alemã, que aportaram na então Real Feitoria do Linho Cãnhamo (atual São Leopoldo), na então Província de São Pedro, no ano de 1824. Entre 1830 e 1845 houve a suspensão da imigração devido à Revolução Farroupilha. A retomada dos assentamentos, ainda exclusivamente de alemães, ocorreu em 1848. A partir de 1870 reduziu-se drasticamente a entrada de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e ampliou-se o interesse em trazer italianos, que nessa época já haviam aportado em São Paulo para trabalhar nas fazendas de café. As primeiras colônias de imigrantes italianos no RS foram as colônias de Nova Milano, Conde d'Eu, Dona Isabel e Fundos de Nova Palmira (atuais municípios de Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente), (DE BONI, 1987 apud SCHNEIDER, 2002). Segundo Schneider (2002), estima-se que entre 1885 e 1906 tenham entrado no Estado cerca de 55 mil imigrantes de origem italiana.

⁵⁰ A Lei de Terras foi promulgada em 1850 no Brasil. Até o início do século XIX não existia um ordenamento jurídico que possibilitasse qualificar quem era ou não proprietário de terras no país. Segundo Silva (2001), a Lei de Terras de 1850 esteve intimamente ligada ao processo de consolidação do Estado Nacional, na medida em que procurou ordenar uma situação de grande confusão que existia quanto à questão de títulos de propriedade no país. A autora considera que o desenvolvimento do capitalismo nos países europeus atuou diretamente sobre o processo de reavaliação política de terras em diferentes partes do mundo. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, o que alterou a relação do proprietário com esse bem. A terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro tanto por seu caráter específico quanto pela sua capacidade de produzir outros bens. Procurava-se dar à terra um caráter mais comercial, e não apenas de *status* social, como fora típico nos engenhos do Brasil Colonial.

a terra implicava a garantia de sua efetiva ocupação pelo colono e sua família, o que, segundo Antonielli (1983 apud SCHMITT, 2001), demandava a conservação dos marcos, a derrubada da mata, a ocupação de parte da área do lote com a atividade agrícola e a construção de habitação permanente não inferior a cem palmos quadrados. Para saldar as dívidas e as despesas decorrentes da ocupação dos lotes, muitos colonos apelavam para o trabalho em atividades de prestação de serviços, tais como a abertura de estradas, a construção de pontes, a instalação de barracões para alojamento de novos colonos, atividades essas que representavam a única fonte monetária disponível naquele momento.

Sobre as atividades não agrícolas Schneider (2002) relata que:

[...]uma vez chegado ao lote colonial, a maioria dos colonos começava a desmatar e desbravar a floresta. Desta atividade inicial resultou inclusive uma outra atividade acessória, de grande importância para os colonos e para a economia local da região da Encosta Superior da Serra que eram as serrarias.

.....

A exploração da madeira, especialmente a derrubada de araucárias, assim como o conserto de estradas e a construção de alojamentos para os novos colonos foram, por isto, uma fonte de recursos não-agrícolas importantes para os italianos recém chegados, que com isto puderam facilmente saldar suas dívidas de viagem e quitar a compra do lote colonial. Isto demonstra que a instalação dos colonos na Serra gaúcha ocorreu de forma integrada aos circuitos mercantis ali existentes ou criados em função do próprio processo de colonização e não de instalação de uma economia de subsistência (SCHNEIDER, 2002, p. 56-7).

Nessa fase a agricultura praticada era uma agricultura de corte e queimada, sem a utilização de insumos externos, sendo a fertilidade dos solos garantida através da regeneração das áreas desmatadas e, em pequena medida, pela utilização de dejetos dos animais de criação (SCHMITT, 2001). Devido à distância dos centros comerciais, em Ipê, ou na então Vila Ipê, mais do que em outras localidades, a agricultura até o pós-guerra era uma agricultura de subsistência na qual os colonos plantavam o necessário para a manutenção das famílias. Eventualmente, tentavam o comércio dos produtos mais procurados, como o trigo e o milho. [...]Quase na mesma linha de simples subsistência estava a avicultura, suinocultura e pecuária. O pequeno comércio de aves, suínos, bovinos defrontava-se com um comércio sem estabilidade e a preços não compensadores [...] (ORTH; LUCATELLI, 1986, p.53).

Para Orth e Lucatelli (1986), a abundância de pinhais em Ipê possibilitou o surgimento de uma série de indústrias madeireiras, cujo produto, serrado e beneficiado, era transportado em carroças para centros maiores, como Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Lages. Assim, entre 1905 e 1918 foram fundadas nove serrarias distribuídas nos distritos que mais tarde vieram a constituir o município de Ipê, pertencentes a colonos do próprio município.

Além dessas atividades agrícolas e não-agrícolas, o sistema produtivo colonial era constituído também de uma série de outras atividades artesanais, como a produção de artefatos de palha e de farinha de trigo e de milho, a produção de cachaça em pequenos alambiques, a fabricação de açúcar e rapadura, além da feitura de vinho. O vinho era produzido pelos próprios agricultores e “corrigido” e embalado pelos comerciantes, que o destinavam à venda no mercado local ou em outros Estados. Para Schneider (2002), os colonos dessa fase podem ser definidos como agricultores familiares que combinavam atividades agrícolas e artesanais sobre as quais detinham um apurado conhecimento técnico e que eram demandadas no mercado local. [...]É o que atualmente a literatura trata como pluriatividade, que é combinação de múltiplas atividades por uma mesma unidade familiar[...] (SCHNEIDER, 2002, p. 57).

b) Fase 2 (1930 a 1960): fase de expansão e crise do sistema produtivo colonial

De acordo com Schneider (2002), as modificações no sistema produtivo colonial dessa época conduzem a uma maior especialização produtiva das propriedades, “[...] o que se deve, em boa medida, à diminuição da extração de madeiras devido ao desmatamento intensivo ocorrido no período anterior” (SCHNEIDER, 2002, p.59). Nessa nova fase as colônias italianas da Serra Gaúcha passam a abandonar a extração de madeira como principal fonte de renda monetária.

No município de Ipê, a partir de 1930, quando grande parte da cobertura florestal já havia sido removida, os agricultores passam a dedicar-se de forma mais intensa à produção agrícola. A agricultura de corte e queimada ainda permanece, mas os períodos de rotação tornam-se cada vez menores. Se no período anterior uma mesma parcela costumava ser deixada em pousio por 10 a 15 anos, nesta fase esse período diminui para 5 ou 10 anos e as roças passam a ficar mais tempo em produção. A utilização de insumos na atividade agrícola ainda é pequena e os trabalhos são

realizados pelos agricultores com auxílio de animais de tração, como bois, cavalos e mulas, e de equipamentos como o arado e a charrua. A maior presença de animais nas unidades de produção acarreta em maior produção de esterco, que, no entanto, não são aproveitados para a adubação daquelas áreas destinadas às lavouras de grãos, as quais já estavam em processo de esgotamento e queda de fertilidade.

De acordo com Schneider (2002), essa fase pode ser dividida em dois momentos. No primeiro momento, que se estende de 1930 a 1950, o cultivo de cereais, especialmente o trigo e o milho, e a criação de suínos são as atividades mais importantes na região. As décadas de 1930 e 1940 constituem-se, provavelmente, na *era de ouro* da agricultura na região, com grande expansão nos volumes produzidos e, assim, na oferta de produtos da colônia.

Este crescimento exponencial da agricultura colonial na época foi favorecido de um lado, pela melhoria das comunicações e das possibilidades de escoamento da produção, pois através das estradas de ferro que cruzavam a serra os produtos coloniais chegavam rapidamente aos principais centros consumidores, e de outro, pelo aumento da demanda destes centros urbanos, São Paulo à frente, que nas décadas de 1940 e 1950 passavam por um processo de industrialização e urbanização, que possibilitou a expansão da oferta do produto colonial (SCHNEIDER, 2002, p.61).

Concomitantemente a ampliação da demanda por produtos alimentares da colônia, amplia-se a parte da produção agrícola integrada aos circuitos mercantis, o que leva as famílias a especializarem-se em alguns cultivos para o mercado e outros para o consumo. “Planta-se trigo e uva para vender e milho para alimentar os porcos também destinados à venda e produzem-se batata, feijão, leite, e outros para o consumo doméstico” (SCHNEIDER, 2002, p.60).

O crescimento do volume dos produtos agrícolas comercializados nessa fase gera a necessidade de transporte e comercialização, o que promove a ascensão de alguns colonos à categoria de comerciantes de produtos agrícolas e de fabricantes de derivados de suínos, de trigo e de uva.

Na localidade de Vila Ipê os suínos eram abatidos no matadouro montado por Alberto Biglia, Maurício Anini, Comerciando Ossi, Santo Grazziotin e Aristides Araldi, todos imigrantes italianos que se instalaram como agricultores e comerciantes no município. Estes produtos eram remetidos a São Sebastião do Caí, Montenegro e Porto Alegre, bem como comercializados através de tropeiros

que viajavam pelos campos de Cima da Serra, até Lajes e outras localidades (ORTH; LUCATELLI, 1986, p.53).

Se na fase inicial da colonização a produção de vinho possuía as características de uma indústria doméstica, nesta fase a situação altera-se rapidamente⁵¹. Nesse período é aprovado pelo governo do Estado um conjunto de regras de fiscalização sanitária, que passam a regulamentar a estrutura dos prédios e as condições de higiene da fabricação de alimentos. A partir dessas transformações os agricultores deixam de produzir o vinho nos estabelecimentos agrícolas e passam cada vez mais a entregar a uva *in natura* aos fabricantes.

Além do vinho, outros produtos processados também passaram a ser fiscalizados para que atendessem a padrões mínimos de qualidade e às exigências de produção e de estrutura necessárias. Schneider (2002) destaca como efeito dessas novas exigências sobre as atividades de fabricação artesanal a forte redução do caráter pluriativo dos estabelecimentos agrícolas, que passaram a operar no mercado com poucas atividades, e principalmente com atividades agrícolas, ao contrário do período anterior⁵².

Segundo Schmitt (2002), a intensificação da atividade agrícola e a forte elevação dos excedentes comercializados, características centrais do sistema agrícola colonial neste momento, tiveram como causa não somente a redução da importância da atividade madeireira e das atividades artesanais na região, mas também as novas necessidades que surgiam na vida das famílias, relacionadas principalmente com o futuro dos filhos⁵³.

⁵¹ No município de Ipê a 31 de dezembro de 1931, durante um segundo movimento de criação de cooperativas que atingiu a região italiana entre 1929 e 1940, é fundada a Cooperativa Agrícola São Luis Ltda, que mais tarde passa a denominar-se Cooperativa Vitivinícola São Sebastião Ltda. Segundo Orth e Lucatelli (1986), o estímulo à fundação dessa cooperativa teve origem nas viagens comerciais que um dos sócios fundadores, comerciante de suínos, fazia até São Sebastião do Caí, Montenegro e Porto Alegre. Este, ao retornar das viagens que fazia para o transporte de suínos e derivados, passava por Flores da Cunha onde teve contato com a idéia do cooperativismo que nascia por lá.

⁵² No entanto, a produção artesanal de alimentos para a alimentação da família permanece como um forte traço da agricultura colonial do município de Ipê tanto nesse período como nos dias atuais, como veremos no próximo capítulo.

⁵³ Nessa segunda fase, as famílias dos colonos italianos passaram a ser maiores devido ao aumento significativo do número de filhos. Segundo Schneider (2002), são facilmente encontrados relatos e livros a respeito da história da colonização que destacam que, em média, as famílias tinham entre 10 e 12 filhos. Entre essas fontes o autor cita Costa (1998), Frozi e Mioranza (1975); e Roche (1969).

De acordo com o padrão de sucessão praticado na época, conhecido como minorato, a terra não poderia ser partilhada entre todos os herdeiros, mas sim herdada por um único filho, em geral o mais novo ou o último a casar, enquanto os outros filhos entram em acordo e abrem mão da sua parte⁵⁴. Nesse sistema, os filhos que saem da propriedade da família são “recompensados” com alguma forma de auxílio para que iniciem novas atividades, seja na agricultura, em novas terras de fronteira, seja no comércio ou no setor de serviços. [...]É preciso colocar os filhos, dando estudo para uns, ajudando outros a comprar uma parcela de terra, a abrir um negócio ou a comprar um caminhão[...] (SCHMITT, 2001, p. 225).

Essa situação exigia das famílias de colonos recursos financeiros em volume suficiente para manter e reproduzir as atividades da família e para investir em novas atividades para os filhos que saem da propriedade rural. Como a extração de madeira e a fabricação artesanal de produtos da colônia tornaram-se, durante o período, atividades restritas, a alternativa foi a intensificação da atividade agrícola.

No segundo período, a partir dos anos 50, essa estratégia começa a apresentar os seus primeiros sinais de crise, determinada por vários fatores. Em Ipê, a incapacidade do sistema produtivo colonial de garantir a reprodução social das famílias resultou, em alguma medida, da constante queda no rendimento dos cereais, especialmente do trigo, decorrente principalmente do uso intensivo do solo e da precária reposição da fertilidade. Conforme dito anteriormente, a elevação da produção de esterco nas unidades produtivas nessa época não resultou no aproveitamento deste na adubação das áreas destinadas às lavouras de grãos que estavam em processo de esgotamento da fertilidade natural.

Nesse mesmo período o fechamento da fronteira agrícola limita a expansão da zona pioneira para o norte da região Meridional do Brasil⁵⁵, o que faz com que algumas

⁵⁴ O esterco produzido era utilizado somente nas áreas de pastagem cultivada e nas hortas.

⁵⁵ Já no final do século XIX o norte do Rio Grande do Sul passa a ser palco de um fluxo migratório interno proveniente das antigas colônias italianas no RS, estabelecidas na região da Encosta da Serra. Para Singer (1987 apud CONTERATO, 2004), esse fluxo espontâneo é explicado pelos baixos índices de

famílias optem por modificar os padrões de herança, assentados no minorato, e dividir a propriedade entre todos os herdeiros. Esta alternativa certamente inviabilizou ainda mais o sistema produtivo vigente na época, já que elevou a pressão antrópica sobre o uso do solo.

De fato, esta via foi seguida por várias famílias de colonos, sobretudo aquelas que residiam em áreas rurais mais distantes dos centros urbanos e proprietárias de terras mais declivosas. Inicia-se aí o processo de diferenciação social e econômica que irá se aprofundar ao longo da terceira fase do desenvolvimento da agricultura familiar na região (SCHNEIDER, 2002, p. 64-5).

No entanto, se para algumas famílias de colonos a solução encontrada foi dividir as terras entre todos os herdeiros, para outros a acumulação de capital nas primeiras décadas dessa fase permitiu o reinvestimento em atividades ligadas à indústria e ao comércio, ou ainda na modernização das atividades agrícolas, através da intensificação dos vínculos com os mercados de insumos e produtos. A partir desse momento tem início a terceira fase do sistema produtivo colonial.

(c) Fase 3: Fase de Modernização agrícola e emergência da agricultura familiar

A política modernizante, implantada pelo Estado brasileiro a partir dos anos 60, encontrou na Serra Gaúcha, devido à crise de reprodução que atingia o sistema produtivo colonial da época, um terreno bastante fértil ao seu desenvolvimento.

Com solos já relativamente degradados, com a fertilidade natural reduzida, devido à utilização intensiva de décadas anteriores, e sem a possibilidade desmatar novas áreas a alternativa encontrada será a de manter a intensidade de uso e a fertilidade do solo mediante a adubação inorgânica e a introdução de outros insumos de origem industrial (SCHNEIDER, 2002, p.66).

Estas inovações nos sistemas de cultivo, principalmente em atividades agrícolas tradicionais, como o cultivo de uva e de trigo, possibilitaram que os agricultores voltassem a cultivar terras que, devido ao esgotamento, haviam sido abandonadas, o que representou na época uma nova oportunidade para a atividade agrícola na região.

produtividade que a colônia antiga estava vivendo e pelo crescimento das famílias associado ao padrão de herança instituído.

Vale destacar que dentro do modelo de desenvolvimento urbano-industrial da época, e a perante a necessidade de produzir alimentos em quantidade suficientes para suprir a demanda das cidades a preços que possibilitassem a manutenção de baixos salários a classe trabalhadora, o meio rural passa a ser visto e estimulado unicamente como lugar para a produção agrícola. Neste contexto as políticas agrícolas motivam o crescimento da produção e da produtividade agrícola nas diferentes regiões do país, que tendem a se especializar, tanto regionalmente atividades agrícolas, seja como regiões produtoras, seja como unidades produtivas.

[...]uma vez iniciado este ciclo produtivo, de envolvimento gradual e crescente do colono com o mercado de sementes e insumos agrícolas (fertilizantes, pesticidas, etc), a especialização da produção com destino à venda passa a ser inexorável (SCHNEIDER, 2002, p.66).

No caso de Ipê, o processo de modernização agrícola ocorreu de modo diferenciado e de forma mais tardia do que em outros municípios da Serra do RS, diferenciando-se até mesmo do município de Antônio Prado, com o qual faz divisa e de cuja sede administrativa dista em 6 km.

Segundo relatos dos entrevistados, a primeira etapa do processo de modernização da agricultura na Serra Gaúcha, durante os anos 70, na qual houve uma série de inovações tecnológicas em cultivos tradicionais da região, parece não ter ocorrido nas comunidades de Ipê.

Até a década de 1980, as unidades produtivas em Ipê caracterizavam-se pelo plantio de trigo, soja, uva, suínos e pela criação de gado de corte, atividades essas destinadas principalmente ao mercado, e pela produção de alimentos para a subsistência das famílias, todos com baixo nível de utilização de insumos. Percebe-se que o sistema produtivo colonial de Ipê até essa época era bastante próximo ao sistema produtivo que outros municípios da Serra do RS possuíam durante a segunda fase da agricultura colonial.

Quando, no final dos anos 70, o preço dos suínos começa a reduzir e o comércio de trigo e soja passa a enfrentar dificuldades devido à concorrência com a produção tritícola do Planalto Gaúcho (que promoveu o fechamento de uma série de moinhos

coloniais locais) e também à forte incidência de pragas e doenças que passam a atacar esses cultivos, as famílias do município passam a buscar novas alternativas produtivas.

[...] até 1980 a agricultura aqui em Ipê funcionava na base do porco, da soja, do trigo, do milho, um pouquinho de uva e do leite. Em 1980 o porco, a soja e o trigo perdem preço e mercado. Esta década foi a década da busca de alternativas: a maçã, o pêssego, naquelas comunidades que teve investimento da extensão e para as famílias que quiseram arriscar em fazer empréstimo e em trabalhar com veneno[...] (Entrevista nº 16).

[...] largamos o trigo e a soja porque dava pouca colheita, não tinha preço e depois estava aparecendo doença. Naquela época (anos 80) ninguém usava esterco nas lavouras, não se recolhia o esterco do gado e ninguém tinha aviário ainda[...] (Entrevista nº 01).

É nesta fase, fase de busca de alternativas, que, juntamente com o cultivo da maçã, são incorporadas as primeiras inovações tecnológicas características do pacote da Revolução Verde “[...] a base da modernização da agricultura em Ipê foi a maçã. Antes da maçã ninguém usava produto nenhum em nada. Quem entrou na maçã evoluiu[...]” (entrevista nº 16).

Ou seja, ao contrário de outros municípios da região nos quais a crise de reprodução do sistema produtivo colonial foi remediada a partir da modernização de atividades agrícolas já em curso, em Ipê a modernização teve início mais tarde, juntamente com a introdução da pomicultura nas unidades produtivas. No entanto a modernização, por causa das modernas técnicas que essa nova modalidade requeria, não ocorreu de forma homogênea entre as famílias do município. O depoimento a seguir mostra isso: “[...] como eu disse antes quem entrou na maçã evoluiu, mas nem todas as famílias foram trabalhar com a pomicultura. Naquela época era uma atividade bem restrita[...] (Entrevista nº 16).

Primeiramente é preciso destacar que os investimentos necessários à implantação de pomares e à utilização das tecnologias acopladas a esta atividade exigiam grandes volumes de recursos. *A priori* as famílias que não haviam acumulado recursos suficientes para a realização desses investimentos, durante as fases anteriores, poderiam acessá-los através do Sistema Nacional de Crédito Rural, implantado nos países a partir de 1965. No entanto, é sabido e destacado por boa parte da literatura brasileira que a política modernizante, e em especial a política de crédito rural, foi uma política desigual. Graziano Neto (1982) resume que a desigualdade da

modernização se dá em três níveis distintos: entre regiões do país, entre atividades agropecuárias e entre produtores rurais. E acrescenta: [...]É fácil demonstrar que entre as regiões do país, é o Sudeste e o Sul que mais têm se modernizado, particularmente os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul [...] (GRAZIANO NETO, 1982, p.45). Desse modo, beneficiaram-se aqueles produtores com melhores condições econômicas, aptidão e disposição para ingressar no projeto modernizante.

Além do caráter excludente deste e de outros instrumentos modernizantes algumas características particulares do processo de desenvolvimento do território de Ipê acentuaram a desigualdade no acesso às novas tecnologias. Ipê passou à categoria de município somente no ano de 1989, quanto até então, era um distrito pertencente ao município de Vacaria, cuja sede encontra-se a 66 km da atual sede de Ipê, sendo que até o ano de 1999 não havia ligação asfáltica entre os dois. Até a emancipação, a então chamada Vila Ipê não possuía agências bancárias ou um escritório municipal da EMATER, instituições que foram fundamentais no processo de modernização da agricultura brasileira. Nessa situação, o acesso ao crédito restringia-se às famílias que possuíam condições de se deslocar até a sede do município de Vacaria.

Quanto ao acesso às inovações tecnológicas, as condições eram ainda mais precárias, já que até o ano de 1989 o município de Vacaria também não possuía escritório da EMATER. O depoimento a seguir é revelador das condições da época:

[...] até 1990 não havia escritório municipal da EMATER em Ipê, nem em Vacaria. Toda a melhoria tecnológica de até então foi trazida pela cooperativa do Prado, sendo que o Delvino Magro, que era aqui de Ipê, lá do Segredo, e que era técnico da cooperativa, foi o grande responsável pela entrada da técnica junto com a maçã em Ipê, isso em 1978/79. Vamos dizer assim que Ipê, ou melhor, algumas comunidades de Ipê, receberam influência deste movimento que era produzido lá no Prado. Como eu falei quem trouxe a técnica foi a Cooperativa Pradense mas esta não foi em todas as comunidades que ela entrou. Em algumas ela fez um bom investimento, como no São Valentin, no Rosário, no Segredo, noutras não[...] (Entrevista n^o 16).

Pelo que revela esse depoimento, estar sob a influência da Cooperativa Pradense também foi um fator seletivo de famílias e comunidades. Mas não era em todas as comunidades que a cooperativa atuava, e em geral a atuação da cooperativa se restringia às comunidades mais próximas à sede de Antônio Prado ou àquelas em que os técnicos e dirigentes da cooperativa possuíam interesses particulares, como foi o

caso da Vila Segredo, local de moradia na época de um dos técnicos da Cooperativa Pradense. Nas comunidades relatadas pelo entrevistado até hoje é possível verificarmos um maior nível de mercantilização da agricultura.

Além dessas condições estruturais diferenciadas, não podemos deixar de destacar, como fator gerador das diferenças na forma e no ritmo com que a modernização atingiu as diferentes comunidades e famílias, os processos através dos quais os atores locais recebem, mediam, re-configuram e dão significado às transformações sociais e econômicas que lhe são impostas, pois, de acordo com Ploeg (1995, p.25) “[...]cada indivíduo ou, neste caso, agricultor, tende a estabelecer distintas formas de relações com os circuitos mercantis, o que promove a diferenciação social e econômica entre os agricultores”.

Conforme relatos dos entrevistados, alguns traços culturais do colono de Ipê, como a menor agressividade em relação ao mercado e à acumulação de capital, “o medo que o colono tem do banco”, devido ao risco que uma dívida pode representar à posse da terra, além do “medo dos venenos”, parecem ter exercido forte influência sobre os processos de escolha e de adesão às novas alternativas e às novas tecnologias.

[...]outra coisa é o cara, né? Tem cara que é mais agressivo, mais investidor, outros não são. Ipê é diferente de outros municípios da Serra. Aqui em Ipê o colono é uma mistura do colono italiano com o pessoal do campo, o tempo de convivência fez o colono pegar o jeito do pessoal do campo, que é mais tranqüilo, menos agressivo, menos preocupado em crescer economicamente. Outra coisa é que o pessoal sempre teve muito medo do banco, e pra investir tinha que recorrer ao banco. Também é verdade que o colono de Ipê na verdade não gosta de trabalhar com veneno. Ele sabe que o veneno é um risco para a saúde[...] (Entrevista nº 16).

[...]como a gente estava devagar mas tava dando bem e a gente estava satisfeito. Eu nunca tive a ambição de ter muita coisa, de fazer grandes investimentos, nem quando via os parentes dizendo que estavam enriquecendo com a maçã e a química. Eu sempre pensei que era mais seguro manter a família sem ter que fazer grande investimentos, até hoje acho melhor fazer as coisas aos poucos [...] (Entrevista nº 2).

[...]quem estava indo trabalhar com a tecnologia eram aqueles da maçã e a gente com maçã não ia trabalhar, desde o Nono que a gente nunca quis saber de veneno[...] (Entrevista nº 9).

Esses depoimentos estão de acordo com Ploeg (1992b, p.35), quando este observa muito bem que na agricultura familiar a cultura não é somente um fator “adicional”, mas sim,

[...]um fator chave na coordenação específica das relações internas e externas, da experiência e perspectivas do passado, do presente e do futuro. São os modelos culturais que estruturam a interpretação do mercado e da tecnologia, e que conseqüentemente estruturam a transferência de significados, a tradução das tendências de mercado, de um domínio social a outro[...].

Especificamente no que se refere ao *medo do banco* como um traço cultural e simbólico que exerceu forte influência sobre as transformações da agricultura em Ipê, os depoimentos a seguir são bastante ilustrativos:

[...]o colono tem muito medo de ser explorado, é muito desconfiado por natureza, ele tem medo de ser explorado principalmente pelo banco. Agora estão se abrindo, mas até 7, 8 anos atrás falar de banco nas comunidades de Ipê era quase pedir briga. O pessoal tem muito medo de perder a terra, e a terra tu sabes pro colono é tudo. Eles achavam que se desse um problema, sabe como é a agricultura, né, e eles não pagassem o banco, poderiam perder a terra. Pra tu ter uma idéia do apego à terra que o colono tem, tem gente que briga com a família por 2-3 ha de terra. Hoje eles ainda têm medo do banco, mas agora com a questão do seguro estão mais abertos ao crédito[...] (Entrevista n^o 16).

[...] naquela época pra plantar maçã tinha que fazer empréstimo grande e a gente não via vantagem. Uma vez eu fiz empréstimo e quando chegou a hora de pagar eu não tinha dinheiro e daí eu tive que sair atrás de dinheiro e quando arrumei eu disse que nunca mais faria empréstimo. Eu fiquei com medo, na hora de pegar o dinheiro é fácil, mas e na hora de pagar? Daí eu resolvi que ia trabalhar só com o meu dinheiro. Se a safra dá mau, a dívida vai dobrando, dobrando e quando tu vêes tem que vender a terra pra pagar o banco[...] (Entrevista n^o 1).

[...] a gente é criado num sistema que não dorme enquanto não paga um compromisso. O Italiano tem muito medo de não conseguir pagar o banco. Teve uma época que o banco ficou famoso de quem lidava com o banco não conseguia pagar. Eu até hoje tenho medo do PRONAF[...] (Entrevista n^o 2).

Além da maçã, a partir da segunda metade dos anos 80 o cultivo de pêssego, de alho e de fumo passa a incorporar a pauta de produtos produzidos em Ipê. O cultivo de pêssego, assim como o cultivo de maçã, foi uma alternativa incorporada por famílias de comunidades nas quais havia um trabalho de extensão rural realizado pela Cooperativa Pradense, e que, além disto, tinham recursos econômicos acumulados em fases anteriores suficientes para a realização dos investimentos, ou que não tinham *medo do banco*. A cebola era a alternativa de inverno, que complementava a produção de maçã, atividade de verão.

A fumicultura apresentou-se como uma alternativa para aquelas famílias que buscavam novas atividades, embora não dispusessem do volume de recursos

econômicos exigidos para o investimento em pomares de maçã e pêsego, e, ao mesmo tempo, não possuísem as condições necessárias para o acesso ao crédito⁵⁶.

[...]em outras comunidades como em São José, Santa Catarina e São Francisco, o fumo veio como alternativa. Mesmo com medo do veneno o pessoal foi para o fumo, era o que dava e era mais barato o investimento pra produzir do que as frutas[...] (Entrevista n^o 16).

[...]em 1987 deixamos de trabalhar com o porco porque o preço estava muito baixo e começamos a trabalhar com fumo. A gente começou com o fumo porque a gente achava que dava dinheiro, tinha um técnico que passava em todas as casas e incentivava. O fumo teve uma queda de preço e era muito veneno, então abandonamos e daí a gente foi trabalhar com a maçã, em 1992, quando colocamos um pomar de 1,5 ha de maçã. Nesta época a gente já tinha dinheiro dá da gente pra trabalhar com a maçã e não precisamos do banco[...] (Entrevista n^o 7).

Ainda que fosse um cultivo de menor necessidade de investimentos, o fumo encontrou junto às famílias uma outra limitação, o medo dos venenos.

[...] outra coisa é que a gente tinha medo de veneno, os mais velhos diziam que dava problema, que dava câncer. Quem mais conversava contra os venenos eram os mais velhos, porque eles tinham medo das doenças. Aqui em casa o Nono Joaquim nunca gostou de veneno. Aí quando veio a idéia da feira da ecologia a gente achou que era uma boa, não precisava fazer empréstimo para começar e nem usar os veneno da maçã e do fumo[...] (Entrevista n^o 1).

[...] nós trabalhamos com fumo porque precisamos, mas assim que deu a gente largou e foi para a ecologia. Eu tinha medo do veneno[...] (Entrevista n^o 7).

Juntamente com a introdução de novas atividades e de insumos adquiridos no mercado, intensificam-se também os vínculos estabelecidos entre as unidades de produção com o mercado de produtos. Nesse período, as unidades produtivas especializam-se em atividades destinadas à venda, e a produção para o auto-consumo e subsistência diminuem significativamente. Além da intensificação dos vínculos altera-se também a qualidade deles. Se até então o trigo, a soja, o suíno e outros produtos da colônia eram comercializados através de redes locais de comercialização, nas quais os comerciantes eram na maioria das vezes os próprios agricultores das comunidades e onde o peso das relações pessoais entre produtores e comerciantes era bastante forte, a partir da introdução da maçã, do pêsego, do alho, da cebola e, mais tarde, dos suínos e aves, em integração com grandes empresas do setor, esse ambiente modifica-se profundamente.

⁵⁶ Pelo que discutimos até aqui, a condição de acesso ao crédito em Ipê envolvia a possibilidade de deslocamento até uma agência bancária, a possibilidade de cumprir as exigências das agências bancárias e a disposição das famílias para a aquisição de uma dívida.

Alguns produtos agrícolas passam a ser comercializados através de *empresas* que, por possuírem infra-estrutura adequada (*packing houses*, câmaras frigoríficas, frota de caminhões, etc.), assumem a função de intermediação entre a produção local e o mercado global de alimentos. Em muitos casos essas novas empresas continuam pertencendo a famílias de agricultores/comerciantes, mas que agora atuam cada vez mais conectadas a redes globais de produção e comercialização de alimentos. Nesse contexto, novas formas de atuação dos diferentes atores ao longo das cadeias são estabelecidas, os padrões de qualidade são alterados, tornando-se cada vez mais rigorosos, a escala de produção passa a ser cada vez mais um fator determinante da competitividade e o estabelecimento dos preços e das condições de pagamento torna-se cada vez menos gerenciado pelos agricultores e comerciantes locais. Este parece ser o caso de produtos como a maçã e o pêssego, além dos suínos e aves produzidos em integração.

Em outros casos, o comércio continua sendo realizado através dos mesmos agricultores comerciantes de antes, mas que agora também passam a operar a partir das novas regras de mercado. As cooperativas, tanto de Ipê quanto de Antônio Prado, também remodelam seu sistema de atuação, assumindo um perfil cada vez mais empresarial. Nessa remodelagem do sistema de atuação das cooperativas, enquanto a Cooperativa Pradense organiza-se para ingressar no sistema agroindustrial, prestando serviços de beneficiamento e industrialização, a Cooperativa de Ipê (Cooperativa São Luis) fica restrita à comercialização de produtos⁵⁷. Conforme apresentaremos no capítulo 4, essa modernização dos canais de comercialização, no entanto, não extingue as formas tradicionais de comercialização, que conforme veremos, ainda permanecem, mesmo que de forma incipiente.

3.3. SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM IPÊ/RS

Como discutimos anteriormente, a década de 80 foi uma década de importantes transformações na agricultura do município de Ipê, já que essa foi a década em que

⁵⁷ De acordo com Delgado (1983), essa remodelagem do sistema cooperativista foi uma estratégia de sobrevivência imposta pela estrutura cada vez mais oligopolística dos mercados onde estas atuam, e da concorrência intercapitalista a que estão sujeitas.

ocorreu de forma intensa a modernização dos sistemas produtivos agrícolas do município, e, em conseqüência, no grau de mercantilização do processo produtivo e das relações sociais de produção estabelecidas. Além disso, mostramos que a diferenciação, ou diversidade, que hoje existe entre as famílias de agricultores não foi promovida somente por fatores exógenos às comunidades e às famílias, mas sim foi gerada também a partir de escolhas dos agricultores, as quais se deram baseadas em padrões culturais e [...] campos específicos de relações simbólicas, nos quais determinados compromissos são reforçados e recursos particulares conservados[...] (LONG,1986b, p.7).

Agora, nossa exposição se concentrará na apresentação de algumas informações sobre a produção agropecuária do município, baseadas no Censo Agropecuário 1995. No entanto, conforme já dito anteriormente, não pretendemos somente apresentar números mas também mostrar, mesmo que de forma breve, que o processo diferenciado de modernização, ou de mercantilização, da agricultura em Ipê gerou uma condição agropecuária diferente daquela de outros municípios da região, no que se refere ao grau de integração mercantil. Nesse sentido, parece que a condição agropecuária do município de Ipê assemelha-se mais àquela da microrregião de Caxias dos Sul do que à da microrregião de Vacaria, o que pode ser atribuído à forte influência que a agricultura do município recebeu dos processos de colonização e de desenvolvimento do sistema produtivo colonial que ocorreu nesta última microrregião de Caxias. No entanto, apesar dessa influência, a agricultura de Ipê também é diferente daquela praticada em outros municípios da região colonial italiana, localizados da Serra do RS, no que se refere ao grau de integração mercantil e às conseqüências que este produz no meio rural.

De acordo com dados do Censo Agropecuário (1995), o município de Ipê possui 788 propriedades rurais. Destas, 13,3% possuem até de 10 ha, 34,5% possuem até 20 ha e 73,2% até 50 ha. Na faixa até 100 ha situam-se 90,8% das propriedades de Ipê. A grande maioria dos agricultores são proprietários de suas terras, sendo pequena a presença do arrendamento entre as famílias. Na grande maioria dos casos, a condição de produtor predominante é a de proprietário individual, e em geral as propriedades em Ipê ocupam o trabalho de 3,76 pessoas.

A presença de pequenas propriedades, de um lado, e de grandes, do outro (9,2% possuem mais de 100 ha), decorre das particularidades do processo de colonização e

ocupação do município, visto que uma parte do município, a região do campo, foi ocupada por fazendas de portugueses e seus descendentes, e outra parte, a região serrana, por imigrantes de origem italiana que se instalaram em pequenas porções de terra.

Na Tabela 03 podemos ver que, em Ipê, 40% das propriedades, ou seja, dois a cada cinco, utilizam tratores na produção agrícola. No que se refere à posse de máquinas para plantio e colheita, os números são bem menores. Nesse município, apenas 4% dos estabelecimentos possuem máquinas para plantio e em apenas 1% é possível encontrar máquinas para colheita de grãos. A baixa utilização de máquinas para a colheita e plantio provavelmente se deve ao fato de que a fruticultura e a criação intensiva de animais, principais atividades agrícolas do município não são atividades condicionadas à utilização desses tipos de mecanização.

Ipê destaca-se na microrregião de Vacaria como um dos municípios no qual o uso de assistência é mais elevado, sendo que a proporção de estabelecimentos que acessam a assistência técnica no município (57%) é bastante superior à média da microrregião (27%). A superioridade de Ipê em relação a esse indicador deve-se, em grande parte, às múltiplas possibilidades de assistência técnica presentes no município na época da coleta dos dados do Censo. Em Ipê, além dos serviços técnicos da EMATER, as famílias podem ser atendidas pelas empresas integradoras agroindustriais, pela Cooperativa Pradense, por técnicos das comercializadoras de frutas e também pelos técnicos do Centro Ecológico.

Ipê também se destaca entre os municípios da microrregião pelo elevado percentual de propriedades que utilizam adubos e corretivos. Enquanto na média dos municípios da microrregião 75,51% das propriedades utilizam esses insumos, em Ipê este número cresce para 86,80% das propriedades. Na microrregião de Caxias do Sul a utilização de adubos e corretivos atinge 92,38% das propriedades.

Essa situação também ocorre em relação à utilização de energia elétrica no processo produtivo. No ano de 1994/95, 70,94% das unidades produtivas do município utilizavam energia elétrica, enquanto na microrregião de Vacaria a média era de 53,71% e, na microrregião de Caxias do Sul, de 91,56%. Segundo informações da prefeitura municipal, atualmente menos de 2% dos estabelecimentos rurais não utilizam energia elétrica.

Tabela 03: Uso dos fatores de produção selecionados nos municípios da microrregião de Vacaria - 1995/96

Municípios	% de estabelecimentos com declaração de uso de:			Unidade/estabelecimento:			Despesas agrícolas
	Assistência técnica	Adubos e corretivos	Energia elétrica	Tratores	Máquinas para plantio	Máquinas para colheita	R\$/Estabelecimento
Total RS	47,80	81,77	72,07%	0,35	0,21	0,08	7.343
Microrregião de Caxias do Sul	62,88	92,38	91,56%	0,57	0,04	0,01	12.632
Microrregião de Vacaria	27,52	75,51	53,71%	0,41	0,11	0,06	9.922
Bom Jesus	22,89	80,86	43,62%	0,46	0,10	0,04	7.674
Cambará do Sul	76,32	66,75	37,28%	0,24	0,02	0,01	10.804
Campestre da Serra	31,58	95,19	91,08%	0,59	0,07	0,02	13.359
Esmeralda	12,54	47,49	43,12%	0,13	0,08	0,04	3.053
Ipê	53,81	86,80	70,94%	0,40	0,04	0,01	13.365
Jaquirana	5,96	79,79	46,38%	0,36	0,04	0,03	2.126
Lagoa Vermelha	22,20	86,36	59,66%	0,31	0,18	0,11	7.803
São Francisco de Paula	16,82	79,71	53,05%	0,43	0,07	0,02	5.453
São José dos Ausentes	44,48	61,12	25,92%	0,32	0,05	0,02	5.490
Vacaria	33,22	72,20	58,71%	0,65	0,22	0,12	22.242

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1991, 2000.

A maior utilização de alguns fatores de produção, como tratores, adubos e fertilizantes, e de energia elétrica acarreta num maior nível de despesas agrícolas nas propriedades do município. Em média, as unidades produtivas em Ipê gastaram, no ano de 1995/96, R\$ 13.365,00 para produzir, valor superior à média da microrregião de Vacaria (R\$ 9.922,00) e bastante próximo à média da microrregião de Caxias do Sul (R\$ 12.632,00).

Em relação à formação da renda agrícola, os dados são apresentados na Tabela 04. O valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural em Ipê é um pouco inferior à média da microrregião de Vacaria. Enquanto em Ipê, no ano de 1995/96, em média as unidades produtivas acumularam uma renda agrícola bruta de R\$ 19.152, a média de rendimentos brutos na região foi de R\$ 21.936,00/estabelecimento rural. Em média, em Ipê 69,78% dos rendimentos brutos são utilizados para pagar as despesas

agropecuárias, valor superior à média da região (45,23%) e de todos os municípios desta, o que mais uma vez indica o maior nível de integração mercantil da produção agrícola da localidade.

Em relação à importância das atividades de produção animal *versus* as atividades de produção vegetal, mais uma vez os números de Ipê apresentam uma maior proximidade com os números da microrregião de Caxias do Sul do que com a microrregião de Vacaria. De acordo com a Tabela 04, em Ipê a produção animal é mais importante para a formação do VBP do que a produção vegetal. No ano de 1995/96, 71,89% do VPB foi gerado pela produção animal, enquanto 28,11% foi fornecido pela produção vegetal. Em média, a produção animal corresponde a 56,81% do valor bruto da produção na microrregião de Caxias do Sul e 29,61% do valor bruto da microrregião de Vacaria.

Observando-se a última coluna desta tabela, podemos averiguar que somente 21,77% do VBP animal em Ipê provém da produção de animais de grande porte, o que nos permite inferir sobre a grande importância da produção de animais de pequeno porte para a formação da renda agrícola no município⁵⁸, assim como para outros municípios da microrregião de Caxias do Sul, nos quais 13,99% do VBP animal provém desse tipo de produção. Na microrregião de Vacaria, ao contrário, a produção de animais de grande porte alcança 69,84% do VBP animal.

⁵⁸ Na época, a produção de frangos, através da integração com empresas agroindustriais, representava a produção de animais de pequeno porte em Ipê. A partir de 1999, essa atividade passou a ser substituída pela produção de perus

Tabela 04. Valor bruto da produção (VBP) agropecuária nos municípios da microrregião de Vacaria – 1995/96

Município	VBP total/ha (R\$)	Por Estabelecimento							
		Total (R\$)	Relação entre renda bruta e despesas agrícolas	Produção Vegetal (R\$)	% sobre a renda bruta	Produção Animal (R\$)	% sobre a renda bruta	Animais de grande porte (R\$)	Relação entre VBP de animais de grande porte e VBP Animal
RS	280,0	14.350	51,17%	8.963,9	62,47%	5.386,1	37,53%	2.570,0	47,72%
Microrregião de Caxias do Sul	1.104,4	21.356	59,14%	9.223,4	43,19%	12.132,6	56,81%	1.696,8	13,99%
Microrregião de Vacaria	158,4	21.936	45,23%	15.375,5	70,09%	6.560,7	29,91%	4.582,0	69,84%
Bom Jesus	88,8	18.993	40,40%	11.562,9	60,88%	7.430,6	39,12%	6.931,5	93,28%
Cambará do Sul	167,9	49.297	21,92%	42.267,0	85,74%	7.030,2	14,26%	4.350,1	61,88%
Campestre da Serra	218,6	21.281	62,77%	8.876,4	41,71%	12.407,3	58,29%	4.576,7	36,89%
Esmeralda	80,1	7.742	39,43%	3.814,7	49,27%	3.928,0	50,73%	3.578,5	91,10%
Ipê	314,9	19.152	69,78%	5.384,5	28,11%	13.767,8	71,89%	2.997,5	21,77%
Jaquirana	48,8	7.031	30,24%	1.910,6	27,17%	5.121,3	72,83%	4.493,6	87,74%
Lagoa Vermelha	199,0	16.932	46,08%	12.619,4	74,53%	4.312,9	25,47%	3.766,1	87,32%
São Francisco de Paula	92,1	14.211	38,37%	9.151,7	64,40%	5.059,4	35,60%	4.361,2	86,20%
São José dos Ausentes	78,4	13.800	39,78%	9.786,3	70,84%	4.028,0	29,16%	3.837,1	95,26%
Vacaria	292,6	45.635	48,74%	37.614,7	82,42%	8.021,6	17,58%	5.813,8	72,48%

Fonte: Censo demográfico 1991, 2000.

3.4 A AGRICULTURA ECOLÓGICA EM IPÊ

Conforme apresentando anteriormente, a modernização agrícola no município de Ipê não só produziu uma diversidade de formas de relacionamento entre a produção agrícola e os mercados como também gerou um estilo agrícola baseado em práticas produtivas alternativas às práticas disseminadas pela modernização agrícola. Nesse sentido, o município de Ipê se destaca na proposição agroecológica, pelo tempo e pelo número de famílias engajadas nesta prática social.

Nesse município, as primeiras experiências em agricultura ecológica tiveram início na primeira metade dos anos 80, quando o Projeto Vacaria, atualmente denominado Centro Ecológico, foi instalado numa propriedade rural do então município de Vacaria. Nessa época, o Projeto tinha como foco principal a aplicação de princípios ecológicos ao manejo de diferentes sistemas de cultivo e criação instalados na propriedade do Projeto.

A atuação do Projeto Vacaria nas comunidades do entorno tem início no final da década de 1980, quando seus técnicos, em parceria com a Pastoral Rural de Antônio Prado e com o escritório municipal da EMATER de Ipê, que nessa época estava em fase de instalação no município, iniciam uma série de palestras no interior dos municípios de Ipê e Antônio Prado, a fim de sensibilizar os agricultores em relação aos riscos dos agrotóxicos, para a saúde e para o meio ambiente. A partir das palestras e discussões que a pelo Pastoral Rural vinha realizando com os jovens do município de Antônio Prado (sobre as causas do êxodo rural, principalmente dos jovens, e sobre casos de intoxicação por agrotóxicos), algumas famílias de agricultores entraram em contato com técnicos do Projeto Vacaria a fim de iniciar experimentações com práticas alternativas.

A partir das primeiras famílias de agricultores que aderem à proposta da agricultura ecológica tem origem a primeira associação de agricultores ecologistas de Ipê e Antônio Prado, a AECIA (Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado). A experiência bem sucedida da AECIA permitiu o surgimento, a partir de 1990, de diversas associações congêneres no município de Ipê, todas elas assessoradas diretamente pelo Centro de Agricultura Ecológica de Ipê (CAE-Ipê), como passa a se chamar o Projeto Vacaria em 1991, quando se torna uma associação civil sem fins lucrativos.

Em Ipê a movimentação em torno da construção de uma nova forma de fazer agricultura encontrou um terreno bastante favorável a sua implantação. Nesta época as famílias estavam em busca de novas atividades já que as atividades tradicionais estavam em crise. Novas alternativas vinham sendo desenvolvidas (produção de maçã e pêssego, produção de fumo, produção de alho e cebola.), mas nem todas as famílias tiveram condições, ou quiseram, se engajar e se manter nestas novas atividades, e neste contexto a agricultura ecológica, que já vinha sendo experimentada por algumas famílias de Antônio Prado (no âmbito da AECIA) passa a constituir mais uma alternativa para as famílias do município. Os depoimentos que seguem são reveladores dessa interação de fatores:

[...]naquele tempo, em cinco anos, saíram mais de 20 famílias da nossa comunidade, não tinham mais o que fazer aqui, a terra estava gasta e não tinha pra quem vender os produtos, tinha família que fez empréstimo e não conseguiu pagar. Aqui na comunidade ficou quem tinha mais dinheiro e foram trabalhar com frutas, com fumo, com chiqueirão, com aviários ou com leite. A gente ouvia falar que tinha gente aqui em Ipê que estava na feira e estava ganhando dinheiro, nós entramos por dinheiro, se não fosse a ecologia nós teríamos ido pra cidade, nós teríamos vendido muita coisa por causa das doenças na família e não dava pra plantar fruta, ter chiqueirão, aviário, essas coisas, porque a gente não tinha dinheiro[...] (Entrevista n^o 3).

[...] a gente saiu da maçã para entrar na ecologia, na feira, (porque) a feira dava mais dinheiro e a gente não queria mais trabalhar com veneno. A gente tinha medo pois já tinha ouvido falar de gente intoxicada. A gente foi trabalhar com fumo e depois com maçã mas a gente nunca gostou de veneno. Quando deu a gente caiu fora[...] (Entrevista n^o 17).

[...] em 1990 eram 70 famílias produzindo fumo e um técnico só para Ipê. Reduziu muito o fumo aqui em Ipê com a ecologia. Quem foi trabalhar com fumo foram aqueles que não tiveram dinheiro para plantar maçã. O fumo tinha veneno, mas era uma alternativa. Depois tinha o técnico que passava de casa em casa, a compra era garantida, mas a renda no final era pouca e o pessoal não gostava do veneno. Aqui em Santa Catarina quem foi trabalhar na ecologia tinha trabalhado com fumo[...] (Entrevista n^o 16).

Conforme descrito por Meirelles (2002) a agricultura ecológica não se limita à utilização de tecnologias alternativas baseadas nos princípios da agroecologia, e a experiência de Ipê é bastante representativa da construção de *mecanismos de suporte* à mudança técnico-ambiental na agricultura. Nesse sentido, conjugado aos esforços de redesenho dos agroecossistemas, as famílias de Ipê têm buscado construir e consolidar mecanismos de agregação de valor aos produtos agrícolas, através da agroindustrialização em pequena escala e da constituição de canais alternativos de comercialização.

A construção de canais alternativos de comercialização não somente sempre esteve presente na proposta agroecológica no município, como foi uma iniciativa de comercialização que deu origem à primeira associação do município. Em 1989, o evento TUPAMBAÉ, instituído pela Cooperativa Ecológica COOLMÉIA desde 1986, teve como tema a *Festa do Alimento*, sendo que para esse evento os agricultores que produziam ecologicamente em Ipê e Antônio Prado foram convidados a participar. Essa festa deu origem a uma feira mensal dos agricultores ecologistas, que em seguida tornou-se quinzenal, e, em 1991, semanal. O grupo que começou a vender produtos nessas feiras foi o embrião da Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA), formada em 1989.

Apesar do sucesso crescente da feira, logo esta mostrou seus limites na comercialização de grandes volumes de produtos e, principalmente, na comercialização de produtos que têm grande parte da produção concentrada em um pequeno período de tempo – safra e que apresentam dificuldades de conservação em câmaras frias, seja pela baixa resistência dos produtos em câmaras ou pela dificuldade de acesso a essas estruturas. A fim de evitar a comercialização em canais convencionais, a alternativa encontrada foi a transformação da uva, da framboesa e do tomate em produtos processados. Nos primeiros anos essa atividade foi desenvolvida nas cozinhas das famílias e/ou em pequenas estruturas preparadas com equipamentos e utensílios para tal processo, mas que em muito se distanciavam das estruturas exigidas pela legislação que regulamenta a produção de alimentos no país.

Quando novamente o mercado das feiras torna-se insuficiente para a oferta de sucos, doces e molhos produzidos pelas famílias surge a necessidade de buscar novos mercados, tais como feiras em outros estados do país, lojas e casas de produtos naturais. Para isso torna-se premente a regulamentação jurídica, comercial e sanitária das estruturas de industrialização. Assim, em 1991, a Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado - AECIA regulariza a primeira agroindústria, neste caso dedicada à produção de suco de uva e molho de tomate temperado.

É importante destacar que, na época, a legalização de uma estrutura de processamento de alimentos e bebidas de pequeno porte foi uma novidade que representou, não somente no município como em toda a região serrana, uma

abertura de portas para outras iniciativas de agroindustrialização por parte de agricultores familiares da região.

Para que o registro sanitário dessa estrutura fosse aprovado pelo Ministério da Agricultura⁵⁹ foi necessária uma alteração na legislação com vistas ao reconhecimento do equipamento utilizado pelas famílias de ecologistas para a produção de suco de frutas, denominado panela extratora. A tecnologia e os equipamentos reconhecidos pelo Ministério da Agricultura e utilizados para a feitura de suco na região não permitiam a produção em pequena escala, devido ao custo elevado de instalação e funcionamento. A panela extratora surgiu como uma adaptação de um equipamento utilizado de forma doméstica por famílias da região. O equipamento foi mais tarde ampliado e adaptado pelas famílias. Na ocasião da legalização, a panela foi apresentada ao Ministério da Agricultura, que, após uma série de pesquisas e audiências entre os técnicos do Ministério e as famílias de agricultores, reconheceu o método. Atualmente, a grande maioria das agroindústrias familiares da região, seja de produtos ecológicos ou convencionais, utiliza essa tecnologia, sendo fácil encontrar na região os equipamentos necessários para a sua utilização.

Com isso pretendemos mostrar que no caso de Ipê o desenvolvimento de mecanismos de suporte, como a comercialização diferenciada e a agroindustrialização de alimentos, fez parte do desenvolvimento da proposta agroecológica no município desde a sua gênese, e que a experimentação e o amadurecimento desses mecanismos foi, e ainda é, fundamental para o contorno e o amadurecimento da proposta como um todo.

O quadro a seguir apresenta algumas características da agricultura ecológica no município de Ipê, em outubro de 2006.

⁵⁹ O Ministério da Agricultura, através das suas Delegacias Regionais, é o órgão responsável pela regulamentação e fiscalização da produção de sucos e bebidas no país.

Quadro 01: Caracterização da agricultura ecológica em Ipê e Antônio Prado/RS, outubro de 2006

Número de famílias	69
Associações	Associação dos agricultores ecologistas da Linha Pereira de Lima – APEMA; Associação dos agricultores ecologistas da Vila Segredo – APEVS; Associação dos agricultores de Santa Catarina - APESC; Associação dos agricultores ecologistas da Linha São João – AESBA; Associação dos agricultores ecologistas de São José – APEJ; Associação dos agricultores ecologistas da sede de Ipê – APESI; Associação dos agricultores ecologistas de Santo Antônio – APESAA.
Cooperativas	Cooperativa dos agricultores ecologistas de Ipê e Antônio Prado – COOPAECIA.
Mecanismos de comercialização	Feiras em Antônio Prado (1), Caxias do Sul (2), Porto Alegre (5). Lojas em Ipê (1), Antônio Prado (1), Caxias do Sul (3), Porto Alegre (1). Casas de produtos naturais e supermercados em Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais.
Agregação de valor	5 agroindústrias processadoras de sucos e bebidas, doces em geral e conservas vegetais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

4 A MERCANTILIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL - UMA COMPARAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES ECOLOGISTAS E NÃO ECOLOGISTAS DE IPÊ/RS

A modernização da agricultura no município de Ipê assumiu ritmo e forma particulares, dando origem a uma agricultura familiar que adotou configurações diferenciadas de outros municípios da região do campo e da região serrana do Rio Grande do Sul. Neste capítulo nos dedicaremos a analisar a diversidade presente nas estratégias de reprodução social das famílias do município no que se refere às relações estabelecidas com os mercados de insumos e fatores de produção, de trabalho e de produtos, e em especial examinar se a inserção na rede alternativa (SCHMITT, 2001) tem promovido modificações nestas relações e quais são estas modificações.

Assume-se neste caso a hipótese de que a mercantilização das estratégias produtivas e reprodutivas, aceleradas a partir da implantação do projeto modernizante da agricultura em Ipê, a partir dos anos 80, não ocorreu de forma homogênea entre as unidades familiares, mas, ao contrário, gerou uma diversidade de formas de relacionamento entre agricultura e mercado, com conseqüências no respectivo ordenamento assumido no processo de produção agrícola. Neste processo, certas esferas da produção e da vida social são mantidas fora dos circuitos mercantis, permanecendo traços de “camponês”, ou de “colono” no agricultor familiar, tanto na esfera da produção quanto da comercialização, tais traços não devem ser vistos como um atraso intrínseco, mas como uma forma de resistência desta forma social de produção.

A partir desta idéia de capacidade de resistência e de negociação das famílias com a integração mercantil, nossa outra hipótese de trabalho indica que a inserção das famílias na rede alternativa amplia as possibilidades de reprodução social das famílias de ecologistas, na medida em que promove um processo de “desmercantilização” da esfera da produção, que altera a forma de vinculação das famílias com os mercados de produtos, por meio de uma inserção mais estrategicamente organizada, e com o mercado de trabalho, através da recorrência à pluriatividade. O processo de desmercantilização percorrido por estas famílias

estaria sendo baseado num contínuo afastamento dos diferentes mercados relacionados à produção agrícola, aliado à diversificação da pauta de produtos agrícolas e não agrícolas oferecidos. A inserção estrategicamente organizada no mercado de produtos refere-se a investimentos na comercialização que promovam maior autonomia e lucratividade nas atividades produtivas.

Para dar conta destas questões, a análise desenvolvida neste capítulo está estruturada em três partes. Na primeira parte analisaremos o grau de mercantilização das atividades agrícolas, por meio da avaliação do nível de *incorporação* das unidades produtivas aos diferentes mercados relacionados à produção agrícola. Na segunda seção a análise concentra-se nas relações das famílias com o mercado de trabalho e na diversificação das fontes de renda como estratégia reprodutiva. Aqui interessa conhecer os componentes formadores dos rendimentos familiares, a importância das atividades agrícolas e não agrícolas, o nível de diversificação das atividades agrícolas e os impactos da diversificação na formação dos rendimentos totais.

Na terceira e última seção abordaremos a relação entre as unidades produtivas e o mercado de produtos. Focaremos nossa análise nos impactos da inserção na rede sobre as estratégias de comercialização no que se refere à diversificação da pauta de produtos e de canais de comercialização, ao grau que as relações puramente mercantis influenciam nas relações de troca estabelecidas e, em especial, sobre o nível de participação e grau de influência dos agricultores nas negociações comerciais de seus produtos.

4.1 O MERCADO COMO UM PRINCÍPIO ESTRUTURANTE

De acordo com Ploeg (1992a), a mercantilização da agricultura é o processo através do qual os elementos e as etapas que integram o processo de produção são externalizados. Neste processo, tarefas e subtarefas passam a ser efetuadas a partir de normas estabelecidas por instituições externas (a ciência e a técnica aplicada à produção agrícola). Para o autor, o processo de externalização está associado a um processo de cientificação, que se caracteriza como o processo pelo qual as práticas agrícolas tradicionais são substituídas por práticas de caráter científico (progresso técnico a partir do mercado e de suas instituições).

Neste processo a mercantilização leva, em diferentes graus, à dependência de uma complexa rede de novas relações mercantis e novas prescrições técnicas e administrativas.

[...]quanto mais uma empresa agrícola é incorporada, quanto mais os recursos usados aparecem como mercadorias, mais o trabalho e o desenvolvimento dos processos de produção (e de reprodução) são reorganizados em direção das relações correntes de preço e mercado (Ploeg, 1990, p. 263, tradução nossa).

Quando um alto nível de incorporação é alcançado, os mercados tornam-se um princípio estruturante, orientando o processo de trabalho agrícola e o conjunto das estratégias produtivas e reprodutivas das famílias. Contudo, vale destacar que este indicador não examina a orientação da produção, se para o mercado, ou para a subsistência das famílias, mas sim a necessidade de recorrer ao mercado para produzir. Assim, uma unidade produtiva pode ter a sua produção fortemente orientada para o mercado e um baixo nível de mercantilização, se a sua incorporação aos mercados de insumos e fatores de produção for pequena.

Nesta subseção, analisa-se a incorporação das unidades produtivas em diferentes mercados agrícolas, quais sejam: o mercado de terras, o mercado de insumos produtivos, máquinas e equipamentos e o mercado de trabalho. Na mesma linha de análise avaliaremos a inserção das unidades produtivas no mercado financeiro e no mercado de alimentos, e a influência que os diferentes mercados têm exercido sobre os processos decisórios das famílias no que se refere às atividades realizadas e às tecnologias utilizadas.

4.1.1 Incorporação das unidades produtivas ao mercado de terras

De acordo com Silvestro *et al.* (2001) não existe atividade econômica em que as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. Neste contexto, a transmissão do patrimônio produtivo e simbólico (WOORTMANN, 1994) de uma geração a outra é característica central, e o acesso à terra através da herança constituiu uma importante estratégia de reprodução da agricultura colonial.

No sistema produtivo colonial desenvolvido na Serra do Rio grande do Sul a forma de sucessão do patrimônio familiar estabelecida era aquela conhecida como minorato. Através deste sistema os colonos buscavam assegurar a integridade da unidade produtiva, poupando-a da fragmentação ao longo das gerações.

[...] neste sistema os filhos, à medida que casam, vão deixando a unidade produtiva e se estabelecendo em outro local, sempre com a ajuda da família. As filhas também deixam a unidade paterna e vão residir com o marido em outra unidade doméstica, rural ou urbana (SCHMITT, 2001, p. 224).

Quando os lotes eram divididos, um dos filhos era escolhido para herdar aquela parte da unidade produtiva na qual se encontrava a casa da família e demais benfeitorias. Em muitos casos, os demais herdeiros vendiam ao sucessor a parte do lote herdada, essa negociação garantia tanto a reprodução do patrimônio herdado pelo sucessor quanto uma ajuda financeira aos não herdeiros.

Woortmann (1994) destaca que no processo de transmissão da terra o colono, ao longo de sua trajetória, nunca se valeu da terra como mero instrumento de trabalho, ou seja, como um fator de produção como outro qualquer. Para a autora, com o passar das gerações, o valor simbólico e patrimonial da terra aumenta e o herdeiro herda, além de parte do patrimônio físico, o patrimônio simbólico acumulado pelas famílias ao longo das gerações, o que certamente dificulta a penetração das relações mercantis em determinadas esferas, ou domínios, da vida social na agricultura familiar, diferenciando as possibilidades de mercantilização da terra em relação a outros fatores de produção agrícola.

Mello, Abramovay e Silvestro (2003) em estudo realizado no oeste de Santa Catarina identificou a ocorrência a partir dos anos 70 de uma ruptura no minorato como padrão de sucessão das unidades familiares. Conterato (2004) em estudo realizado no município de Três Palmeiras (RS) mostrou que o processo de mercantilização da agricultura naquele município estaria condicionando, cada vez mais, o acesso à terra através da compra. Neste caso somente 32% das famílias do município haviam acessado toda, ou parte da terra, através de herança. Em todas as demais famílias a compra esteve presente no acesso à terra.

No caso aqui analisado podemos verificar, a partir da Tabela 05, que em ambos os grupos os padrões de acesso à terra vêm sofrendo modificações, uma vez que o acesso através de herança ou herança e compra de parentes (padrões tradicionais) não foram formas exclusivas de acesso à terra pelas famílias analisadas. No entanto, apesar da ocorrência de alterações nos padrões de acesso a terra, podemos ver que os padrões tradicionais ainda são bastante relevantes, já que a maior parte das famílias (85,71% ecologistas e 62,5% não ecologistas) recebeu toda, ou parte da terra, através de herança.

Comparando os grupos vê-se que no grupo dos ecologistas a transmissão através de herança, seja de toda ou de parte da terra da família, ocorreu em seis das sete famílias analisadas, enquanto entre os não ecologistas a herança esteve presente em cinco das oito famílias analisadas. Já a herança mais compra, seja de parentes ou de terceiros, foi utilizada por quatro das sete famílias ecologistas (57,14%) e por três das oito famílias não ecologistas (37,5%). A evidência mais clara sobre as diferenças entre os grupos é o percentual de famílias que acessaram a terra exclusivamente através de compra: 14,29% de ecologistas e 37,5% de não ecologistas. Estes dados nos permitem inferir que as modificações que vêm ocorrendo nos padrões de acesso a terra têm sido mais freqüentes entre os não ecologistas integrantes da amostra, e que entre estas famílias a mercantilização do acesso a terra foi maior⁶⁰.

⁶⁰ Novamente vale destacar que estamos cientes tanto da dificuldade de generalização dos resultados quanto das limitações para uma análise quantitativa dos dados que a amostra formada por um pequeno número de casos oferece. Desta forma, a análise aqui realizada é apenas qualitativa, e a utilização de médias e percentuais está servindo somente para nos mostrar tendências entre os casos analisados e nunca para indicar padrões de comportamento entre os agricultores do município.

Tabela 05: Forma de acesso a terra pelas famílias analisadas

Acesso à terra	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	N	%	% Acumulado	N	%	% Acumulado
Somente Herança	1	14,29	14,29	2	25,00	25,00
Herança + compra de parentes	3	42,86	57,14	0	0,00	25,00
Herança + compra de terceiros	1	14,29	71,43	2	25,00	50,00
Herança + compra de parentes + compra de terceiros	1	14,29	85,71	1	12,50	62,50
Total herança	6	85,71	85,71	5	62,50	62,50
Compra de parentes	0	0,00	0,00	1	12,50	12,50
Compra de parentes + compra de terceiros	1	14,29	14,29	1	12,50	25,00
Somente compra de terceiros	0	0,00	14,29	1	12,50	37,50
Total compra	1	14,29	14,29	3	37,50	37,50
Total	7	100,00	100,00	8	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

4.1.2 Incorporação das unidades produtivas ao mercado de insumos produtivos, de máquinas e de equipamentos

Para analisar a incorporação das unidades produtivas aos mercados de insumos produtivos, de máquinas e de equipamentos, utilizaremos o indicador consumo intermediário (CI). Este indicador mostra o valor dos insumos (produção animal, vegetal e transformação caseira) e serviços (máquinas, equipamentos, manutenção das instalações, luz, gás e água) adquiridos de outros agentes econômicos, e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola. Estes insumos e serviços são considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas.

Na tabela a seguir apresentamos informações a respeito do consumo intermediário entre as famílias estudadas no ano agrícola 2004/05.

Tabela 06: Estratos de consumo intermediário (CI) nas unidades produtivas analisadas na safra 2004/2005

Extratos (R\$)	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 2.500	1	14,3	14,3	0	0,0	0,0
2.501 a 5.000	2	28,6	42,9	2	25,0	25,0
5.001 a 10.000	4	57,1	100,0	4	50,0	75,0
10.001 a 20.000	0	0,0				
20.001 a 30.000	0	0,0		2	25,0	100,0
Total	7	100,0	100,0	8	100	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

* Corresponde à área (em hectares) efetivamente explorada com atividades agrícolas.

Uma primeira observação que resulta dos dados (Tabela 06) é que todas as unidades produtivas analisadas estabelecem relações de compra de insumos e serviços, o que demonstra que não são unidades produtivas autárquicas. Podemos ver também que existe um nível de consumo intermediário que é comum aos dois grupos, já que em torno de 50% das famílias de ambos os grupos apresentaram consumo intermediário na faixa de R\$ 5.000 a R\$ 10.000,00. Esta constatação demonstra que, no caso das famílias analisadas, a precaução em relação à mercantilização da produção tem sido uma estratégia utilizada tanto por agricultores ecologistas quanto por famílias não inseridas na rede alternativa⁶¹.

Apesar da existência de uma faixa de CI comum a cerca de 50% das famílias de ambos os grupos, o comportamento das demais famílias indica que o CI entre os não ecologistas foi maior. Todas as demais famílias ecologistas da amostra (três famílias) consumiram menos de R\$ 5.000,00 para produzir, sendo que uma delas gastou menos de R\$ 2.500,00. Entre os não ecologistas das quatro famílias restantes, duas consumiram de R\$ 2.501,00 a 5.000,00. Nas outras duas o CI foi bem maior, ficando na faixa de R\$ 20.001,00 a R\$ 30.000,00 (entre os ecologistas nenhuma família gastou mais de R\$ 10.000,00 para produzir). Estas constatações permitem outra conclusão: há um padrão heterogêneo de incorporação das

⁶¹ Informações do capítulo 3 mostram que a mercantilização da agricultura no município de Ipê deu-se primeiramente, e principalmente, através da inserção das famílias nas redes de produção de maçã e pêssego. Os dados apresentados aqui estão de acordo com isto já que as duas famílias de maior nível de consumo intermediário dedicam-se a estas duas atividades.

unidades produtivas ao mercado de produtos e serviços em ambos os grupos, sendo que entre as famílias de agricultores não ecologistas esta heterogeneidade foi maior.

Em relação à composição do consumo intermediário nas famílias podemos observar, a partir da análise do conjunto da amostra (Tabela 07), que a única característica que se destaca entre os ecologistas e que diferencia as famílias ecologistas das não ecologistas refere-se ao componente mecanização agrícola. Este foi o item de maior peso no cálculo do consumo intermediário nas famílias ecologistas, sendo que em todas elas a mecanização foi responsável pela formação de mais de 30% do CI. Em cinco das sete famílias analisadas a mecanização respondeu pela formação de mais de 45% do CI. Nenhum outro componente, em nenhuma família ecologista, respondeu por mais de 20% do CI.

Tabela 07: Composição do consumo intermediário (%) nas unidades produtivas analisadas na safra 2004/2005

Componente do Consumo Intermediário	Sementes e mudas	Aubos e fertilizantes	Controle de pragas, ervas e doenças	Alimentação dos animais	Mecanização agrícola
Famílias Ecologistas					
Fam1	12,73%	5,37%	10,70%	19,66%	51,54%
Fam2	14,04%	10,59%	24,64%	11,40%	39,33%
Fam3	16,43%	11,86%	8,09%	16,74%	46,88%
Fam4	13,16%	8,82%	7,18%	2,08%	66,38%
Fam5	3,40%	7,90%	13,00%	23,60%	52,11%
Fam6	3,49%	12,41%	0,00%	19,94%	64,15%
Fam7	10,72%	13,40%	4,02%	37,53%	34,32%
Famílias não ecologistas					
FamA	4,53%	14,95%	65,37%	0,00%	5,00%
FamB	5,61%	33,80%	6,73%	12,81%	41,05%
FamC	26,26%	15,68%	5,55%	7,32%	45,19%
FamD	26,92%	9,96%	39,58%	6,21%	17,33%
FamE	2,63%	37,10%	32,91%	6,40%	20,95%
FamF	20,06%	16,80%	14,43%	41,71%	7,00%
FamG	51,93%	16,38%	77,29%	3,99%	50,41%
FamH	2,54%	9,66%	55,18%	6,55%	22,62%

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Quando comparamos o componente mecanização agrícola entre ecologistas e não ecologistas podemos ver que entre os ecologistas a proporção do CI utilizada na mecanização também foi maior. Enquanto entre os ecologistas a mecanização foi responsável por mais de 30% do CI em todas as famílias, entre os não ecologistas isto ocorreu em somente três famílias, sendo que em duas das oito famílias não ecologistas os gastos com mecanização foram inferiores a 10%. Entre os ecologistas a menor proporção de gastos com mecanização foi 34,32%. Entre os não ecologistas a menor proporção foi 5%.

Esta maior importância dos gastos com mecanização entre os ecologistas analisados ocorreu, provavelmente, em função da forte presença da produção de hortaliças entre as famílias deste grupo (nas famílias analisadas todas produziram hortaliças para o mercado no ano agrícola 2004-05). Outro provável fator causador é a não utilização de produtos químicos para o controle de ervas daninhas (herbicidas), tanto nas hortaliças quanto em outras culturas, o que exige o controle mecânico das ervas através de capina manual, mas principalmente através da capina mecânica.

A tabela 08 apresenta informações a respeito da superfície agrícola utilizada (SAU) na produção agropecuária. Analisando-se a disposição dos dados nos diferentes estratos apresentados nesta tabela podemos verificar que entre os ecologistas existe uma tendência de menor utilização de terras do que entre as famílias do segundo grupo. Enquanto somente duas famílias ecologistas (28,6%) utilizaram mais de 30 ha, entre os não ecologistas em quatro famílias (50,0%) a utilização de terras foi maior que 30,0 ha. Enquanto todas as famílias ecologistas utilizaram até 40 ha na produção agrícola, entre os não ecologistas 6, das oito famílias analisadas, utilizaram até 40 ha. Nas duas famílias restantes a utilização de terra foi superior a 50,0 ha, sendo que em uma delas a utilização de terras ficou na faixa de 70,1 a 80,0 ha.

Tabela 08: Estratos de superfície agrícola utilizada (SAU) na produção agropecuária entre as famílias analisadas na safra 2004/2005

Estratos de SAU (ha)	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	N	%	% Acumulado	N	%	% Acumulado
0 a 10 ha	1	14,3	14,3	1	12,5	12,5
10,1 a 20	3	42,9	57,15	1	12,5	25,0
20,1 a 30	1	14,3	71,4	2	25,0	50,0
30,1 a 40	2	28,6	100,0	2	25,0	75,0
40,1 a 50	0	0,0	100,0	0	0,0	75,0
50,1 a 60	0	0,0	100,0	1	12,5	87,5
60,1 a 70	0	0,0	100,0	0	0,0	0,0
70,1 a 80	0	0,0	100,0	1	12,5	100,0
Total	7	100,0	100,0	8	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Quando analisamos a Tabela 09, na qual apresenta-se o CI por unidade de área utilizada na produção agrícola (CI/ha), vimos que apesar do CI/ha não ter superado R\$ 500,00 em ambos os grupos, este tende novamente a ser menor entre os ecologistas. Enquanto em 100,0% das famílias ecologistas o CI/ha não superou R\$ 500,00, entre os não ecologistas cinco das oito famílias analisadas (62,5%) consumiram até R\$ 500,00. Nas demais famílias o CI/ha ficou na faixa de R\$ 500,00 a 1.000,00.

Tabela 09: Estratos de consumo intermediário por superfície agrícola utilizada (CI/ha) na produção agropecuária. Safra 2004/2005

Estratos (R\$)	Ecologistas			Não Ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 250	3	42,9	42,9	3	37,5	37,5
251 a 500	4	57,1	100,0	2	25,0	62,5
501 a 750	0	0,0	100,0	2	25,0	87,5
751 a 1000	0	0,0	100,0	1	12,5	100,0
Mais de 1.000	0	0,0	100,0	0	0,0	100,0
Total	7	100,0	100,0	8	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Assim podemos concluir que os ecologistas, além de gastarem menos para produzir, utilizaram menores porções de terra e gastam menos por porção de terra utilizada. Ao contrário, os não ecologistas consomem mais capitais, utilizam maiores porções de terra na atividade agropecuária, e gastam mais por porção utilizada.

Também vimos que o afastamento do mercado de insumos entre os ecologistas não ocorre de forma linear onde todos os mercados perdem importância na atividade agrícola. Pelos dados apresentados na composição do CI vimos que enquanto há um afastamento do mercado de sementes, adubos e agrotóxicos, os gastos com mecanização assumem uma importância significativa na formação do consumo intermediário entre os ecologistas, e que isto é decorrente, por um lado, das atividades agrícolas que estas famílias vêm realizando (hortaliças em geral), e por outro, do afastamento do mercado de herbicidas.

4.1.3 Capital imobilizado no processo produtivo

Uma agricultura altamente modernizada e inserida em padrões de concorrência internacionais sofre, cada vez mais, os efeitos da dependência tecnológica, que implica aumentos freqüentes e compulsórios dos custos de produção agrícola e o incremento constante de capital imobilizado no processo produtivo (maquinário e benfeitorias). No entanto, o incremento na capacidade instalada e produtiva da agricultura nem sempre se traduz em maior rentabilidade, pois os agricultores tornam-se cada vez mais dependentes do consumo de insumos e bens intermediários, e assim dependentes dos preços de mercado, que em geral não se ajustam de forma proporcional aos custos de produção.

Nesta subseção analisaremos o capital imobilizado no processo produtivo enquanto soma do valor dos recursos produtivos e tecnológicos disponíveis no estabelecimento agrícola, representados pelas máquinas, equipamentos, construções, benfeitorias e animais⁶².

⁶² Por tudo que foi dito a respeito do valor simbólico que a terra assume na agricultura familiar, não estamos considerando a terra como capital imobilizado, mesmo que parte dela tenha sido comprada.

As informações apresentadas nas Tabelas 10 e 11 (a seguir) mostram que, em ambos os grupos, a maior parte das famílias imobilizou até R\$ 150.000,00 no processo produtivo. No entanto, apesar desta semelhança, a tabela também nos mostra diferenças entre os grupos, indicando que entre os ecologistas a imobilização de capital foi um pouco maior. Enquanto entre os não ecologistas 62,5% das famílias (cinco das oito famílias pesquisadas) a imobilização de capital não superou R\$ 50.000,00, entre os ecologistas em 71,4% das famílias a imobilização foi maior que R\$ 50.000,00. Enquanto o maior valor imobilizado entre os não ecologistas ficou na faixa de R\$ 250.000 a 300.000,00, entre os ecologistas a imobilização chegou a mais de R\$ 300.000,00.

Tabela 10: Capital imobilizado no processo produtivo das unidades produtivas analisadas em 2004-05

	K imobilizado TOTAL(R\$)	K imobilizado em máquinas e equipamentos (R\$)	K imobilizado em instalações Produtivas (R\$)*	K imobilizado em animais (R\$)
Famílias ecologistas				
Fam1	122.857	26.650	65.267	30.940
fam2	68.506	38.786	24.500	5.220
Fam3	48.950	28.950	14.000	6.000
Fam4	44.170	22.850	15.500	5.820
Fam5	349.925	35.450	312.000	2.475
Fam6	137.870	99.370	32.000	6.500
Fam7	89.150	39.200	32.000	17.950
Famílias não ecologistas				
FamA	28.500	23.000	5.000	500
FamB	64.530	5.340	5.000	6.100
FamC	102.630	16.450	67.000	19.180
FamD	248.200	114.700	80.000	53.500
FamE	38.500	31.950	6.000	550
FamF	45.250	10.300	15.000	19.950
FamG	122.820	67.550	50.000	5.270
FamH	46.490	36.260	7.000	3.230

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

* Instalações produtivas são todas as instalações destinadas ao processo produtivo. Nesta categoria a moradia e outras instalações destinadas ao lazer das famílias não são contabilizadas.

Tabela 11: Estratos de capital total imobilizado nas unidades produtivas analisadas em 2004-05

Estratos (R\$)	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 50.000	2	28,6	28,6	5	62,5	62,5
50.001 a 100.000	2	28,6	57,1	0	0,0	62,5
100.001 a 150.000	2	28,6	85,7	2	25,0	87,5
150.001 a 200.000	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
200.001 a 250.000	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
250.000 a 300.000	0	0,0	0,0	1	12,5	100,0
Mais de 300.000	1	14,3	100,0	0	0,0	0,0
Total	7	100,0	100,0	8	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Em relação à imobilização de capital em máquinas e equipamentos a Tabela 12 apresenta informações.

Tabela 12: Estratos (RS) de capital imobilizado em máquinas e equipamentos nas unidades produtivas analisadas em safra 2004-05

Estratos (R\$)	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 10.000	0	0,0	0,0	1	12,50	12,50
10.001 a 20.000	0	0,0	0,0	2	25,00	37,50
20.001 a 30.000	3	42,86	42,86	1	12,50	50,00
30.001 a 40.000	3	42,86	85,71	2	25,00	75,00
40.001 a 50.000	0	0,00	85,71	0	0,00	75,00
50.001 a 75.000	0	0,00	85,71	1	12,50	87,50
75.001 a 100.000	1	14,29	100,00	0	0,00	87,50
Mais de 100.000	0	0,00	100,00	1	12,50	100,00
Total	7	100,00	100,00	8	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Conforme a tabela nos mostra em grande parte das famílias ecologistas a imobilização de capital em máquinas e equipamentos ficou na faixa de R\$ 20.000,01 a 40.000,00. Entre os não ecologistas a variação é maior, há desde famílias que imobilizam menos de R\$ 10.000,00 até famílias cuja a imobilização foi superior a R\$ 100.000,00.

Se considerarmos o volume de capital imobilizado pela maioria das famílias de ambos os grupos, podemos concluir que entre os ecologistas a imobilização de capital em máquinas e equipamentos foi um pouco maior, já que neste grupo em nenhum caso a imobilização foi inferior a R\$ 20.000,00 (concentrando-se entre R\$ 20.001 a 40.000,00, conforme dito anteriormente), enquanto entre os não ecologistas três famílias imobilizaram valores inferiores a R\$ 20.000,00.

Tabela 13: Estratos (R\$) de capital imobilizado em instalações produtivas nas unidades produtivas analisadas em 2004-05

Estratos (R\$)	Ecologistas			Não ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 10.000	0	0,00	0,00	4	50,00	50,00
10.001 a 20.000	2	28,57	28,57	1	12,50	62,50
20.001 a 30.000	1	14,29	42,86	0	0,00	62,50
30.001 a 40.000	2	28,57	71,43	0	0,00	62,50
40.001 a 50.000	0	0,00	71,43	1	12,50	75,00
50.001 a 75.000	1	14,29	85,71	1	12,50	87,50
75.001 a 100.000	0	0,00	85,71	1	12,50	100,00
Mais de 100.000	1	14,29	100,00	0	0,00	100,00
Total	7	100,00	100,00	8	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Quando focamos a análise na imobilização de capital em instalações produtivas (Tabela 13) podemos ver que neste indicador as diferenças entre os grupos se acentuam. Enquanto em 50,0% das famílias não ecologistas a imobilização de capital não superou R\$ 10.000,00, todas as famílias ecologistas imobilizaram mais de R\$ 10.000,00 em instalações produtivas. Enquanto em grande parte das famílias não ecologistas (cinco das oito analisadas) a imobilização não superou R\$ 20.000,00, na maior parte das famílias ecologistas (cinco das sete

analisadas) a imobilização foi superior a R\$ 20.000,00. O teto de imobilização entre os não ecologistas foi de R\$ 80.000,00. Entre os ecologistas o maior valor imobilizado foi de R\$ 312.000,00 (Tabela 10).

Na Tabela 14 (a seguir) o capital imobilizado em instalações produtivas foi decomposto em capital imobilizado em atividades agrícolas e não agrícolas. De acordo com o que os dados apresentam a imobilização de capital em instalações destinadas ao processamento para o mercado (agroindústrias) é estratégia exclusiva das famílias ecologistas, já que no grupo dos não ecologistas este tipo de imobilização não foi identificado.

Tabela 14: Capital imobilizado em instalações produtivas nas unidades produtivas analisadas em 2004-05

	Capital imobilizado total (RS)	Capital imobilizado somente em instalações destinadas à atividade agrícola (R\$)	Capital imobilizado somente em instalações e máquinas destinadas ao processamento para o mercado (R\$)
Famílias ecologistas			
Fam1	65.267	59.100	6.167
fam2	24.500	17.500	7.000
Fam3	14.000	14.000	-
Fam4	15.500	15.500	-
Fam5	312.000	12.000	300.000
Fam6	32.000	7.000	25.000
Fam7	32.000	25.000	7.000
Famílias não ecologistas			
FamA	5.000	5.000	-
FamB	5.000	5.000	-
FamC	67.000	67.000	-
FamD	80.000	80.000	-
FamE	6.000	6.000	-
FamF	15.000	15.000	-
FamG	50.000	50.000	-
FamH	7.000	7.000	-

Fonte: Pesquisa de campo (200)6.

Na Tabela 15 (a seguir) apresentamos a imobilização de capital somente na atividade agrícola. Neste caso as diferenças entre os grupos tornam-se menores do que quando consideramos a imobilização de capital em instalações produtivas de um modo geral. Naquele caso grande parte das famílias ecologistas havia imobilizado de R\$ 10.001 a 40.000,00, e entre os não ecologistas em grande parte das famílias a imobilização não havia superado os R\$ 20.000,00. Considerando somente a atividade agrícola podemos ver que em ambos os grupos a imobilização de capital não supera os R\$ 20.000,00. Estes dados apontam a imobilização de capital em atividades não agrícolas, neste caso em agroindústrias familiares, como causa provável das diferenças entre os grupos, em relação ao capital imobilizado.

Tabela 15: Estratos (R\$) de capital imobilizado em estruturas destinadas à atividade agrícola em 2004-05

Estratos (R\$)	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 10.000	1	14,28	14,28	4	50,00	50,00
10.001 a 20.000	4	57,14	71,42	1	12,50	62,50
20.001 a 30.000	1	14,29	85,71	0	0,00	62,50
30.001 a 40.000	0	0,00	85,71	0	0,00	62,50
40.001 a 50.000	0	0,00	85,71	1	12,50	75,00
50.001 a 75.000	1	14,29	100,00	1	12,50	87,50
75.001 a 100.000	0	0,00	100,00	1	12,50	100,00
Mais de 100.000	0	0,00	100,00	0	0,00	100,00
Total	7	100,00	200,00	8	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Pelo visto até aqui a inserção na rede gera mudanças em relação à imobilização de capital no processo produtivo. Analisando-se a imobilização total (máquinas e equipamentos, instalações produtivas e animais) vimos que entre os ecologistas a imobilização foi um pouco maior, em decorrência da maior imobilização em instalações produtivas. Este dado a princípio nos permite concluir que a inserção na rede ao invés de reduzir vem aumentando a dependência tecnológica, e a

compulsória necessidade de investimentos em capital produtivo destinado a atividade agrícola. No entanto a análise da Tabela 14 mostra que isto não é verdade, pois em relação à atividade agrícola as diferenças entre os grupos são bastante pequenas.

Quando constatamos que esta maior imobilização de capital por parte dos ecologistas decorre principalmente dos investimentos que estas famílias vêm realizando em instalações produtivas (estruturas, máquinas e equipamentos) destinadas à agroindustrialização familiar, podemos concluir, por um lado, que a inserção na rede tem produzido mudanças nos padrões de investimento, que deixam de ocorrer somente na agricultura e passam a ocorrer também em atividades não agrícolas, e por outro, que a inserção na rede tem possibilitado um maior nível de investimento nas unidades produtivas.

4.1.6 Mercantilização financeira

Na agricultura familiar mercantilizada o acesso ao crédito se tornou um dos principais meios para viabilizar a produção, já que através dele o agricultor consegue acompanhar o ritmo do progresso tecnológico, adquirindo insumos, máquinas e equipamentos, entre outros, utilizados nas atividades produtivas. Numa agricultura mercantilizada a mercantilização financeira ocorre porque dificilmente um agricultor tem condições de manter sozinho os custos crescentes das atividades agrícolas.

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, temos como hipótese de pesquisa o fato de que o engajamento na rede reduz a mercantilização da agricultura em função de mudanças nas relações estabelecidas com os mercados, em diversas esferas da produção e da vida familiar. Dentro deste processo de “desmercantilização”, o afastamento do mercado financeiro ganharia destaque, pois ao reduzir a necessidade de acompanhar o ritmo do progresso tecnológico, a inserção na rede reduziria os custos de produção e a necessidade constante de novos investimentos produtivos, e, em conseqüência, a dependência das famílias em relação ao mercado financeiro.

Neste trabalho analisaremos a dependência das unidades produtivas em relação ao capital financeiro, a partir de dois indicadores: (a) a relação entre máquinas, equipamentos e instalações adquiridos com recursos próprios e com recursos financiados; e (b) os compromissos com o pagamento de crédito de custeio e de investimento na safra 2004-05.

De acordo com as informações apresentadas nas Tabelas 16, 17 e 18, entre os ecologistas, a proporção de máquinas, equipamentos e instalações adquiridas com recursos financiados foi maior.

Tabela 16: Relação entre máquinas, equipamentos e instalações existentes nas unidades produtivas adquiridos com recursos próprios e com recursos financiados até 2004/05

	Máquinas e equipamentos				Instalações			
	Próprio		Financiado		Próprio		Financiado	
	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)
Famílias ecologistas								
Fam1	88,74%	23.650,00	11,26%	3.000,00	59,29%	74.266,67	40,71%	51.000,00
Fam2	90,79%	35.214,29	9,21%	3.571,43	92,59%	87.500,00	7,41%	7.000,00
Fam3	75,82%	21.950,00	24,18%	7.000,00	82,81%	53.000,00	17,19%	11.000,00
Fam4	100,00%	22.850,00	0,00%	0,00	75,82%	34.500,00	24,18%	11.000,00
Fam5	78,84%	27.950,00	21,16%	7.500,00	79,17%	342.000,00	20,83%	90.000,00
Fam6	70,57%	63.070,00	29,43%	26.300,00	79,17%	57.000,00	20,83%	15.000,00
Fam7	78,32%	30.700,00	21,68%	8.500,00	87,27%	48.000,00	12,73%	7.000,00
Famílias não ecologistas								
famA	47,83%	11.000,00	52,17%	12.000,00	100,00%	85.000,00	0,00%	0,00
famB	100,00%	53.430,00	0,00%	0,00	100,00%	65.000,00	0,00%	0,00
famC	100,00%	16.450,00	0,00%	0,00	100,00%	117.000,00	0,00%	0,00
famD	82,56%	94.700,00	17,44%	20.000,00	58,82%	100.000,00	41,18%	70.000,00
famE	100,00%	31.950,00	0,00%	0,00	100,00%	66.000,00	0,00%	0,00
famF	100,00%	10.300,00	0,00%	0,00	100,00%	65.000,00	0,00%	0,00
famG	98,67%	66.650,00	1,33%	900,00	100,00%	110.000,00	0,00%	0,00
famH	50,36%	18.260,00	49,64%	18.000,00	100,00%	37.000,00	0,00%	0,00

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

A Tabela 17 mostra que entre os ecologistas 6 das sete famílias estudadas financiaram a compra de máquinas e equipamentos, sendo que 57% das famílias financiaram de 21 a 30% do capital investido em máquinas e equipamentos. Entre os não ecologistas em 50% dos casos não houve financiamento para a aquisição destes, e em 25% dos casos os financiamentos não superaram 20% do valor total das máquinas e equipamentos.

Tabela 17: Proporção (%) de máquinas e equipamentos adquiridos com recursos financiados até 2004/05 (estratos)

Estratos (%)	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0	1	14,3	14,3	4	50,0	50,0
1 a 10	1	14,3	28,6	1	12,5	62,5
11 a 20	1	14,3	42,9	1	12,5	75,0
21 a 30	4	57,1	100,0	0	0,0	0,0
31 a 40	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
41 a 50	0	0,0	0,0	2	25,0	100,0
Total	7	100	100,0	8	100	100

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Ao analisarmos a Tabela 18 que traz informações a respeito do financiamento das instalações, vimos que é neste componente em que ocorrem as maiores diferenças entre os grupos. Em todas as famílias ecologistas parte do capital investido em instalações foi financiado. Entre os não ecologistas em 7 das oito famílias estudadas os investimentos em instalações ocorreram somente a partir de recursos próprios.

Tabela 18: Proporção (%) de instalações adquiridos com recursos financiados até 2004-05

Estratos (%)	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0	0	0	0	7	87,5	87,5
1 a 10	1	14,3	14,3	0	0,0	0,0
11 a 20	2	28,6	42,9	0	0,0	0,0
21 a 30	3	42,9	85,7	0	0,0	0,0
31 a 40	0	0,0	85,7	0	0,0	0,0
41 a 50	1	14,3	100,0	1	12,5	100,0
Total	7	100	100,0	8	100	100

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Nas tabelas 19 e 20 apresentamos os compromissos das famílias com o pagamento de crédito de custeio e de investimento, respectivamente. A tomada de crédito para custeio da safra 2004/05 não difere entre os dois grupos, já que apenas duas famílias, em ambos os grupos, acessaram o banco para financiar parte da desta safra. Isto mostra que nos dois grupos analisados grande parte dos custos de produção estão sendo cobertos com recursos adquiridos pelas famílias em safras precedentes.

Tabela 19: Estratos (R\$) dos valores comprometidos com pagamento de investimentos em 2004/2005, entre as famílias analisadas

Estratos (R\$)	Ecologistas			Não Ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0	1	14,3	14,3	5	62,5	62,5
1 a 1000	1	14,3	28,6	0	0,0	62,5
1001 a 2000	1	14,3	42,9	2	25,0	87,5
2000 a 3000	1	14,3	57,1	0	0,0	87,5
3001 a 4000	1	14,3	71,4	0	0,0	87,5
4000 a 5000	1	14,3	85,7	1	12,5	100,0
5000 a 10000	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
10.001 a 20.000	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Mais de 20.000	1	14,3	100,0	0	0,0	0,0
Total	7	100,0	100,0	8	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Tabela 20: Compromissos com pagamento de crédito de custeio entre as famílias analisadas na safra 2004/05

	Valor Total (R\$)	Valor da prestação em 2004/2005 (R\$)
Famílias ecologistas		
Fam1	0,00	0,00
Fam2	0,00	0,00
Fam3	0,00	0,00
Fam4	0,00	0,00
Fam5	5.000,00	5.000,00
Fam6	12.000,00	12.000,00
Fam7	0,00	0,00
Famílias não ecologistas		
FamA	0,00	0,00
FamB	0,00	0,00
FamC	0,00	0,00
FamD	35.000,00	0,00
FamE	0,00	0,00
FamF	0,00	0,00
FamG	0,00	0,00
FamH	6.000,00	0,00

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Em relação aos compromissos no ano 2004/2005, com o pagamento de financiamentos, há diferenças entre os grupos. Como se pode verificar na Tabela 18, seis das sete famílias de ecologistas analisadas possuíam compromissos com o pagamento de financiamentos neste ano, enquanto entre as famílias não ecologistas somente três das oito famílias estudadas estavam comprometidas com o pagamento de financiamentos.

No que se refere aos valores financiados o comportamento se repete, já que os valores financiados pelos ecologistas são maiores do que aqueles financiados pelos não ecologistas. Enquanto no grupo dos não ecologistas em duas das três famílias comprometidas com o pagamento de parcelas de investimentos financiados o valor comprometido não passou de R\$ 2.000,00, entre os ecologistas das seis famílias comprometidas em quatro o valor comprometido superou os mesmos R\$ 2.000,00. Entre os não ecologistas o maior valor comprometido com o pagamento de

crédito de investimento encontra-se na faixa de R\$ 4.000 a 5.000,00. Entre os ecologistas o maior valor supera R\$ 20.000,00.

Na tabela 21 podemos observar a aplicação dos recursos financiados nas unidades produtivas. Entre os não ecologistas em 100% dos casos os recursos foram investidos na atividade agrícola. Entre os ecologistas parte foi utilizada em atividades agrícolas, parte na instalação de agroindústrias familiares (prédios e equipamentos) e parte na comercialização dos produtos.

Tabela 21: Descrição dos compromissos com pagamento de investimentos em 2004/2005, entre as famílias analisadas - Ipê/RS

	Utilização do investimento	Valor (R\$)	Valor da prestação em 2004/2005
Famílias ecologistas			
Fam1	Reforma aviário	11.000,00	2100,00
	Agroindústria	3675,00	800,00
		14.675,00	3.100,00
Fam2	Agroindústria (parte)	750,00	0,00
	Açude	2.000,00	350,00
		2.750,00	350,00
Fam3	Plantadeira PLD	7.000,00	1.200,00
	Açude	11.000,00	2400,00
		18.000,00	3.600,00
Fam4	Caminhão para transportar produtos para a feira	33.000,00	4600,00
		33000,00	4600,00
Fam5	Agroindústria	44.000,00	0,00
		44.000,00	0,00
Fam6	Troca de caminhão (utilizado na comercialização de maçã e outros produtos)	12.000,00	12.000,00
	Pulverizador para maçã	7.000,00	1.800,00
	Agroindústria	14.700,00	2500,00
	Equipamentos da agroindústria	15.000,00	4000,00
		48.700,00	20.300,00
Fam7	Agroindústria	750,00	0,00
	Espalhador de esterco	5.000,00	1.000,00
		5.700,00	1.000,00
Famílias não ecologistas			
FamA	Ampliação do parreiral	12.000,00	2000,00
	Pulverizador	10.000,00	0,00
		22.000,00	2000,00
FamB		0,00	0,00
FamC	Trator	15.000,00	2800,00
	Adaptação do aviário para produção de peru	15.000,00	2100,00
		30.000,00	4900,00
FamD	Ampliação do parreiral	7.700,00	0,00
		7.700,00	0,00
FamE	Ampliação do parreiral	7.000,00	2.000,00
		7.000,00	2.000,00
FamF		0,00	0,00
FamG		0,00	0,00

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Ao mesmo tempo em que entre as famílias ecologistas o acesso ao crédito de investimento é mais freqüente e assume valores maiores, segundo a Tabela 20, durante os últimos 5 anos as famílias deste grupo investiram mais nas unidades produtivas do que as famílias não ecologistas. Enquanto no grupo dos não ecologistas em 5 das 8 famílias estudadas os investimentos realizados nos últimos 5 anos não superaram R\$ 30.000,00 entre os ecologistas em seis das sete famílias analisadas os investimentos foram maiores que R\$ 30.000,00. Ou seja, entre os ecologistas os investimentos na unidade produtiva foram maiores, assim como o financiamento destes investimentos.

Tabela 22: Estratos (R\$) de investimentos realizados nas unidades produtivas nos últimos 5 anos (1999-2000 a 2004-05)

Estratos (R\$)	Ecologistas			Não Ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
De 0 a 15.000	1	14,3	14,3	2	25,0	25,0
De 15.001 a 30.000	0	0,0	0,0	3	37,5	62,5
De 30.001 a 45.000	2	28,6	42,9	1	12,5	75,0
De 45.001 a 60.000	0	0,0	42,9	0	0,0	75,0
De 60.001 a 75.000	2	28,6	71,4	0	0,0	75,0
De 75.001 a 90.000	1	14,3	85,7	0	0,0	75,0
Mais de 90.000	1	14,3	100,0	2	25,0	100,0
Total	7	71,4	100,0	8	75	75,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Além destas análises também buscamos verificar em que grau os recursos obtidos pelas famílias ao longo do ano são utilizados para pagar compromissos com os mercados nos quais as unidades produtivas estão inseridas⁶³.

Como se pode verificar na Tabela 23, 6 das 7 unidades produtivas inseridas na rede utilizaram até 40% da renda bruta obtida no ano agrícola 2004/2005 para o

⁶³ Neste caso estamos considerando somente os mercados relacionados à produção, não considerando o mercado de alimentos e outras despesas familiares. Estes cálculos foram realizados com base na soma dos valores utilizados para o pagamento de custeio, investimento e financiamento da próxima safra em relação à renda bruta das famílias, ou seja, a soma de todos os rendimentos, sejam agrícolas ou não agrícolas.

pagamento de crédito de custeio, de investimento e no pagamento das despesas da próxima safra. No grupo dos não ecologistas 4 famílias das 8 analisadas utilizaram até 40%. As outras quatro famílias utilizaram mais de 40%, sendo que destas quatro famílias duas utilizaram de 61 a 80% dos recursos obtidos ao longo do ano com despesas agrícolas e com compromissos bancários. 100% dos ecologistas gastaram até 60%, enquanto 100% dos não ecologistas gastaram até 80% da renda bruta. Estes dados indicam que entre os não ecologistas o comprometimento da renda bruta com o pagamento de crédito de custeio, de investimento e das despesas com a safra foi maior.

Tabela 23: Proporção (%) da renda bruta das famílias utilizada no pagamento de crédito de custeio, de crédito de investimento e de despesas com a safra agrícola 2004-05 (em estratos)

Estratos (%)	Ecologistas			Não Ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 20%	3	42,9	42,9	3	37,5	37,5
21 a 40%	3	42,9	85,7	1	12,5	50,0
41 a 60%	1	14,3	100,0	2	25,0	75,0
61 a 80%	0	0,0	100,0	2	25,0	100,0
81 a 100%	0	0,0	100,0	0	0,0	100,0
Total	7	100,0	100,0	8	100	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Quando analisamos cada despesa individualmente (Tabela 24) podemos novamente observar que no ano 2004/05 as famílias dos dois grupos analisados praticamente não utilizaram os rendimentos obtidos para pagar o custeio de safra. Também observamos que enquanto os ecologistas gastaram mais do que os não ecologistas com o pagamento de crédito de investimento (o que está coerente com a análise feita anteriormente sobre o investimento nas unidades produtivas), os não ecologistas gastaram mais, quando comparado aos ecologistas, com o pagamento das despesas de safra.

Tabela 24: Proporção (%) da renda bruta das famílias utilizada no pagamento de crédito de custeio, de crédito de investimento e de despesas com a safra agrícola 2004-05

	Pagamento de Custeio (%)	Pagamento de Crédito de Investimento	Financiar próxima safra
Famílias ecologistas			
Fam1	0,0%	4,7%	9,9%
fam2	0,0%	1,2%	7,6%
Fam3	0,0%	11,9%	23,8%
Fam4	0,0%	13,3%	12,8%
Fam5	0,0%	0,0%	10,3%
Fam6	17,1%	28,9%	10,8%
Fam7	0,0%	4,9%	16,2%
Média	2,4%	9,3%	13,0%
Famílias não ecologistas			
FamA	0,0%	2,6%	9,4%
FamB	0,0%	0,0%	18,8%
FamC	0,0%	0,0%	20,8%
FamD	0,0%	7,3%	37,3%
FamE	0,0%	0,0%	23,2%
FamF	0,0%	14,5%	51,8%
FamG	0,0%	0,0%	30,9%
FamH	0,0%	0,0%	37,8%
Média	0,0%	3,0%	28,7%

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Os dados apresentados até aqui mostram que a inserção na rede vem provocando modificações em relação à mercantilização financeira, principalmente no que se refere à utilização de crédito para investimentos nas unidades produtivas. Entre as famílias ecologistas os investimentos na unidade produtiva foram maiores, assim como o financiamento destes investimentos. Neste caso, o acesso ao crédito de investimento foi mais freqüente, e os valores financiados mais elevados. Entre os investimentos realizados com o recurso financiado destaca-se a instalação de agroindústrias familiares (prédios e equipamentos) e os investimentos na comercialização. Além disso, foi possível constatar que entre as famílias ecologistas o comprometimento da renda bruta com o pagamento de despesas relacionadas à produção agrícola foi menor, ao mesmo tempo em que a utilização dos recursos

obtidos pelas famílias ao longo do ano (renda bruta) com o pagamento de parcelas dos financiamentos foi maior.

A partir do que foi visto podemos inferir que a maior presença de investimentos entre os ecologistas pode estar sendo possibilitada pela diminuição dos custos de financiamento da produção, oportunidade não colocada para os não ecologistas, na medida em que os custos com a manutenção da atividade produtiva neste grupo são maiores (conforme visto quando analisamos o consumo intermediário entre as famílias), o que compromete uma maior porcentagem da renda bruta com o pagamento das despesas de safra.

Esta diferença de capacidade de investimento, e de endividamento, entre os grupos pode nos indicar uma diferenciação nas oportunidades futuras de reprodução, pois desta forma os ecologistas tenderiam a uma maior qualificação da unidade produtiva e/ou diversificação de atividades produtivas. Esta constatação parece bastante próxima à afirmação de Ploeg (2006) quando este diz que através da desmercantilização, no que se refere ao mercado de novas tecnologias e insumos, torna-se possível o ingresso de forma mais eficiente em processos específicos de mercantilização dos produtos; neste caso representado pelos investimentos realizados na estratégia de agroindustrialização e comercialização.

4.1.5 MERCANTILIZAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS

A produção para autoconsumo possui um papel fundamental na reprodução da agricultura familiar. É o autoconsumo, que Ellis (2000) chamou de subsistência, que permite as formas familiares de produção e trabalho sobreviverem e se reproduzirem em uma sociedade capitalista cada vez mais competitiva. Segundo Ellis (2000) o campesinato persiste na economia capitalista devido “[...] a sua capacidade de reunir os pré-requisitos para (produzir) a sua própria subsistência” (p. 24 apud GAZOLLA, 2004, p. 103).

Nesta subseção objetivamos analisar o grau de mercantilização do consumo alimentar das famílias. Para isto utilizaremos dois indicadores: (a) o produto bruto do

autoconsumo, que representa quanto do produzido na unidade produtiva é destinado ao autoprovisionamento; e (b) relação entre o consumo produzido na unidade produtiva e o consumo total da família⁶⁴.

Em relação ao produto bruto do autoconsumo, para o caso da região Sul, os estudos da FAO/INCRA apontam que em torno de 20% do que é produzido pela agricultura familiar é utilizado no interior do próprio estabelecimento na forma de autoconsumo da família. Gazzola (2004) em estudo realizado no Alto Uruguai identificou que naquela situação o autoconsumo assume um montante médio de 14,84% do produto bruto total.

De acordo com o que os dados indicam, a quantidade de alimentos produzidos no interior dos estabelecimentos e consumidos pelas famílias de Ipê é bastante próxima à média do RS (20%). O grupo dos ecologistas apresentou uma média do produto bruto do autoconsumo de 24% e o grupo dos não ecologistas de 21%.

Tabela 25: Estratos (%) do produto bruto do autoconsumo nas famílias analisadas em 2004-05

Estratos (%)	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 10%	1	14,3	14,3	3	37,5	37,5
11 a 20%	2	28,6	42,9	2	25,0	62,5
21 a 30%	2	28,6	71,4	1	12,5	75,0
30 a 40%	1	14,3	85,7	0	0,0	75,0
41 a 50%	1	14,3	100,0	2	25,0	100,0
Total	7	100,0	100,0	8	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

⁶⁴ O autoconsumo familiar foi estabelecido da seguinte forma: durante as entrevistas de campo foi realizado um levantamento dos diferentes tipos de alimentos, e das respectivas quantidades, que as famílias consomem (*in natura* e beneficiados/transformados) que são produzidos na unidade produtiva. Em seguida, estes alimentos foram valorados de acordo com os valores médios do mercado local, o que possibilitou calcular o quanto cada família gastaria, em reais, por semana, por mês e por ano caso toda a alimentação proveniente da unidade de produção fosse comprada no mercado local.

Ao analisarmos a distribuição das famílias em estratos de produto bruto do autoconsumo (Tabela 25), podemos ver que em ambos os grupos as famílias são heterogêneas em relação a este indicador, há desde famílias que consomem até 10% do que produzem até famílias que consomem de 41 a 50% do produzido. Apesar de a heterogeneidade ser comum a ambos os grupos, entre os ecologistas o produto bruto do autoconsumo tende a ser maior. Neste grupo um maior número de famílias consumiu mais de 20% do que produziram (57,1% das famílias), ao passo que entre os não ecologistas nesta faixa de autoconsumo encontram-se somente 37,5% das famílias.

Na tabela a seguir (Tabela 26) apresentamos os dados relativos ao segundo indicador considerado, qual seja a relação entre o consumo produzido na unidade produtiva (autoconsumo) e o consumo total da família. Pelo que os dados apresentam o consumo total entre os ecologistas é superior ao consumo total entre os não ecologistas; nestas famílias em média o consumo total é de R\$ 12.953,04/ano e R\$ 1.079,42/mês, enquanto entre os não ecologistas o consumo médio total é de R\$ 7.285,42/ano e R\$ 607,12/mês. Em relação ao autoconsumo, este comportamento permanece, já que em média o valor do autoconsumo nas famílias ecologistas é de R\$ 10.794,19/ano e R\$ 899,52/mês e no grupo dos não ecologistas este valor se reduz para R\$ 4.827,67/ano e R\$ 402,31/mês. Considerando-se o valor do salário mínimo na ocasião da coleta dos dados (R\$ 300,00), conclui-se que as famílias ecologistas possuíam um autoconsumo médio de 3 salários mínimos mensais, e as famílias não ecologistas de 1,35 salários mínimos.

Tabela 26: Consumo total (R\$), autoconsumo (R\$) e relação entre consumo total e autoconsumo (%) nas famílias analisadas em 2004-05

	Consumo Total (R\$)	Auto-consumo (R\$)	Autoconsumo/Consumo Total (%)
Famílias ecologistas			
Fam1	11.155,20	9.955,20	89,24%
Fam2	10.043,70	8.811,70	87,73%
Fam3	13.198,50	9.638,50	73,03%
Fam4	13.488,80	11.088,80	82,21%
Fam5	12.171,90	9.051,90	74,37%
Fam6	17.807,70	15.407,70	86,52%
Fam7	12.805,50	11.605,50	90,63%
Média	12.953,04	10.794,19	83,39%
Famílias não ecologistas			
famA	6.474,00	3.824,00	59,07%
famB	7.115,50	5.915,50	83,14%
famC	9.585,15	8.385,15	87,48%
famD	8.393,70	5.993,70	71,41%
famE	7.013,50	3.793,50	54,09%
famF	4.520,00	1.300,00	28,76%
famG	9.198,98	5.226,98	56,82%
famH	5.982,50	4.182,50	69,91%
Média	7.285,42	4.827,67	63,83

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Gazzola (2004) em estudo a respeito da produção para autoconsumo no Alto Uruguai encontrou um valor de autoconsumo médio total de R\$ 2.904,40/ano e de R\$ 242,03/mês/família. Estes valores correspondiam a mais ou menos um salário mínimo federal mensal, que vigorava por ocasião da realização da pesquisa, que era de R\$ 240,00. Segundo Gazzola (2004) estes valores diferem dos obtidos por Leite (2003, 2004), que estudou o autoconsumo em quatro assentamentos no Rio de Janeiro e encontrou um valor anual de autoconsumo médio por família de R\$ 1.078,72 e de R\$ 89,89 por mês, valores que segundo Leite (2003, 2004 apud GAZZOLA, 2004) equivaliam, por ocasião da pesquisa, a meio salário mínimo mensal. Nos dois casos os autores destacam o baixo nível de consumo alimentar das famílias.

Ao estabelecermos uma comparação entre os valores encontrados por estes autores com os encontrados neste estudo podemos concluir que nas famílias aqui analisadas tanto o consumo total das famílias quanto o autoconsumo apresentaram valores superiores, o que nos permite inferir que entre as famílias analisadas neste trabalho não aparece haver uma situação de insegurança alimentar.

Em relação à proporção entre o consumo total e o consumo produzido na unidade produtiva (autoconsumo), os valores calculados são apresentados na terceira coluna da Tabela 26 e na Tabela 27. Na tabela 27 podemos verificar que entre os ecologistas todas as famílias produzem mais de 66% daquilo que consomem, sendo que 71,4% das famílias produzem mais de 80%. No grupo dos não ecologistas a variação entre as famílias é maior. Entre estas encontramos famílias que produzem de 0 a 25% até famílias que produzem 81 a 90% do que consomem. Em média, a proporção entre o consumo total e o consumo produzido na unidade produtiva entre os ecologistas é superior (83,39%) aos não ecologistas (63,83%).

Tabela 27: Proporção (%) do consumo total produzido pelas famílias analisadas em 2004-05 (em extratos)

Estratos (%)	Ecologistas			Não Ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 25%	0	0,0	0,0	1	12,5	12,5
26 a 50%	0	0,0	0,0	0	0,0	12,5
51 a 65%	0	0,0	0,0	3	37,5	50,0
66 a 80%	2	28,6	28,6	2	25,0	75,0
81 a 90%	4	57,1	85,7	2	25,0	100,0
91 a 100%	1	14,3	100,0	0	0,0	100,0
Total	7	100,0	100,0	8	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Podemos concluir que as famílias ecologistas, quando comparadas a famílias não ecologistas, consomem mais do que os não ecologistas (consumo total maior), e além disso produzem mais daquilo que consomem, já que o “produto bruto do autoconsumo” foi superior nestas famílias.

Ao buscarmos as causas destas conclusões poderíamos supor, num primeiro momento, que as diferenças são decorrentes de diferenças no perfil demográfico e/ou no número de membros das famílias, já que as famílias ecologistas, apesar de possuírem um possuem perfil demográfico muito parecido com o perfil das famílias não ecologistas, com mãe e pai em idade plena e filhos com mais de 16 anos, são maiores do que as famílias ecologistas. Esta explicação parece razoável para justificar a superioridade em relação ao indicador produto bruto do autoconsumo (as famílias estariam retendo na unidade produtiva, para a alimentação, uma maior parte do que produzem, pois possuem maior número de membros) e da mesma forma para justificar os valores mais elevados encontrados no indicador do consumo total das famílias.

Entretanto, quando calculamos o consumo total e o autoconsumo de cada membro das famílias (Tabela 28 e Tabela 29), o comportamento verificado anteriormente se mantém, ou seja, o consumo total e o autoconsumo entre os indivíduos das famílias ecologistas são maiores. Não é por serem mais numerosas que estas famílias apresentaram consumo total e autoconsumo mais elevados.

Tabela 28: Extratos (R\$) de auto-consumo total individual (anual) entre os membros das famílias de ecologistas e não ecologistas em 2004-05

Estratos (R\$)	Ecologistas			Não Ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0 a 500	0	0,0	0,0	1	12,5	12,5
501 a 1000	0	0,0	0,0	0	0,0	12,5
1001 a 1500	0	0,0	0,0	4	50,0	62,5
1501 a 2000	1	14,3	14,3	2	25,0	87,5
2001 a 2500	6	85,7	100,0	0	0,0	87,5
2501 a 3000	0	0,0	100,0	1	12,5	100,0
Total	7	100,0	100,0	8	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Tabela 29: Consumo total (R\$) e autoconsumo (R\$) anual entre os membros das famílias de ecologistas e não ecologistas em 2004-05

	Consumo Total Anual (R\$)	Autoconsumo (R\$)
Famílias Ecologistas		
Fam1	2.788,80	2.488,80
Fam2	2.008,74	1.762,34
Fam3	3.299,63	2.409,63
Fam4	2.697,76	2.217,76
Fam5	3.042,98	2.262,98
Fam6	2.543,96	2.201,10
Fam7	2.561,10	2.321,10
Média Anual	2.706,14	2.237,67
Média Mensal	225,51	186,47
Famílias não Ecologistas		
famA	2.158,00	1.274,67
famB	1.778,88	1.478,88
famC	3.195,05	2.795,05
famD	2.797,90	1.997,90
famE	2.337,83	1.264,50
famF	1.506,67	433,33
famG	3.066,33	1.742,33
famH	1.994,17	1.394,17
Média Anual	2.354,35	1.547,60
Média mensal	196,20	129,00

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Provavelmente a causa desta constatação decorre da maior diversidade de cultivos e criações presentes nas unidades produtivas das famílias ecologistas, devido às necessidades e possibilidades oferecidas pelos mercados de produtos em que estas famílias operam. Os principais canais de comercialização utilizados pelas famílias destes grupos são as feiras e as lojas de produtos ecológicos, canais que não somente permitem, como também exigem, maior diversidade na oferta de produtos. Esta maior diversidade exigida pelo mercado promove a diversificação de cultivos e criações no âmbito das unidades produtivas, ao mesmo tempo em que diversifica a pauta de alimentos consumidos e eleva o autoconsumo familiar, e em consequência o consumo total das famílias. Parece que a inserção na rede resgata

aquilo que Garcia Júnior (1983, 1989) denominou de alternatividade, já que grande parte dos produtos produzidos tanto podem ser vendidos quando autoconsumidos, dependendo das condições de reprodução social e alimentar, das flutuações de preço e das condições de troca em vigor no mercado.

Este resultado é bastante interessante, pois demonstra uma situação em que a elevação do autoconsumo (ou desmercantilização na esfera do consumo alimentar) não tem sido causada pelo afastamento do mercado de produtos, mas por modificações neste mercado. Isto, juntamente com as conclusões anteriores sobre os menores gastos com consumo intermediário, parece indicar uma situação de maior autonomia na produção e reprodução familiar. Conforme Ploeg (1992a), uma situação que não exclui uma relação com o mercado, mas que orienta-se por uma racionalidade que busca não somente a produção de mercadorias, como também de um conjunto de valores de uso que garantem a reprodução em ciclos precedentes.

Além disso, podemos concluir que apesar dos indicadores terem apresentados valores superiores no grupo dos ecologistas, em ambos os grupos a esfera da alimentação tem sido mantida, pelo menos em parte, fora dos circuitos mercantis, estratégia que permite também às famílias não ecologistas enfrentar situações de crise sem comprometer o consumo alimentar.

Segundo Schmitt (2001) as dimensões culturais são um elemento central quando se trata de explicar a continuidade da produção de autoconsumo na colônia italiana. Gazzola (2004) realiza uma análise de alguns elementos culturais que exercem barreiras, mediam e assim diferenciam a mercantilização do consumo familiar, na agricultura familiar⁶⁵. Para o autor:

O autoconsumo não é somente a produção através do trabalho do agricultor aplicado a um processo produtivo a fim de obter os elementos e produtos necessários à alimentação e manutenção do grupo doméstico. Nesta esfera o trabalho do agricultor é produtivo, mas é também simbólico e repleto de significações e sentidos que lhe são fundamentais para a construção da sua identidade social enquanto agricultor familiar (GAZZOLA, 2004, p. 83).

Na agricultura colonial a identidade de colono esteve fortemente relacionada com a produção para autoconsumo. Gazzola (2004) afirma que autores como

⁶⁵ Este autor baseia-se nos trabalhos de Woortamnn e Woortmann (1997), Woortmann (1990), Santos (1984), Seyferth (1994) e Renk (2000).

Seyferth (1994) e Renk (2000) consideram que para o colono a produção para o sustento da família, após a *conquista das matas*, o diferenciava das populações indígenas e caboclas assentadas nas regiões de colônia.

[...] neste primeiro momento, o colono é identificado como o único com qualidade de trabalho superior aos demais membros da população das colônias, em condições de “abrir” e “por abaixo” a mata e extrair o sustento da sua família (GAZZOLA, 2004, p. 84).

Além do trabalho laborioso para desbravar a mata e instalar as primeiras lavouras para autoconsumo, o colono nos primeiros anos passou por privações alimentares constantes. Mais tarde, com o desenvolvimento das colônias, estas passam a ser identificadas pela auto-suficiência em alimentos para suas famílias.

Este é um patrimônio familiar que o colono administra e cultiva durante toda a sua existência e que, para a maioria dos colonos do sul, deve ser repassada a um dos membros (por um padrão de herança variável em cada caso) do grupo familiar para que permaneça indiviso (GAZZOLA, 2004, p. 84).

Além destes elementos, a produção para autoconsumo é relacionada a um saber fazer que faz parte da identidade de colono e é repassado de geração a geração. Este saber fazer é muito mais do que uma ferramenta com a qual o agricultor familiar e a sua família produzem o autoconsumo alimentar do ano, ele [...] produz e reproduz a cultura, os valores, os significados dos alimentos, o ordenamento do ‘mundo’ familiar e das suas relações com uma sociedade mais ampla [...] (GAZZOLA, p. 88).

4.1.4 MERCANTILIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

O domínio e o gerenciamento do processo de trabalho agrícola são considerados como um importante diferencial na produção agrícola em relação à produção industrial e também da produção familiar em relação à empresarial. Isto porque o trabalho agrícola requer um forte vínculo com uma ampla extensão de tarefas que necessitam ser completamente coordenadas ao longo dos ciclos agrícolas. A coordenação e o controle do processo de trabalho – observação contínua, interpretação, identificação de conseqüências positivas e negativas e

experimentação de novas rotinas – permitem aos agricultores transformar os *insights* em ganhos para este processo. Isto representa, além de um diferencial, uma vantagem da produção familiar em relação à empresarial (PLOEG, 1992a).

No processo de mercantilização os elementos e as etapas que integram o processo de produção agrícola são externalizados, passando a ser atribuídos a instituições externas. Práticas agrícolas tradicionais, obtidas através da socialização e da experiência, são então substituídas por práticas de carácter científico (progresso técnico), crescendo assim a divisão de trabalho entre o estabelecimento rural e a indústria. Desta forma, a possibilidade do agricultor manter um controle efetivo sobre o processo de produção se estreita, e sua autonomia sobre o processo de trabalho e de produção é reduzida (PLOEG, 1992a).

Ao contrário disso, num processo de desmercantilização ocorre um retorno à centralidade do trabalho, tanto no que se refere à quantidade quanto à qualidade do trabalho, destacando-se o desenvolvimento de tecnologias baseadas na capacidade técnica dos agricultores, e a re-conexão das tecnologias agrícolas ao conjunto das relações sociais de produção.

A partir destas considerações analisaremos e compararemos a mercantilização do processo de trabalho, entre ecologistas e não ecologistas, a partir de dois indicadores: (a) a origem da mão-de-obra utilizada nas unidades produtivas e (b) a origem/fonte dos conhecimentos técnicos e habilidades utilizados no processo de produção agrícola.

3.1.4.1 Origem da mão-de-obra utilizada

A Tabela 30 apresenta informações relativas à quantidade e à origem do trabalho nas unidades produtivas analisadas. Aqui a unidade utilizada é a Unidade de Trabalho Homem (UHT), que equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas de uma pessoa adulta, entre 19 e 59 anos.

Tabela 30: Origem da mão-de-obra nas unidades produtivas analisadas (UHT) na safra 2004-05

Família	UHT familiar	UHT Contratada			MO trocada (dias/ano)	
		Permanente	Temporário	Empreitada		TOTAL
Famílias Ecologistas						
Fam1	4				0	15 dias/ano
Fam2	3,5				0	15 dias/ano
Fam3	4				0	
Fam4	4,5	0,2	0,35		0,55	
Fam5	4		1,95		1,95	4 dias/ano
Fam6	4	0,5		0,06	0,56	
Fam7	4				0	5 dias/ano
Famílias não Ecologistas						
FamA	2,5		0,1		0,1	20 dias/ano
FamB	4				0	3 dias/ano
FamC	2				0	
FamD	3				0	30 dias/ano
FamE	2,5				0	40 dias/ano
FamG	3				0	20 dias/ano
FamH	3				0	
Fam8	3		0,05		0,05	10 dias/ano

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Em ambos os grupos, as unidades produtivas analisadas operam basicamente com mão-de-obra familiar. No entanto, pelo que os dados mostram, a disponibilidade/utilização de mão-de-obra familiar entre os ecologistas é superior em relação aos não ecologistas. Enquanto a maior parte das famílias ecologistas dispõe de mais de 4 UTH, somente uma família não ecologista dispõe de 4 UTH. Nas demais a disponibilidade de mão-de-obra não ultrapassa 3 UTH, sendo que em quatro famílias a disponibilidade é inferior a este valor (2 a 2,5 UTH).

Em relação às contratações podemos ver que novamente o grupo dos ecologistas apresentou valores mais elevados. Neste grupo as contratações variaram de 0,5 a 1,95 UTH, enquanto no grupo dos não ecologistas as contratações não superaram 0,1 UTH.

Apesar de não estar apresentado na Tabela 30, podemos afirmar que as atividades de agroindustrialização foram as que mais demandaram a contratação de serviços entre as famílias ecologistas. A necessidade de processar a maior quantidade possível de matéria-prima em curto período de tempo faz com que estas atividades em geral apresentem uma demanda de trabalho maior do que a disponível nas famílias nos períodos de safra. Como as agroindústrias funcionam em período de colheita de um dos principais produtos agrícolas da região, que é a uva (safra da uva), a troca de serviços torna-se bastante difícil, fazendo-se então necessária a contratação de mão-de-obra.

Enquanto entre os ecologistas o acesso à mão-de-obra externa às famílias ocorre principalmente através de contratações, entre os não ecologistas o acesso a este tipo de mão-de-obra ocorre principalmente através de trocas de serviços. Neste grupo as trocas são mais freqüentes e mais significativas do que entre os ecologistas. Das sete famílias ecologistas analisadas, as trocas ocorreram em quatro famílias, sendo que em duas destas as trocas não superaram 5 dias por ano. Entre os não ecologistas, das oito famílias analisadas seis trocaram serviços com vizinhos. Destas seis famílias, em quatro as trocas foram de 20 ou mais dias de trabalho.

A distribuição da mão-de-obra entre as diferentes atividades varia entre os grupos (Tabela 31 e Gráfico 01). Entre os não ecologistas a maior parte da mão-de-obra familiar é utilizada em atividades agrícolas (72,35%). No grupo dos ecologistas somente 37,2% da mão-de-obra é utilizada em atividades agrícolas. Neste grupo a pluriatividade se destaca na utilização de mão-de-obra (25,87% entre os três tipos), sendo a pluriatividade para-agrícola a mais importante (15,46%). Outra observação importante que deve ser feita refere-se à utilização de mão-de-obra na comercialização dos produtos das famílias ecologistas. Enquanto a grande maioria das famílias ecologistas não utilizaram mais do que 1% da mão-de-obra disponível na comercialização dos produtos, todos os ecologistas utilizaram mais do que 10%, sendo que em cinco das sete famílias analisadas a utilização de mão-de-obra na comercialização foi superior a 15%. No grupo dos ecologistas a pluriatividade que mais se destaca também é a pluriatividade para-agrícola.

Tabela 31: Utilização da mão-de-obra nas unidades produtivas analisadas na safra 2004-05

		MO total da família (UTH)	UTH agt*	MO total em atividades exclusivamente agrícolas (%)	Doméstica (%)	Para-agrícola (%)	Agrícola fora da UP(%) **	Outras não-agrícolas (%)	Comercialização (%)
Famílias Ecologistas									
Fam1	UHT	4,00	4	55,25%	12,50%	16,00%	0,00%	3,33%	13,00%
Fam2	UHT	3,50	3,5	56,86%	22,86%	5,43%	0,00%	0,00%	15,00%
Fam3	UHT	4,00	4	54,96%	12,50%	4,79%	4,58%	5,83%	17,33%
Fam4	UHT	4,50	5,05	6,93%	19,80%	2,48%	19,80%	0,00%	17,16%
Fam5	UHT	4,00	5,95	29,24%	8,40%	32,49%	0,00%	0,00%	11,65%
Fam6	UHT	4,00	4,56	19,08%	32,89%	31,80%	0,00%	0,00%	17,11%
Fam7	UHT	4,00	4	38,08%	15,00%	10,83%	0,00%	43,75%	17,33%
Média		4,00	4,44	37,20%	17,71%	14,83%	3,48%	7,56%	15,49%
Famílias não Ecologistas									
FamA	UHT	2,50	2,6	51,54%	9,62%	0,00%	0,00%	38,46%	0,38%
FamB	UHT	4,00	4	75,75%	12,50%	3,13%	0,00%	8,33%	0,29%
FamC	UHT	2,00	2	68,42%	25,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,58%
FamD	UHT	3,00	3	93,33%	6,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FamE	UHT	2,50	2,5	79,60%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,40%
FamF	UHT	3,00	3	82,67%	12,50%	4,17%	0,00%	0,00%	0,67%
FamG	UHT	3,00	3	78,94%	16,67%	4,17%	0,00%	0,00%	0,22%
FamH	UHT	3,00	3,05	48,52%	8,20%	8,20%	33,88%	0,00%	0,55%
Média		2,88	2,89	72,35%	13,90%	2,46%	4,24%	5,85%	1,14%

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

* Soma do familiar e do contratado.

** Pluri de base agrária.

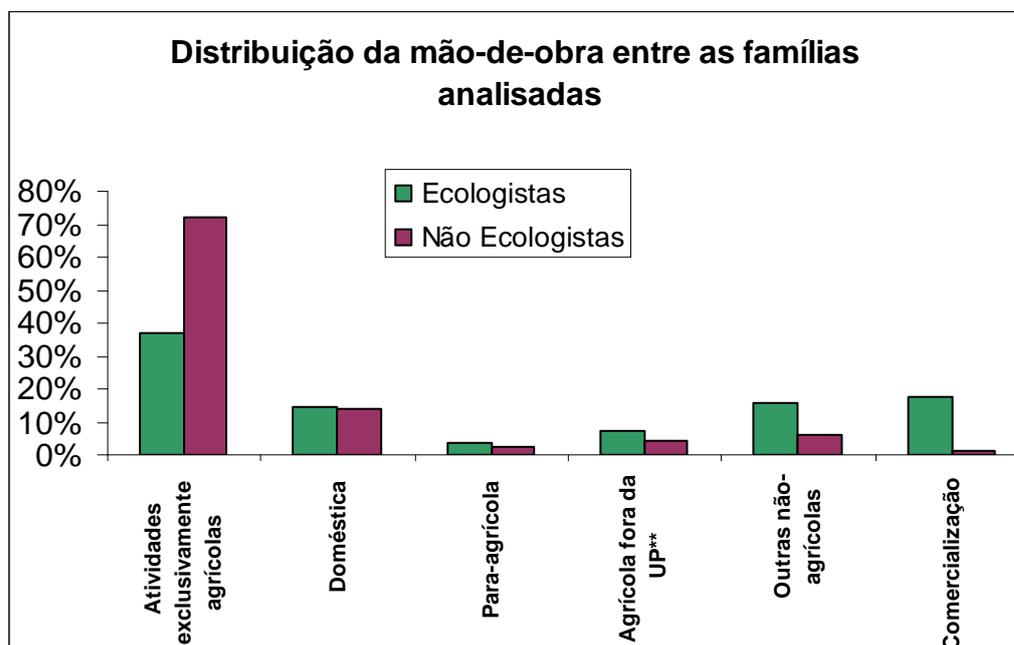


Gráfico 01: Distribuição da mão-de-obra disponível entre as famílias analisadas na safra 2004/05

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa de campo (2006).

Em relação à utilização de mão-de-obra na comercialização dos produtos das famílias ecologistas vale a seguinte observação: de acordo com os depoimentos dos ecologistas entrevistados durante a sexta-feira, dia em que os produtos destinados às feiras são preparados, a jornada de trabalho das famílias se estende das 6 às 20 horas. Durante o sábado, dia de feira, o trabalho inicia em torno das 3 horas, quando as famílias saem de suas casas em Ipê, com destino às feiras em Porto Alegre e Caxias do Sul, e é concluído somente às 20h, quando as famílias retornam destas cidades.

Desta forma, podemos concluir que entre as famílias ecologistas vem ocorrendo uma diversificação de atividades que, por um lado, possibilita/exige manter mais mão-de-obra na propriedade (4 UHT em média), e por outro, diminui a necessidade de recorrer à ajuda externa durante a maior parte do ano; os não ecologistas teriam menor possibilidade/necessidade de mão-de-obra permanente fazendo com que, em momentos pontuais, seja necessário recorrer à troca de serviços. Isto parece indicar que a inserção na agroecologia tem gerado, através das

estratégias de agroindustrialização e comercialização, um retorno à centralidade do trabalho no que se refere à quantidade requerida, o que cria novas condições para a manutenção de mais pessoas nas propriedades (novos empregos produtivos no meio rural) e assim novas oportunidades em termos de reprodução social.

4.1.4.2 Origem/fonte dos conhecimentos técnicos e habilidades

Para a realização desta análise, os agricultores entrevistados foram questionados sobre: (a) as estratégias produtivas utilizadas para elevar a produção e a produtividade dos cultivos e criações; (b) sobre as instituições que influenciaram, e influenciam, nas técnicas utilizadas nas unidades produtivas. Aqui nos interessamos em examinar o peso que os conhecimentos técnicos e habilidades obtidas através da socialização e da experiência, por um lado, e as prescrições técnicas estabelecidas por instituições externas, entre elas o mercado de insumos produtivos, por outro, assumem no manejo da unidade de produção como um todo e na busca por maior produção e produtividade. Para isto, organizamos as respostas obtidas durante as entrevistas em duas categorias de estratégias⁶⁶:

- Categoria (a): respostas baseadas em tratos culturais tradicionais e em soluções alternativas às recomendações do mercado (sejam vinculadas ao saber tradicional, sejam aprendidas no âmbito da rede alternativa).
- Categoria (b): respostas baseadas na busca por soluções adquiridas no mercado, ou através de instituições mediadoras entre os agricultores e os mercados.

⁶⁶ Cabe destacar que não foi uma tarefa fácil classificar as respostas obtidas, pois apesar de termos utilizado perguntas abertas, estas não foram suficientemente exploradas, e em alguns casos ficamos em dúvida sobre a classificação a ser atribuída às respostas, como foi o caso da resposta irrigação das lavouras. Apesar de reconhecermos que a utilização desta prática muitas vezes está condicionada à recorrência ao mercado de máquinas e equipamentos agrícolas, sabemos também que, a fim de reduzir custos, os agricultores muitas vezes improvisam sistemas alternativos no âmbito da unidade produtiva. Desta forma, optamos por não classificar esta resposta em nenhuma das categorias propostas.

Quadro 02: Estratégias produtivas utilizadas para elevar a produção e a produtividade dos cultivos e criações entre as famílias analisadas

Resposta		Classificação da resposta
Famílias ecologistas		
Fam1	Ter um solo bem preparado	(a)
	Investir em irrigação	-
Fam2	Cuidados com o solo e plantio bem localizado	(a)
Fam3	Ter um solo bem preparado (adubação verde, esterco)	(a)
	Irrigação.	-
Fam4	Preparar bem o solo e bastante cuidado com as plantas (capinar, podar de forma correta, adubar com esterco).	(a)
Fam5	Plantar mais e cuidar bem daquilo que a gente planta (fazer tratamentos, tirar inços, fazer adubação verde, usar cama de aviário).	(a)
Fam6	Irrigação	-
	Mecanização	(b)
Fam7	Adubar bem as terras e cuidar bem das plantas (dar os tratos que as plantas necessitam).	(a)
Famílias não ecologistas		
FamA	<i>Aumentar a área, cuidar bem das plantas e animais, cuidar bem a época de dar os tratamentos</i>	(a)
	Mecanização	(b)
	<i>Dar a adubação e o tratamento correto: ver bem direitinho com os técnicos da cooperativa.</i>	(b)
	Irrigação	-
FamB	<i>Fazer análise da terra e a partir daí usar adubo e insumos de qualidade</i>	(b)
FamC	<i>"Tem que trabalhar bem, fazer os tratamentos de acordo".</i>	(a)
FamD	Uso de variedades novas e mais produtivas	(b)
FamE	Usar a adubação correta e aumentar a área de produção.	(a)
FamF	1- Aprendizagem: <i>"É necessário fazer cursos, dias de campo etc".</i> 2- Uso de insumos: <i>"Corrigir o solo é muito importante".</i>	(b)
FamG	Uso de variedades novas e mais produtivas	(b)
famH	N.R.	

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

As respostas indicam que as estratégias utilizadas pelos ecologistas referem-se principalmente à necessidade de melhorar o cuidado com o solo e com as plantas, e que na maior parte das respostas os cuidados não estiveram relacionados à utilização de técnicas e insumos adquiridos no mercado. Os cuidados com o solo baseiam-se no uso da adubação verde e do esterco, técnicas bastante

comuns na produção agroecológica em Ipê. O uso destas práticas/técnicas são opções alternativas que vêm sendo geradas no âmbito da rede e disseminadas através dos técnicos e dos agricultores. Os cuidados com as plantas vão desde a escolha de um bom lugar para o plantio até a realização de tratos culturais como podas, retirada de inços e adubações.

No grupo dos não ecologistas também foi possível identificar a estratégia de recorrência aos tratos culturais e a mesma ênfase no cuidado destacada no grupo dos ecologistas. No entanto, neste grupo foi mais freqüente o estabelecimento da relação entre o cuidado com as plantas e animais e a recorrência à utilização de conhecimentos e insumos adquiridos no mercado para melhorar a produção e a produtividade, o que pode ser ilustrado através das respostas fornecidas pelas famílias A, B, D, F e G.

Quando questionados sobre as instituições que influenciaram nas técnicas utilizadas na unidade produtiva, ambos os grupos referiram-se tanto às instituições do mercado (categoria b) quanto a fontes tradicionais ou alternativas (categoria a) (Tabela 32).

Tabela 32: Origem das técnicas utilizadas nas unidades produtivas entre as famílias analisadas (número de vezes que a instituição foi citada)

	Cooperativa	Integradora	EMATER	Secretaria da Agricultura	Câmara Fria	ONG	Associação	Vizinhos ou parentes
Famílias ecologistas		1	1			5	4	
Famílias não ecologistas	5	2	1	1	2			5
Categoria	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(a)	(a)	(a)

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Entre os não ecologistas o somatório dos apontamentos mostra que as instituições do mercado predominam como fonte/origem dos conhecimentos neste grupo. Estas foram apontadas 11 vezes pelas famílias deste grupo (somatório dos apontamentos da cooperativa, da integradora, da EMATER, da Secretaria da

Agricultura e da câmara fria)⁶⁷. Entre as instituições, a cooperativa, neste caso a Cooperativa Pradense, foi apontada por 5 famílias⁶⁸. Na categoria das fontes tradicionais ou alternativas de conhecimento os vizinhos e parentes também receberam destaque neste grupo (esta opção também foi apontada por 5 famílias).

Os ecologistas referiram-se ao Centro Ecológico (5 famílias) e às associações (4 famílias) como as principais fontes de conhecimento. Também apontaram a EMATER e a empresa integradora (já que uma das famílias ecologistas trabalha com criação integrada de aves). Considerando-se o somatório de respostas destinadas às instituições do mercado, ou mediadoras deste, *versus* o somatório de respostas destinadas ao conhecimento tradicional e alternativo, predominam estas últimas como fonte do conhecimento. Estas foram apontadas em 9 respostas (somatório dos apontamentos da ONG e da associação).

Pelo visto, entre as famílias não ecologistas o processo de trabalho agrícola tem sido influenciado tanto por instituições do mercado quanto por fontes tradicionais de saber, já que neste caso a importância atribuída às famílias da comunidade e parentes foi a mesma atribuída à cooperativa. Em relação aos ecologistas podemos ver que se por um lado a inserção na rede tem gerado tanto um afastamento das possibilidades e alternativas técnicas que o mercado e suas instituições oferecem ao processo agrícola quanto do conhecimento e saber fazer tradicional, e das possibilidades que a troca de conhecimentos com vizinhos e parentes oferece.

Sobre o plantio de tomate e de maçã, que são apontados pelos agricultores ecologistas como de alto risco, devido à incidência de pragas e doenças, os depoimentos que seguem são bastante ilustrativos desta situação:

[...]na ecologia não é que nem na produção com veneno que qualquer técnico, ou qualquer vizinho sabe dizer o que fazer e o que usar. A gente tem que experimentar, inventar coisas novas e trocar com os outros. Eu

⁶⁷ Conforme apresentado no capítulo 3 a EMATER, a Cooperativa Pradense e a Secretaria da Agricultura estiveram bastante relacionadas à introdução e disseminação da modernização agrícola em Ipê. Por este motivo estas instituições estão sendo consideradas instituições mediadoras entre os agricultores e o mercado de insumos produtivos.

⁶⁸ Já em outros momentos deste trabalho a Cooperativa Pradense foi apontada como uma instituição importante para a modernização da agricultura em Ipê.

aprendi muito com o Delvino Magro, com o CAE e com as outras famílias da ecologia[...]. (Entrevista n^o6).

[...] é uma briga. Eu digo que a gente aprende errando. Não tem nada escrito, com os vinhos não dá pra contar e os técnicos do centro ecológico tem coisa que sabem menos que a gente. A gente aprende bastante é com os outros ecologistas[...]. (Entrevista n^o5).

Diante deste vazio causado pelo afastamento do mercado e das fontes tradicionais de conhecimento, novas redes de produção de saber parecem estar se formando entre as famílias ecologistas, conforme é novamente destacado no depoimento que segue.

[...]eu fiz uns cursos no CAE, mas eu apreendi mesmo foi com o pessoal da AECIA, que já plantava tomate há mais tempo. Também aprendi fazendo. Fazia dum jeito não dava, do outro também não, e assim foi. Hoje eu digo que sei plantar tomate sem veneno. (Membro da família C, produtor de tomate[...]. Entrevista n^o3).

Até que ponto esta nova rede substitui as redes tradicionais formadas por vizinhos e parentes é uma questão que fica em aberto. Também fica em aberto se a inserção na rede alternativa e o diálogo com os técnicos da ONG têm sido suficientes para suprir a carência em assistência técnica que é estabelecida a partir do momento em que estas famílias deixam de ser público de atuação das instituições que tradicionalmente atuam junto à agricultura familiar, neste caso a cooperativa. Sem fazer nenhum juízo sobre o tipo de tecnologia disseminada por esta instituição, não podemos negar que para qualquer agricultor receber visitas, participar de dias de campo, de palestras, ou seja, receber assistência técnica, são fatos importantes, e que auxiliam no sucesso da produção.

4.1.5 O mercado como um princípio estruturante das decisões e das ações das famílias

Além da quantificação do nível de incorporação das unidades produtivas nos diferentes mercados relacionados à produção agrícola e a vida familiar, realizamos uma análise qualitativa sobre a influência do mercado como um princípio

estruturante das decisões e das ações das famílias. Para isso as famílias foram questionadas (a) sobre os fatores considerados no processo de decisão sobre o que plantar ou deixar de plantar, e (b) sobre as atividades que as famílias modificaram nos últimos 5 anos (aumentou, reduziu, introduziu ou excluiu da unidade produtiva), e os motivos que levaram a estas modificações.

Como se pode verificar no Tabela 33, os principais fatores determinantes das alterações nos sistemas de cultivo e criação nos dois grupos analisados dizem respeito por um lado a fatores relacionados ao mercado de produtos, como o preço e a demanda, e por outro à demanda de mão-de-obra exigida pela atividade.

Tabela 33: Fatores que determinaram as alterações ocorridas nas atividades agrícolas desenvolvidas nas unidades produtivas analisadas durante o período 1999-2000 a 2004-05

Fator considerado	Número de famílias	
	Ecologistas	Não Ecologistas
Existência de mercado para os produtos da atividade e preços dos produtos no mercado	6	7
A demanda de mão-de-obra exigida pela atividade	6	5
A necessidade de utilização de agrotóxicos na atividade	1	1
Relação entre custo de produção e o preço do produto		1

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Quadro 03: Alterações ocorridas nos sistemas de cultivo e criação das unidades produtivas analisadas no período 1999-2000 a 2004-05

		Redução ou abandono da atividade		Implantação ou aumento da atividade	
		Atividade	Motivo	Atividade	Motivo
Famílias ecologistas					
Fam1	Pêssego	Frutas perecíveis e plantas doentes	Gado de corte	Pouca demanda de mão-de-obra. Venda garantida. Renda freqüente	
			Produção de leite	Pouca demanda de mão-de-obra. Venda garantida. Renda freqüente	
Fam2	Milho	Para se dedicar mais à feira	Uva	Possibilidade de processamento na agroindústria da associação (demanda).	
Fam3	Soja e trigo	Substituíram por hortaliças e tomates para a feira ecológica	Tomate	Demanda elevada. Preço bom.	
Fam4	Agholini e pão	Redução de mão-de-obra na família (a filha que fazia casou).	Feijão e linhaça	Demanda elevada. Venda garantida	
	Milho e trigo	Por falta de terra e equipamento			
	Hortaliças	Menor demanda na feira			
Fam5	Porcos	Muito trabalho para o pouco consumo da família	Uva	Possibilidade de processamento na agroindústria da família (demanda).	
Fam6	Hortaliças	Pouca mão-de-obra na UP.	Pomares de maçã	Mais renda com menos necessidade de trabalho	
Fam7	Uva	Plantas doentes	Hortaliças	Demanda elevada. Venda garantida	
Famílias não ecologistas					
FamA	Porcos e vacas	Elevada demanda de mão-de-obra e baixo preço no mercado	Uva vinífera	Incentivo por parte da cooperativa: preços diferenciados, cursos etc.	
	Maçã	Falta de conhecimento técnico sobre a cultura Custo de produção elevado			
	Ameixa	Problemas fitossanitários.			
FamB	Trigo	Elevada demanda de mão-de-obra e baixo preço do produto no mercado.	Uva	Menor demanda de mão-de-obra Renda mais elevada.	
	Arroz	Elevada demanda de mão-de-obra e baixo preço do produto no mercado.			
FamC	Cebola	Baixa disponibilidade de mão-de-obra na UP. Elevação dos custos de produção.	Uva	Demanda elevada. Garantia de preço e de recebimento do valor da venda	

	Milho	Redução de mão-de-obra na UP.		
FamD	Uva	Problemas fitossanitários.	Intensificaram a produção de leite	Rendimentos freqüentes e constantes, Fácil de produzir Atividade de pouco risco.
	Maça	As variedades plantadas eram <i>muito antigas</i> .	Produção de mudas de maçã.	Grande demanda de mudas de maçã, devido à troca freqüente de variedades.
FamE	Maça	Alto custo de produção. Elevado uso de agrotóxicos. Baixo retorno econômico.		
FamF	Feijão	Baixo preço do produto no mercado.	Uva	Produto fácil de vender Resistente à seca Pouca demanda de mão-de-obra Baixa utilização de agrotóxicos.
	Ovelha	Pouca renda.	Produção de gado	Preço bom e venda garantida. Baixa necessidade de mão-de-obra.
	Cebola	Demanda elevada de mão-de-obra		
FamG	Ameixa	Fruta pouco adaptada ao clima da região.	Pêssego	Mais adaptado às condições da unidade produtiva do que a ameixa.
			Perú	Rendimentos freqüentes e garantidos Baixa demanda de mão-de-obra.
FamH	NR	NR	Maça	Preço bom e venda garantida.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

No Quadro 03 podemos observar que em todas as famílias analisadas ocorreram modificações nas atividades agrícolas, nos últimos 5 anos, e que estas alterações foram mais freqüentes entre os não ecologistas. No grupo dos ecologistas os principais motivos para a redução ou abandono de atividades estão relacionados às novas oportunidades que o mercado de produtos oferece, no caso as feiras (substituição de atividades por atividades nas quais os produtos podem ser comercializados em feiras), e a elevada exigência de mão-de-obra por parte de determinadas atividades. Entre os motivos que levaram à implantação ou ao crescimento da importância das atividades destacam-se novamente as possibilidades de comercialização e a demanda (baixa) de mão-de-obra.

No grupo dos não ecologistas a demanda de mão-de-obra também foi recorrente entre os motivos para o abandono de atividades, assim como questões relacionadas ao mercado de produtos, neste caso os baixos preços dos produtos agrícolas. Além destes, também foram citados os altos custos de produção (mercado

de insumos) e as dificuldades de manejo relacionadas com a baixa adaptação de determinados cultivos no município. Estes motivos indicam uma importante diferença entre os dois grupos. Parece que a menor dependência de insumos adquiridos no mercado por parte das famílias ecologistas vem reduzindo a influência que o custo dos insumos, e dos fatores que determinam estes custos, estabelece sobre as unidades de produção.

Em relação aos motivos para implantação ou ampliação de atividades pelos não ecologistas novamente a baixa demanda de mão-de-obra e as condições apresentadas pelo mercado foram os motivos mais citados.

Enquanto no grupo dos ecologistas os produtos destinados às feiras são os principais componentes do leque de novas alternativas produtivas, entre os não ecologistas o cultivo da uva se mostrou como o principal substituto, e assim como uma atividade produtiva em ascensão entre as famílias de não-ecologistas.

[...] a uva vai ser o futuro. Na uva o preço é mais garantido, tem várias cooperativas e cantinas que compram, tem negociação de preço. Na cebola, na maçã, no feijão quem determina o preço é o atravessador. Nos parreirais a coisa é mais organizada. A gente sente mais segurança, é gente daqui que determina as coisas. Tu vê que até os sindicatos participam da negociação do preço[...]. (Entrevista n^o 13).

Neste caso, parece que não foram somente as boas possibilidades de preço que determinaram a introdução ou ampliação desta atividade nas propriedades. Mais do que isto, as respostas sugerem que as famílias estão sendo motivadas pela possibilidade de segurança e de maior controle das relações sociais de produção que a viticultura oferece.

[...] a uva até pode não ter um preço daqueles, mas a gente sabe que sempre vai ter quem compra e que o pagamento é garantido, a gente não vende a uva pra atravessador que não sabe nem quem é, vende pra cooperativa, pra cantina, e eles são gente daqui e vão pagar, se não ninguém vende mais para eles[...]. (Entrevista n^o 12).

[...]uma vez tava ruim trabalhar com a uva. Mas depois o pessoal se organizou, eu mesmo participo de cursos e dias de campo do IBRAVIN,⁶⁹ meu pai é da comissão estadual do vinho, e coisa. Agora tá melhor tá mais organizado. Uma vez ninguém queria trabalhar com uva, era só maçã,

⁶⁹ Instituto Brasileiro do Vinho, localizado em Bento Gonçalves/RS.

pêssego, e coisa. Depois o pessoal viu que isso aí dá dinheiro, mas não é fácil produzir e nem vender. Cada dia é mais exigência, e as variedades trocam toda hora [...]. (Entrevista nº13).

Assim, podemos concluir que tanto no âmbito das famílias ecologistas quanto no âmbito das famílias não ecologistas os mercados agrícolas têm se constituído como geradores de mudanças nas unidades produtivas e nas atividades agrícolas presentes nestas unidades. Isto, pelo que parece, não tem provocado uma fusão completa entre as decisões das famílias e os fatores internos a estas. Mesmo integrada a circuitos mercantis, a relação entre a oferta de mão-de-obra familiar e a demanda das atividades continua influenciando de forma decisiva as estratégias familiares.

No caso dos não ecologistas, além do mercado de produtos, o mercado de insumos também tem exercido influência. Isto relacionado à constatação de que as mudanças ocorridas nos últimos 5 anos foram menos freqüentes entre os ecologistas nos permite inferir que a inserção na rede, ao afastar a produção do mercado de insumos e, ao mesmo tempo, inserir a produção em mercados de produtos diferenciados, está possibilitando uma maior autonomia nas unidades de produção em relação aos mercados, o que se reflete na continuidade das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias deste grupo. No que se refere ao mercado de produtos vale dizer novamente que em ambos os casos o que mais influenciou as famílias foram a possibilidade de segurança e autonomia no que se refere aos preços e à demanda dos produtos. O caso da uva é emblemático da importância que o resgate do controle, pelo menos em parte, das relações sociais de produção assume.

4.2 FONTES DE RENDA E GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA NAS FAMÍLIAS

Dentro do quadro de hipóteses que norteiam este trabalho estamos propondo que a inserção na rede alternativa promove, além de modificações nas relações estabelecidas com o mercado de insumos e produtos, uma maior diversificação das fontes de renda agrícola e não agrícola, e que esta maior diversificação, aliada à estratégia de redução da dependência do mercado de insumos, promove a elevação

dos rendimentos familiares.

A fim de confirmar esta hipótese, nesta seção, analisaremos os rendimentos familiares e a diversificação das fontes de renda, com especial interesse sobre a importância da pluriatividade na formação da renda, e sobre os tipos de pluriatividade presentes entre as famílias. Além disso, analisaremos alguns aspectos relacionados às rendas agrícolas, tais como a diversidade de atividades agrícolas e a importância da renda agrícola na formação da renda total.

A Tabela 34 apresenta, em valores absolutos, a renda total e as diferentes fontes de renda de cada família. Na Tabela 35 apresentamos as informações em valores relativos.

Em primeiro lugar podemos observar que somente em duas famílias das 15 analisadas a agricultura é a única fonte de renda. Além da agricultura, a aposentadoria rural, o aluguel de imóveis e três tipos de pluriatividade (para-agrícola, de base agrária e inter-setorial) contribuem para a formação da renda. Dentro deste contexto de diversificação a agricultura e a pluriatividade para-agrícola são as principais fontes de renda, seguidas das transferências sociais.

No que se refere às transferências sociais, representadas em todos os casos analisados pelo benefício social da aposentadoria rural, das 15 famílias analisadas 9 possuem este tipo de benefício como parte dos rendimentos familiares. Apesar de este ser mais freqüente entre os ecologistas (75% das famílias), é no grupo dos não ecologistas que a renda da aposentadoria é mais importante na formação da renda total das famílias. Enquanto entre os ecologistas que recebem o benefício a participação da aposentadoria na formação da renda total não ultrapassa 22,86% dos rendimentos familiares, entre os não ecologistas as transferências sociais em nenhum caso foram inferiores a 30,0%, sendo que em duas famílias deste grupo os rendimentos provenientes da aposentadoria superam 40% da renda total.

Tabela 34: Rendimento total (R\$) e rendimento (R\$) por fonte de renda das famílias analisadas no ano de 2005-04

	Trabalho agrícola na UP (renda bruta)	Trabalho agrícola na UP (renda líquida)	Para-agrícola	Pluri de base agrária	Pluri-inter-setorial	Transferências sociais	Aluguéis*	Renda líquida total
--	---------------------------------------	---	---------------	-----------------------	----------------------	------------------------	-----------	---------------------

Famílias ecologistas								
Fam1	40.715	35.689	6.080	-	1.550	1.560	720	45.599
Fam2	18.548	16.311	4.744	-		6.240		27.295
Fam3	24.000	16.832	5.088	1.075		-		22.995
Fam4	15.012	10.590	156	13.200		6.240		30.186
Fam5	32.075	23.976	43.700	-		3.120		70.796
Fam6	33.668	26.071	30.318	-	-	6.240		62.628
Fam7	15.525	12.195	5.055	-	-	-		17.250
Famílias não ecologistas								
famA	33.020	25.630	9.219		36.000	-		70.849
famB	7.665	3.134	465		3.500	6.240	6.240	19.579
famC	11.429	7.756				6.240		13.996
famD	66.881	41.918				-		41.918
famE	15.360	10.347				6.240		16.587
famF	10.230	3.087	3.563			6.240		12.890
famG	26.991	15.088	-	-	-	-		15.088
famH	6.028	(746)	4.404	7.503		-		11.161

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

* Aluguéis de imóveis residenciais/comerciais.

Tabela 35: Rendimento total (%) e rendimento (%) por fonte de renda das famílias analisadas no ano de 2005-04

	Trabalho agrícola na UP (renda líquida)	Para-agrícola	Pluri de base agrária	Pluri-inter-setorial	SOMA DA PLURIATIVIDADE	Transferências sociais	Aluguéis*
Famílias ecologistas							
Fam1	78,27%	13,33%	0,00%	3,40%	16,73%	3,42%	1,58%
Fam2	59,76%	17,38%	0,00%	0,00%	17,38%	22,86%	0,00%
Fam3	73,20%	22,13%	4,67%	0,00%	26,80%	0,00%	0,00%
Fam4	35,08%	0,52%	43,73%	0,00%	44,25%	20,67%	0,00%
Fam5	33,87%	61,73%	0,00%	0,00%	61,73%	4,41%	0,00%
Fam6	41,63%	48,41%	0,00%	0,00%	48,41%	9,96%	0,00%
Fam7	70,00%	30,00%	0,00%	0,00%	30,00%	0,00%	0,00%
Famílias não ecologistas							
famA	36,18%	13,01%	0,00%	50,81%	63,82%	0,00%	0,00%
famB	16,01%	2,37%	0,00%	17,88%	20,25%	31,87%	31,87%
famC	55,42%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	44,58%	0,00%
famD	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

famE	62,38%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	37,62%	0,00%
famF	23,95%	27,64%	0,00%	0,00%	27,64%	48,41%	0,00%
famG	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
famH	-6,68%	39,46%	67,23%	0,00%	106,68%	0,00%	0,00%

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

* Aluguéis de imóveis residenciais/comerciais.

Em estudo realizado pelo IPEA sobre a Previdência Social na região Sul do Brasil, foi identificado que no Rio Grande do Sul as aposentadorias rurais contribuem em média com 40% da renda domiciliar no meio rural, e que grande parte dos recursos provenientes das aposentadorias são utilizados na manutenção da atividade produtiva. Comparando os dados do IPEA com os dados encontrados neste trabalho podemos observar que os valores encontrados nas famílias não ecologistas são mais próximos da média do Rio Grande do Sul do que os valores encontrados nas famílias ecologistas.

Desta forma, podemos concluir que a inserção na rede alternativa tem possibilitado uma diferenciação entre as famílias ecologistas e não ecologistas analisadas neste trabalho, e também entre os ecologistas estudados e as demais famílias do Rio Grande do Sul. Em ambas as comparações os ecologistas mostraram-se menos dependentes do benefício da aposentadoria rural para a manutenção da família e da unidade produtiva.

A respeito da pluriatividade das 15 famílias analisadas 73,33% (11 famílias) são pluriativas. Entre os pluriativos a importância da pluriatividade na formação da renda é bastante variável, sendo que entre as famílias ecologistas esta variabilidade é menor. Neste grupo a renda da pluriatividade forma de 16,73 a 61,73% da renda total. Entre os ecologistas os valores vão de 0 a mais de 100% (caso em que os recursos da pluriatividade cobriam despesas agrícolas).

Apesar da estratégia da pluriatividade estar presente entre as famílias de ambos os grupos, é possível afirmarmos que entre os ecologistas esta estratégia é mais importante, tanto no que se refere ao número de famílias que recorrem à pluriatividade quanto à importância dos recursos gerados na formação da renda total. Entre os ecologistas 100% das famílias analisadas são pluriativas, enquanto entre os não ecologistas a pluriatividade é característica de 50% das famílias. Entre os ecologistas, em todas as famílias analisadas a renda da pluriatividade é superior

a 16,73% dos rendimentos totais, em quatro famílias é superior a 30% e em três famílias os rendimentos da pluriatividade superam 45% da renda total. Nas duas famílias de maior rendimento líquido (fam5 e fam6) a renda proveniente da pluriatividade para-agrícola ultrapassa 48% dos rendimentos familiares.

Avaliando a amostra total de famílias não ecologistas, podemos dizer que em quatro famílias a pluriatividade não contribui na formação de renda e que das quatro famílias que são pluriativas em duas a pluriatividade contribui com até 27% dos rendimentos. Nas outras duas a pluriatividade forma mais de 60% dos rendimentos, sendo que em uma delas a pluriatividade no ano agrícola 2004-2005 cobriu prejuízos da atividade agrícola. Em ambos os grupos a pluriatividade para-agrícola é o tipo mais comum, entre os ecologistas analisados todas as famílias praticam este tipo de pluriatividade.

Sobre os motivos que levam as famílias a recorrer a pluriatividade os resultados são apresentados no Quadro 04.

Quadro 04: Principais motivos que levaram as famílias a exercer a pluriatividade - Ipê, 2004/05

Tipo de pluriatividade	Para-agrícola	Agrícola fora da UP (= pluri de base agrária)	Outras não-agrícolas
Famílias ecologistas			
Fam1	Aumentar renda e aproveitamento de produtos ecológicos		
Fam2	Aumentar renda e aproveitamento de produtos ecológicos		
Fam3	Aumentar renda e aproveitamento de produtos ecológicos	Aproveitamento de mão-de-obra ociosa	
Fam5	Aumentar renda e aproveitamento de produtos ecológicos		
Fam6	Aumentar renda e aproveitamento de produtos ecológicos		
Fam7	Aumentar renda e aproveitamento de produtos ecológicos. No caso do queijo por tradição		Atividade para os filhos
Famílias não ecologistas			
FamA	Tradição		Melhorar a renda
FamB	Melhorar renda Tradição		Melhorar a renda Aproveitamento

	Alternativa as novas exigências da cooperativa (leite)		de mão-de-obra ociosa
FamC			
FamD			
FamE			
FamF	Melhorar renda Tradição Alternativa as novas exigências da cooperativa (leite)		
FamG			
FamH	Melhorar a renda	Aumentar a renda Troca de serviços por máquinas e equipamentos	Aproveitamento de mão-de-obra ociosa
		Melhorar a renda do filho	

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Em ambos os grupos a necessidade de melhorar os rendimentos familiares foi o fator mais relevante para o exercício da pluriatividade. Em somente um caso o motivo da pluriatividade foi melhorar a renda de membros individuais da família, neste caso uma família não ecologista (famH). Entre os não ecologistas também foram citadas a possibilidade de aproveitamento da mão-de-obra ociosa, principalmente no período do inverno, e a tradição familiar. No caso da transformação do leite em queijo os motivos foram relacionadas também às crescentes exigências de higiene e equipamentos, e à política de preços e de cotas que vem sendo estabelecida pelos laticínios, conforme revelam os depoimentos a seguir:

[...]deste jeito é muito mais vantagem fazer queijo e vender em Caxias. Imagina se a gente vai investir em tudo que eles querem sem ter segurança nenhuma de preço. Ainda mais que a gente mora aqui neste fundão e nem sabe quanto tempo eles vão continuar buscando o leite aqui[...] (Entrevista n^o3).

[...]a gente produz pouco e não dá pra investir muito. Aumentar a produção é difícil pois a gente é pouca gente aqui na colônia e tem as outras lavouras. Nós já fizemos uns curso pra melhorar a produção, mas a gente não quer ser produtor de leite grande. Assim o jeito é fazer o queijo. Este sempre tem quem compra[...] (Entrevista n^o9).

Esta lista de motivos corrobora com a perspectiva de Schneider (2003a),

quando este afirma que a pluriatividade pode ser uma expressão de (a) economias locais e regionais, e das condições socioculturais e políticas dos locais e regiões; (b) de relações intra-familiares; e/ou (c) de transformações sócio-econômicas estruturais. Como expressão das relações intra-familiares figuram a ociosidade de mão-de-obra familiar em alguns períodos do ano e a necessidade de possibilitar um futuro profissional para as moças e rapazes. Os baixos rendimentos que as atividades agrícolas de modo geral vêm promovendo, motivo apontado pela grande maioria das famílias pluriativas, e as modificações que vêm sendo implantadas na legislação referente à produção de leite no Brasil parecem ser expressão de transformações sócio-econômicas estruturais relacionadas às atividades agrícolas de modo geral. A tradição pode ser atribuída como expressão das condições socioculturais da região, enquanto a necessidade de aproveitamento dos produtos ecológicos não comercializados nas feiras, motivo apontado por todas as famílias ecologistas, demonstram que a pluriatividade é, entre os ecologistas, uma forte expressão de modificações econômicas provocadas pela inserção das famílias na rede alternativa.

Conforme já apontado neste trabalho, as feiras são os principais mercados de alimentos ecológicos *in natura*. Apesar de serem espaços de comercialização de uma grande variedade de produtos, as feiras não têm sido capazes de promover o escoamento de grandes volumes de produção. A comercialização de maiores quantidades é proporcionada na venda no atacado. No caso de produtos perecíveis como frutas e hortaliças a transformação em sucos, doces, polpas etc. favorece o transporte, o armazenamento e a conservação das vendas no atacado.

Quando os não ecologistas foram questionados sobre a possibilidade de investir em agroindústrias este tipo de estratégia pareceu bastante distante do universo de possibilidades de cada família.

[...] a gente nunca pensou nisto [...] (Entrevista n^o10).

[...] a gente sabe que os ecologistas trabalham com as fábricas, mas a gente não sabe nem por onde começar [...] (Entrevista n^o11).

[...] é muito gasto e parece que demora pra ganhar dinheiro. Eu tentei me informar um pouco, mas ninguém que eu perguntei sabia me dizer muita coisa direito [...] (Entrevista n^o15).

Para conhecer melhor o significado da pluriatividade para a manutenção e reprodução da unidade produtiva e do grupo doméstico é preciso indagar quem são os indivíduos pluriativos, qual a frequência que estes fornecem ajuda nas atividades dentro da propriedade e como os recursos da pluriatividade são utilizados. No Quadro 05 estas informações são apresentadas.

Quadro 05: Exercício da pluriatividade entre os membros das famílias, forma de utilização dos recursos pelos indivíduos pluriativos e frequência com que os indivíduos pluriativos fornecem ajuda nos trabalhos da propriedade

	Quem são os pluriativos			Uso dos recursos da pluriatividade		Frequência com que os pluriativos fornecem ajuda nos trabalhos da propriedade		
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Chefe + Cônjuge	Filhos	Chefe	Cônjuge	Filhos
Famílias Ecologistas								
Fam1	x	x	x	Coletivo (1)		Regularmente		Quando sobra tempo
Fam2	x	x	x	Coletivo		Regularmente		
Fam3	x	x	x	Coletivo		Regularmente	Regularmente	
Fam4	x	x	x	Coletivo		Regularmente	Não	
Fam5	x	x	x	Coletivo		Regularmente		
Fam6	x	x	x	Coletivo		Regularmente		
Fam7	x	x	x	Coletivo	Individual (2)	Regularmente		Quando há demanda específica
Famílias Não Ecologistas								
FamA	x		x	Coletivo				Regularmente
FamB			x	Coletivo	Coletivo + Individual	Regularmente		e
FamC								
FamD								
FamE		x	x	Coletivo				
FamF						Regularmente		
FamH	x	x	x	Coletivo	Individual	Regularmente	Regularmente	Regularmente e

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

(1) Recursos utilizados na manutenção da família e da unidade produtiva.

(2) Não contribui com as despesas da família e da unidade de produção.

Os dados indicam que entre as famílias pluriativas de ambos os grupos o exercício da pluriatividade não é exclusivo a um tipo de membro familiar (chefe, cônjuge e filhos), ou seja esta tanto pode ser realizada pelos cônjuge e esposa

quanto pelos filhos. Em ambos os grupos os indivíduos pluriativos auxiliam de forma regular nas atividades da unidade produtiva. Em relação ao uso dos recursos da pluriatividade os dados indicam que estes são utilizados principalmente na manutenção da família e da unidade produtiva. Em somente uma família ecologista e em uma família não ecologista a renda da pluriatividade exercida pelos filhos é utilizada apenas para a manutenção do indivíduo.

Analisando o conjunto das informações apresentadas a respeito da diversificação das fontes de renda, podemos constatar que a diversificação das fontes de renda está presente tanto entre as famílias ecologistas quanto entre os não ecologistas. Entre as estratégias de diversificação das fontes de renda as atividades não agrícolas destacam-se em ambos os grupos, mas principalmente entre os ecologistas. Pelo visto, tanto entre ecologistas quanto entre não ecologistas as estratégias não agrícolas objetivam a reprodução do grupo familiar como um todo.

Em relação aos tipos de pluriatividade exercidos pelas famílias podemos notar que a pluriatividade para-agrícola é o tipo mais comum em ambos os grupos, e que entre os ecologistas esta estratégia vem sendo utilizada pela grande maioria das famílias. Também foi possível evidenciar que a inserção na rede por um lado exige e por outro promove/estimula a maior utilização da pluriatividade para-agrícola entre as famílias. Exige porque os canais de comercialização de produtos ecológicos *in natura* não têm sido capazes de escoar quantidades elevadas de produtos, principalmente de um mesmo produto. Promove/estimula porque ao fazer parte da rede as famílias passam a estabelecer contato com famílias que já utilizam esta estratégia, com técnicos que conhecem os procedimentos, com atividades de formação sobre o tema, enfim, passam a vivenciar um universo de experiências e informações que certamente as tornam mais seguras e aptas para optar por tal estratégia. Além disso, o contato com canais de comercialização que ofertam e demandam este tipo de produto certamente contribui para o exercício desta estratégia pelas famílias.

4.2.2 A agricultura como formadora da renda das famílias

Anteriormente foi diagnosticado que somente duas famílias de todas as analisadas neste trabalho possuem a atividade agrícola como única fonte de rendimentos, e que entre os ecologistas a pluriatividade está presente entre todas as famílias aqui analisadas.

Nesta subseção analisaremos os impactos da inserção na rede sobre a agricultura enquanto formadora da renda das famílias. Aqui nos interessa saber se a inserção na rede tem sido capaz de aumentar os rendimentos agrícolas, de elevar a proporção entre os rendimentos líquidos e brutos e de aumentar a diversificação das atividades agrícolas no âmbito das unidades produtivas. Esta análise torna-se pertinente, já que o referencial teórico deste trabalho destaca a diversificação das atividades produtivas desenvolvidas por agricultores familiares, em diversas partes do mundo, como uma estratégia recorrente frente à crise agrícola que tem início nos anos 80 (PLOEG, 2006). De acordo com o autor, neste cenário emergem empresas multiprodutos, agrícolas e não agrícolas, o que segundo o autor reforça a autonomia e gera novos níveis de competitividade nas unidades produtivas.

Na tabela a seguir estão sintetizadas algumas informações a respeito da renda proveniente da agricultura e da pecuária entre as famílias estudadas.

Tabela 36: Renda agrícola nas famílias analisadas na safra 2004-05

	Trabalho agrícola na UP (renda bruta) (R\$)	Trabalho agrícola na UP (renda líquida) (R\$)	Renda líquida/Renda bruta (%)	Renda agrícola líquida/renda total (%)
Famílias ecologistas				
Fam1	40.715	35.689	87,66%	78,27%
Fam2	18.548	16.311	87,94%	59,76%
Fam3	24.000	16.832	70,13%	73,20%
Fam4	15.012	10.590	70,54%	35,08%
Fam5	32.075	23.976	74,75%	33,87%
Fam6	33.668	26.071	77,44%	41,63%
Fam7	15.525	12.195	78,55%	70,70%

Média	25.649	20.238	78,90%	51,19%
Famílias ecologistas				
famA	33.020	25.630	77,62%	36,18%
famB	7.665	3.134	40,89%	16,01%
famC	11.429	7.756	67,86%	55,42%
famD	66.881	41.918	62,68%	100,00%
famE	15.360	10.347	67,36%	62,38%
famF	10.230	3.087	30,18%	23,95%
famG	26.991	15.088	55,90%	100,00%
famH	6.028	-746	-12,38%	-6,68%
Média	22.200	13.277	59,81%	52,56%

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Em primeiro lugar podemos ver através do indicador renda agrícola líquida/renda total que existe uma diferenciação entre as famílias no que se refere à importância da agricultura na formação da renda total, mas que esta diferenciação é maior entre os não ecologistas, já que neste grupo há desde famílias que precisam retirar recursos de outras atividades para cobrir despesas com a agricultura (FamH) até casos em que a agricultura forma 100% dos rendimentos familiares. Entre os ecologistas a amplitude do intervalo é menor. Neste grupo os rendimentos provenientes da agricultura variam de 33,87% a 78,27% e em nenhuma família a agricultura é a única fonte de renda.

No que se refere ao rendimento bruto da atividade agrícola também podemos identificar uma diferenciação entre as famílias em ambos os grupos, sendo que mais uma vez esta diferenciação é maior entre os não ecologistas. Neste grupo os rendimentos agrícolas brutos variam de R\$ 6.028,00 a 66.881,00 enquanto no grupo dos ecologistas a variação é de R\$ 15.012,00 a 40.7150,00. Na média a renda bruta dos não ecologistas é inferior (R\$ 22.200,00) à renda bruta dos ecologistas (R\$25.649,00). No ano agrícola 2004-05 as famílias não ecologistas analisadas receberam rendimentos brutos da atividade agrícola na proporção de 86,55% daqueles recebidos pelos ecologistas.

Em relação aos rendimentos líquidos as diferenças entre os grupos não só permanecem como são acentuadas. No grupo dos não ecologistas os rendimentos líquidos vão de R\$ -746,00 a 41.918,00; nos ecologistas a variação ocorre entre R\$ 10.590,00 a 35.689,00. Na média, o líquido obtido pelos ecologistas foi de R\$ 20.238,00, enquanto o líquido obtido pelos não ecologistas foi de 13.277,00. Neste

caso, os não ecologistas obtiveram uma renda líquida proporcional a 65,6% daquela recebida pelas famílias ecologistas.

A partir disso podemos concluir que no ano agrícola 2004-05 os rendimentos agrícolas brutos e líquidos obtidos pelas famílias ecologistas foram superiores àqueles obtidos pelos não ecologistas, e que em relação aos rendimentos líquidos as diferenças entre os grupos se acentuam. Considerando a constatação feita anteriormente de que entre os ecologistas o CI foi menor, podemos concluir que as vantagens dos ecologistas em relação à renda agrícola líquida decorrem de duas causas: primeiro da maior entrada de recursos gerados pela atividade agrícola, e segundo pelos menores gastos com CI.

Relacionando isto com a constatação de que entre os ecologistas a superfície agrícola utilizada foi menor e que a utilização de mão-de-obra na unidade produtiva foi maior e mais intensa, podemos concluir que a inserção na rede tem gerado, além de uma maior lucratividade da atividade agrícola, uma intensificação da produção, o que ocorre em oposição aos constantes aumentos de escala característicos do processo de mercantilização da agricultura. Estas constatações estão de acordo com a afirmação de Ploeg quando este coloca que o processo de recampeneização, ou desmercantilização, caracteriza-se por uma [...] contínua intensificação (baseado em uma crescente quantidade e qualidade do trabalho), mais do que em um precipitado aumento da escala[...] (PLOEG, 2006, p. 29).

4.2.2.1 A diversificação das atividades agrícolas como estratégia de reprodução

Conforme apresentado no capítulo 3, a modernização agrícola em Ipê não foi caracterizada pela ampliação da superfície cultivada de alguns poucos cultivos, como foi o caso de outras regiões do RS, nas quais o solo agrícola foi massivamente ocupado com variedades modernas de soja, trigo e milho. Aqui a modernização agrícola, que ocorreu a partir da introdução da maçã, da ameixa e do pêssego, e mais tarde da suinocultura e da produção de frangos em integração, não

impossibilitou a permanência no âmbito das unidades produtivas, e no município de forma geral, de uma diversidade de atividades de produção agrícola, sejam elas para o mercado sejam para a subsistência das famílias.

A Tabela 37 apresenta dados sobre a produção agropecuária em Ipê, mostrando a diversidade de cultivos e criações que caracterizam a produção agropecuária deste município.

Tabela 37: Demonstrativo da produção agropecuária do município de Ipê em 2006

Produto	Área (ha)	Produtividade (Kg/ha)	Produção (Tonelada)
Leite	-	-	-
Gado bovino	24.865 Cabeças	10.088 Cabeças	-
Amendoim	15	1.000	15
Pimentão	5	4.000	20
Erva-mate	5	6.500	32,5
Fumo	17	2.000	34
Laranja	4	12.000	48
Kiwi	6	10.000	60
Bergamota	15	12.000	180
Ameixa	26	10.000	260
Feijão	300	1.200	360
Milho pipoca	110	3.500	385
Batata inglesa	40	10.000	400
Aveia	400	1.200	480
Mandioca	30	16.000	480
Caqui	50	10.000	500
Tomate	10	50.000	500
Cevada	200	3.000	600
Moranga	50	12.000	600
Morango	30	40.000	1.200
Trigo	1.200	1.200	1.440
Pêssego	150	10.000	1.500
Oleric. Ecológica	70	40.000	2.800
Alho	300	10.000	3.000
Cebola	300	12.000	3.600
Uva	330	12.000	3.960
Pocilgas DOUX F.	25 pocilgas		4.500
Olericultura	120	50.000	6.000
Soja	5.000	2.400	12.000
Maçã	550	28.000	15.400
Milho (grão)	4.500	5.000	22.500
Aviários de peru	100 aviários		24.000 cabeças
Milho (silagem)	500	60.000	30.000

Fonte: Escritório local da EMATER (2007).

De acordo com a Tabela 38, podemos observar que em ambos os grupos todas as famílias realizaram duas ou mais atividades agrícolas comerciais no ano agrícola 2004-05, mas que, conforme indicam os dados, entre os ecologistas o número atividades agrícolas com fins comerciais foi superior. Enquanto seis das sete famílias deste grupo realizaram cinco ou mais atividades comerciais, entre os não ecologistas este mesmo número de atividades comerciais foi realizado por somente quatro famílias (50% do total das famílias). As demais produzem 3 ou menos atividades destinadas ao mercado.

Tabela 38: Número de atividades agrícolas comerciais realizadas pelas famílias analisadas na safra 2004-05⁷⁰

Número de atividades	Famílias ecologistas			Famílias não ecologistas		
	Nº de famílias	%	% Acumulada	Nº de famílias	%	% Acumulada
9	2	28,6	28,6	0	0,0	0,0
8	0	0,0	0,0	1	12,5	12,5
7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
6	2	28,6	57,2	1	12,5	25,0
5	2	28,6	85,8	2	25,0	50,0
4	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
3	0	0,0	0,0	3	37,5	87,5
2	1	14,2	100,0	1	12,5	100,0
Total	7	100,0	100,0	8	100,0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Esta maior diversidade de atividades agrícolas comerciais entre as famílias ecologistas provavelmente ocorre devido ao fato de as feiras e lojas de produtos ecológicos, que são os principais canais de venda de produtos das famílias deste grupo, não somente possibilitarem como também exigirem diversidade na oferta de produtos, conforme já apontado antes, mesmo que em quantidades reduzidas. No entanto, se considerarmos que o item feira (que aparece como resposta em todas as famílias ecologistas) é um canal de venda e não uma atividade agrícola, e que neste

⁷⁰ Aqui mais uma vez toda a produção animal e vegetal destinada para a feira foi considerada como uma única atividade.

canal é comercializada uma grande diversidade de produtos, podemos concluir que o número de atividades/produtos que são destinados ao mercado é ainda maior entre os ecologistas⁷¹.

Considerando a existência de uma significativa diversidade de atividades agrícolas comerciais entre as famílias dos dois grupos, podemos afirmar que a diversificação da pauta de produtos agrícolas tem sido uma estratégia reprodutiva utilizada pelas famílias de ambos os grupos. Neste contexto a diversificação como estratégia de reprodução familiar parece ganhar força entre as famílias ecologistas, já que entre estas a produção de produtos agrícolas destinados ao mercado é maior. Neste grupo a diversificação de atividades agrícolas, aliada à redução dos gastos com as atividades de produção agrícola (consumo intermediário), resultou em rendimentos agrícolas líquidos maiores do que os rendimentos líquidos no grupo dos não ecologistas. Relacionando isto com a importância que a pluriatividade assume nas famílias ecologistas, podemos concluir que a integração da diversificação de atividades, agrícolas e não agrícolas, com a redução do consumo intermediário foi eficiente na elevação dos rendimentos das famílias ecologistas.

4.3 A INSERÇÃO NOS MERCADOS DE PRODUTOS

Ploeg (2006) e Wilkinson (1996b, 1997, 1999a, 1999b, 2000a, 200b, 2003) destacam, além da *desmercantilização* do processo produtivo e da criação de novos produtos e serviços (empresas multiprodutos), a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis como estratégias emergentes frente à crise de reprodução da agricultura familiar. Segundo Ploeg (2006, p. 39), o [...]camponês busca desmercantilizar o processo produtivo para poder ingressar de forma mais eficiente em processos específicos de mercantilização dos seus produtos[...].

A fim de avaliar se a inserção na rede tem sido capaz de promover uma inserção estrategicamente organizada nos mercados de produtos, e em que medida

⁷¹ Nas feiras em 2004-05 foram comercializadas hortaliças em geral (cebola, alho, tomate, brócolis, cenoura, beterraba, rúcula, *radicci*, couve-flor), frutas (maçã, uva, pêssego, laranja), grãos, ovos, mel, entre outros. Como calcular as quantidades comercializadas de cada produto na feira pareceu tarefa bastante difícil, pela grande diversidade e variação nas quantidades comercializadas ao longo do ano, optamos por considerá-las de forma única.

esta estratégia também vem sendo utilizada pelas famílias não ecologistas, avaliaremos os processos de comercialização de produtos das famílias ecologistas e não ecologistas no que se refere: (a) ao número de canais de comercialização utilizados; (b) ao grau em que as relações mercantis estão presentes nas negociações; (c) ao nível de gerenciamento e controle das famílias sobre os preços e sobre as condições de pagamento; (d) a forma de inserção no mercado (individual ou coletiva); e (d) aos investimentos realizados com a comercialização, no que se refere ao tempo utilizado.

Na Tabela 39, apresentamos uma síntese dos principais canais de comercialização utilizados pelas famílias analisadas. Além disso, apresentamos uma classificação destes canais em relação ao grau em que as relações mercantis predominam no comércio de produtos.

Tabela 39: Canais de comercialização utilizados pelas famílias analisadas na safra 2004-05

Canal de comercialização	Nº de famílias ecologistas que utilizam o canal	Nº de famílias não ecologistas que utilizam o canal	Grau das relações mercantis
Famílias da comunidade	1		Forte presença das relações não mercantis
Famílias de Ipê	1		
Sociedade da carne na comunidade	2		
Famílias de outras cidades		2	
Outras famílias de Ipê que industrializam produtos agrícolas	1	1	
Feira	7		Relações mercantis e não mercantis se equilibram
Loja de produtos ecológicos	2		
Açougueiros em Ipê		1	
Atravessador na comunidade	2		
Atravessador		5	Predomínio das relações mercantis
Cantina	1	2	
Cooperativa	1	5	
Câmara fria		2	
Frigorífico	1	2	
Empresa Integradora	1	2	

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

De acordo com os dados, o comércio de produtos agropecuários, no âmbito das famílias analisadas, caracteriza-se por uma grande diversidade de canais de comercialização (foram identificados 15 canais de venda de produtos). Nesta diversidade podemos identificar, por um lado, a presença do comércio com empresas integradoras, frigoríficos, câmaras frias e cooperativas, canais nos quais há um forte predomínio de relações mercantis, e sobre os quais os agricultores possuem baixa capacidade de gerenciamento e de definição dos preços e das condições de pagamento. Por outro lado, percebe-se a coexistência de canais nos quais permanecem, e até mesmo predominam, as relações personalizadas, os vínculos e as negociações de caráter não mercantil.

Os não ecologistas comercializam principalmente nos canais em que predominam os vínculos mercantis. Do total de 22 operações comerciais realizadas, 18 foram realizadas com forte presença de vínculos mercantis (81,81%). Entre os ecologistas, de um total de 20 operações comerciais realizadas na safra 2004/05, 7 (35,0%) foram realizadas através das feiras. Somando-se as lojas de produtos ecológicos⁷² (2 operações), esta porcentagem sobe para 45,0%, e se adicionarmos as vendas para atravessadores este número cresce para 45,0%⁷³. Se considerarmos ainda que 20% das operações foram realizadas naqueles canais com forte presença de relações não mercantis (famílias da comunidade, famílias de Ipê ou sociedade da carne)⁷⁴, podemos concluir que a estratégia agroecológica neste município tem

⁷² As feiras e as lojas de produtos ecológicos não estão sendo consideradas como meros espaços mercantis, mas sim como espaços de caráter misto. Nas feiras este caráter misto é determinado pela forte presença dos agricultores na gestão das feiras, através das comissões de feira, e pela proximidade entre comerciantes (agricultores feirantes) e compradores que é possível neste canal. As lojas são consideradas de caráter misto, pois em geral pertencem a agricultores ecologistas ou aparentes de agricultores ecologistas de Ipê ou outros municípios da região. Esta ligação entre os agricultores fornecedores e os proprietários das lojas certamente imprime nas negociações um conjunto de valores e considerações que extrapolam o caráter meramente mercantil.

⁷³ Aqui o atravessador é caracterizado como aquele que possui um meio de transporte e uma estrutura de beneficiamento, quando necessária, e que recolhe produtos em comunidades rurais.

⁷⁴ A sociedade da carne é formada por grupos de famílias de agricultores que algumas vezes ao ano reúnem-se para o abate comunitário, geralmente de um bovino. Esta prática, segundo relato das famílias entrevistadas, é bastante antiga, desde as fases da agricultura colonial, quando a maioria das famílias não possuía energia elétrica para o armazenamento refrigerado da carne e/ou não possuíam refrigeradores para o armazenamento da carne. Diante de melhorias que a modernização do meio rural trouxe para as famílias, como a massificação da energia elétrica e a possibilidade de aquisição de refrigeradores, muitas famílias abandonaram esta prática. Em outras, no entanto, esta prática permanece. Algumas argumentam que continuam sócias da *sociedade da carne*, pois preferem consumir carne fresca à carne congelada. Outras dizem que permanecem para não desfazer a sociedade.

possibilitado um afastamento das famílias de mercados de produtos onde há um predomínio das relações mercantis.

De acordo com a tabela apresentada anteriormente (Tabela 39), podemos ver também que os ecologistas, além dos canais alternativos, utilizam também alguns canais convencionais na comercialização dos seus produtos. Isto ocorre porque enquanto a uva, a maçã, as hortaliças e os produtos agroindustrializados são comercializados em mercados específicos para o produto ecológico, produtos como carne de boi, de porco e de ovinos, ovos e leite não possuem mercado alternativo. Na ausência de mercados alternativos estes são comercializados em canais convencionais, o que é possibilitado pela existência no município de algumas redes convencionais de produção e comercialização que operam com baixo padrão tecnológico e baixa escala de produção. Ao que parece, a mesma diversidade presente no nível de mercantilização da produção agrícola de Ipê também está presente nas redes de comercialização deste município.

Em relação ao número de canais utilizados pelas famílias podemos ver de acordo com a Tabela 40 que não há diferenças entre as famílias no que se refere ao número de canais de venda utilizados por estas. Em ambos os grupos a maior parte das famílias utilizam de 2 a 5 canais na comercialização dos seus produtos.

Tabela 40: Número de canais de comercialização utilizados pelas famílias analisadas na safra 2004-05

Número de canais	Famílias ecologistas			Famílias não Ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
1	1	14,3	14,3	0,0	0,0	0,0
2 a 3	3	42,9	57,1	6	75,0	75,0
4 a 5	2	28,6	85,7	2	25,0	100,0
6	1	14,3	100,0	0,0	0,0	100,0
Total	7	100,0	100,0	8	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Em relação à forma de comercialização, se individual ou coletiva, conforme as informações apresentadas na Tabela 42 e na Tabela 41, podemos observar que,

enquanto entre os não ecologistas há um predomínio da comercialização realizada de forma individual, já que nenhuma família realizou operações comerciais em parceria com outras famílias, entre os ecologistas a comercialização coletiva é recorrente. Neste grupo todas as famílias realizaram alguma operação comercial de forma coletiva, e em três famílias 100% das operações foram realizadas em parceria com outras famílias.

Tabela 41: Relação (%) entre operações realizadas de forma individual e coletiva na safra 2004-05 - Ipê/RS

Famílias ecologistas	Forma de realização da operação comercial	
	Individual	Coletiva
Fam1	66,7	33,3
Fam2	50,0	50,0
Fam3	0,0	100,0
Fam4	0,0	100,0
Fam5	0,0	100,0
Fam6	50,0	50,0
Fam7	50,0	50,0
Fam8	0,0	100,0
Famílias não ecologistas	Individual	Coletiva
FamA	100,0	0,0
FamB	100,0	0,0
FamC	100,0	0,0
FamD	100,0	0,0
FamE	100,0	0,0
FamF	100,0	0,0
FamG	100,0	0,0
FamH	100,0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Tabela 42: Proporção (%) de operações realizadas pelas famílias de forma coletiva na safra 2004-05 (em estratos)

Estratos (%)	Ecologistas			Não Ecologistas		
	N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada
0%	0	0,0	0,0	8	100,0	100,0
1 a 25%	0	0,0	0,0	0	0,0	100,0
26 a 50%	3	42,9	42,9	0	0,0	100,0
51 a 99%	1	14,3	57,1	0	0,0	100,0
100%	3	42,9	100,0	0	0,0	100,0
Total	7	100,0	100,0	0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Em relação à participação das famílias no estabelecimento dos valores pagos pelos produtos, podemos ver na Tabela 43 que entre os ecologistas em 71,42% das operações realizadas as famílias participaram do estabelecimento dos preços (somatório dos cinco primeiros itens na tabela).

Tabela 43: Responsável pelo estabelecimento dos preços dos produtos comercializados entre as famílias ecologistas no total das operações comerciais realizadas na safra 2004/2005

Responsável pelo estabelecimento dos preços	% das operações comerciais realizadas
Comissão de feira	28,57%
Agricultor	19,05%
Agricultor e comissão de feira	9,52%
Associação	4,76%
Negociado (a partir de preços estabelecidos pelo mercado)	9,52%
Cooperativa	4,76%
Integradora	4,76%
Frigorífico	4,76%
Determinado pelo mercado	14,29%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Entre os não ecologistas a participação dos agricultores no estabelecimento dos preços ocorreu somente em 33,33% dos casos (Tabela 44). Nas demais operações comerciais os agricultores não participaram da negociação dos preços.

Tabela 44: Responsável pelo estabelecimento dos preços dos produtos comercializados entre as famílias não ecologistas no total das operações comerciais realizadas na safra 2004/2005

Responsável pelo estabelecimento dos preços	% das operações comerciais realizadas
Negociado	33,33%
Cooperativa	29,17%
Atravessador	12,50%
Frigorífico Pastore	8,33%
Câmara fria	8,33%
Integradora	4,17%
Tabela da uva	4,17%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Em relação ao estabelecimento das condições de pagamento, conforme apresentado na Tabela 45, entre os ecologistas em 50% das operações comerciais realizadas as condições foram estabelecidas pelos agricultores e em 25% foram negociadas. Nas demais operações (25%), as condições de pagamento foram determinadas pelos compradores.

Tabela 45: Responsável pelo estabelecimento das condições de pagamento dos produtos comercializados entre as famílias ecologistas no total das operações comerciais realizadas na safra 2004/2005

Responsável pelo estabelecimento dos preços	% das operações comerciais realizadas
Agricultores	50,00%
Negociado	25,00%
Cooperativa	5,00%
Frigorífico	15,00%
Atravessador	0,00%
Cantina	0,00%
Integradora	5,00%
Câmara	0,00%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

No grupo dos não ecologistas em 4,55% das operações realizadas os agricultores estabeleceram as condições, e em 18,8% estas foram negociadas entre agricultores e compradores (Tabela 46). No restante, 77,27% dos casos, os responsáveis pelas condições de pagamento foram os compradores. Neste grupo a cooperativa destaca-se como agente determinador dos preços (em 31,82% dos casos).

Tabela 46: Responsável pelo estabelecimento das condições de pagamento dos produtos comercializados entre as famílias não ecologistas no total das operações comerciais realizadas na safra 2004/2005

Responsável pelo estabelecimento dos preços	% das operações comerciais realizadas
Agricultores	4,55%
Negociado	18,18%
Cooperativa	31,82%
Frigorífico	9,09%
Atravessador	13,64%
Cantina	4,55%
Integradora	9,09%
Câmara	9,09%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Analisando-se a Tabela 47, que apresenta o tempo utilizado pelas famílias com a comercialização dos produtos, podemos ver que há diferenças entre os grupos. Enquanto todas as famílias ecologistas utilizaram na comercialização da safra 2004/05 mais de 11% das UHTs disponíveis na unidade produtiva, nas famílias não ecologistas em cinco das oito estudadas a utilização de mão-de-obra na comercialização da safra não alcançou 0,5% das UTHs disponíveis, em duas famílias foram utilizadas de 0,5 a 1,0% das UTHs, e somente em um caso foram utilizadas mais de 5% das UTHs disponíveis.

Tabela 47: Tempo dedicado à comercialização dos produtos pelas famílias analisadas na safra 2004/2005

Família	MO total da família (UHT)	MO Contratada (UHT)	UTH agt (soma do familiar e do contratado)	Comercialização (UHT)	% comercialização sobre o total
Famílias ecologistas					
Fam1	4	0	4	0,52	13,00
Fam2	3,5	0	3,5	0,52	14,86
Fam3	4	0	4	0,69	17,33
Fam4	4,5	0,55	5,05	0,87	17,16
Fam5	4	1,95	5,95	0,69	11,65
Fam6	4	0,56	4,56	0,78	17,11
Fam7	5	0	5	0,69	13,87
Famílias não ecologistas					
FamA	2,5	0,1	2,6	0,01	0,38
FamB	4	0	4	0,01	0,29
FamC	2	0	2	0,13	6,58
FamD	3	0	3	0,01	0,01
FamE	2,5	0	2,5	0,01	0,40
FamG	3	0	3	0,02	0,67
FamH	3	0	3	0,01	0,22
Fam8	3	0,05	3,05	0,02	0,55

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Estas informações mostram que a inserção no mercado de produtos pelas famílias ecologistas e não ecologistas apresenta por um lado semelhanças e por outro diferenças. As semelhanças referem-se ao número de canais que as famílias operam, visto que na média todas as famílias, de ambos os grupos, operam em 2 a 5 canais, e ao fato de que existem alguns canais que são comuns às famílias de ambos os grupos, o que parece ocorrer em função de que no município são encontrados desde canais de comercialização altamente especializados e integrados a redes globais de circulação de mercadorias agrícolas, até canais em que predominam relações pessoais e nos quais os padrões de qualidade exigidos permitem as vendas em pequena escala.

Apesar de não haver diferenças em relação ao número de canais utilizados, foi possível identificar algumas diferenças nas características dos canais de comercialização utilizados por ecologistas e por não ecologistas e na forma com que

o processo de comercialização ocorre. Neste sentido, destacam-se as possibilidades de participação das famílias de agricultores ecologistas nas negociações estabelecidas, no que se refere à definição dos preços e das condições de pagamento. Outra diferença encontrada no processo de comercialização dos ecologistas refere-se ao nível em que as relações mercantis estão presentes no conjunto das negociações estabelecidas. Enquanto no caso das famílias não ecologistas a comercialização ocorre principalmente naqueles canais em que há um predomínio das relações mercantis (81,81% das operações em 2004-05), entre os ecologistas os canais de comercialização utilizados são principalmente aqueles em que há um predomínio de relações não mercantis, ou em que as relações mercantis e não mercantis se equilibram (78,94% das operações comerciais em 2004-05).

Observando-se as informações a respeito da forma de comercialização, se individual ou coletiva, e a respeito do tempo dedicado à comercialização, podemos ver que a maior capacidade de negociação encontrada nas relações comerciais estabelecidas pelos ecologistas está relacionada a significativos investimentos no processo de comercialização dos produtos, seja em relação ao tempo dedicado à venda dos produtos, seja em relação à inserção coletiva dos produtos no mercado.

5 CONCLUSÕES

Durante a minha trajetória profissional como agrônoma agroecologista sempre tive a agricultura familiar como público de trabalho, e neste percurso em diversos momentos tive certeza que minha formação como agrônoma não era suficiente para entender e atuar junto a este público. Diante disto assumi o compromisso de buscar uma formação que me possibilitasse novos *insights* sobre as relações existentes, e possíveis, entre o desenvolvimento rural, a agricultura familiar e a proposta agroecológica. Neste sentido sinto-me satisfeita por ter optado pela pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS e por ter realizado esta dissertação.

Quando cheguei nesse curso de mestrado uma grande indagação me acompanhava. Eu precisava compreender melhor os impactos que a proposta agroecológica estava causando na vida das famílias ecologistas. Mas eu não queria simplesmente entender os impactos econômicos, ou ambientais, o que seria o caminho mais comum para um(a) agrônomo(a). Naquele momento sentia necessidade de ir além e tentar entender como a agroecologia enquanto proposta alternativa se relaciona com as estratégias que as famílias utilizam, enquanto uma formação social coletiva, para se manter na condição de produtores rurais. Neste momento eu compreendi que a condição de agricultor familiar, que é herdada pelas famílias e que precisa ser repassada as novas gerações, é condição anterior e prioritária frente à proposta agroecológica, e que a “nossa proposta” é apenas mais uma das estratégias que esta forma social pode utilizar para se reproduzir. A partir deste *insight* constituí a problemática central deste estudo: **Em que medida a proposição agroecológica tem sido capaz de modificar as estratégias de reprodução e assim ampliar as possibilidades de reprodução social dos agricultores familiares ecologistas de Ipê/RS, consolidando-se como uma alternativa concreta a reprodução da agricultura familiar?**

Logo no início do trabalho percebemos que a estratégia metodológica escolhida (o método comparativo) nos permitiria não somente entender o estado de mercantilização das estratégias de produção e reprodução dos ecologistas, como também do grupo dos não ecologistas, o que tornou possível o estabelecimento de

duas hipóteses: uma referente aos impactos da inserção na rede e outra relativa ao nível de mercantilização da agricultura familiar como um todo.

Durante o trabalho de campo foi possível entender que em Ipê a modernização da agricultura aconteceu de forma tardia, em relação a outros municípios da região colonial italiana, localizados na Encosta da Serra do RS, e que além de fatores estruturais uma série de fatores endógenos relacionados ao repertório cultural, como o “medo do banco” e a forte aversão a riscos, influenciaram fortemente o processo de modernização da agricultura nesse município. Em função disso a agricultura que hoje encontramos em Ipê é uma agricultura diferente de outros municípios da região colonial, pois menos mercantilizada e bastante heterogênea entre si, conforme os resultados apresentados no capítulo 4 nos mostram. Assim sendo confirmamos a hipótese de que a *mercantilização das estratégias produtivas e reprodutivas em Ipê não ocorreu de forma homogênea entre as unidades familiares, mas, ao contrário disto, gerou uma diversidade de formas de relacionamento entre a agricultura e os mercados agrícolas. Neste processo, tanto no âmbito das famílias ecologistas, como no âmbito das não ecologistas, certas esferas da produção e da vida social são mantidas fora dos circuitos mercantis, permanecendo traços de camponês, ou de colono, no agricultor familiar, seja na esfera da produção, seja na da reprodução social.*

Na confirmação da hipótese os resultados de campo permitem destacar entre os não ecologistas algumas características, que certamente atribuem a estas famílias um relativo “espaço de manobra”. São elas: (a) a forte presença da herança como forma de acesso à terra; (b) a ocorrência entre algumas famílias não ecologistas de gastos com consumo intermediário em níveis que são comuns às famílias ecologistas; (c) a mão-de-obra familiar como fonte principal de trabalho; (d) a baixa dependência das famílias do crédito de custeio; (e) a forte influência que fatores internos às famílias exercem sobre aos processos de tomada de decisões; (f) a influência de redes locais de vizinhos e parentes nas técnicas utilizadas nas unidades produtivas; e (g) a boa condição de auto-suficiência alimentar existente entre as famílias. Pelo que parece no âmbito das famílias analisadas a mercantilização desenvolveu-se de forma mais efetiva na esfera da produção do que na esfera do autoconsumo.

Em relação ao mercado de produtos destacamos a relativa diversidade de produtos oferecidos e a existência, no município, de redes de comercialização nas quais os laços de proximidade ainda exercem forte influência, e que permitem o comércio local e em pequena escala.

No entanto, apesar da existência de traços comuns entre ecologistas e não ecologistas, e da manutenção entre as famílias de ambos os grupos de um certo distanciamento dos mercados, é possível afirmar, a partir da análise desenvolvida no Capítulo 4, que a inserção na rede vem promovendo entre os ecologistas alterações nos processos de inserção e dependência dos mercados.

Em relação a este novo processo de inserção e dependência dos mercados percorrido pelos ecologistas destacamos as diferenças encontradas no consumo intermediário entre os grupos. Apesar de haver uma faixa comum a ambos os grupos, podemos afirmar que o consumo intermediário entre os ecologistas foi inferior. Ao relacionarmos o consumo intermediário com a superfície agrícola utilizada na produção agropecuária foi possível observar que os ecologistas não só gastaram menos para produzir como também gastaram menos por porção de terra utilizada. Também vimos que o afastamento do mercado de insumos entre os ecologistas não ocorre de forma linear onde todos os mercados perdem importância na atividade agrícola. Neste caso foi observado que houve redução de gastos com sementes, adubos e agrotóxicos, mas que os gastos com mecanização apresentaram uma importância significativa na formação do consumo intermediário, em função da forte presença da produção de hortaliças entre as famílias ecologistas.

De forma um pouco surpreendente vimos que a imobilização de capital nas atividades produtivas entre os ecologistas foi maior. Surpreendente, pois esperávamos, conforme nos indica o referencial deste trabalho, que entre os ecologistas o capital imobilizado fosse menor, devido à menor necessidade de adaptação às constantes inovações tecnológicas geradas pela indústria a montante da agricultura. No entanto quando observamos a aplicação deste capital vimos que o maior nível de imobilização é função dos investimentos que os ecologistas vêm fazendo em estruturas, máquinas e equipamentos destinados a agroindustrialização familiar, estratégia recente, e presente em todas as famílias, e responsável por boa parte da renda familiar nesse grupo. Quando somente a atividade agrícola foi considerada a imobilização de capital entre os ecologistas foi menor e as diferenças

entre os grupos se atenuaram. Esta constatação está por sua vez diretamente relacionada à outra constatação que também nos surpreendeu: a maior inserção dos ecologistas no mercado financeiro, principalmente para a realização de investimentos, também em agroindústrias.

Pelo que parece essa diferença de capacidade de investimento, e de endividamento, é resultado da redução no consumo intermediário, o que tem possibilitado um menor comprometimento da renda bruta com o pagamento de despesas relacionadas à produção agrícola, e assim uma maior utilização dos recursos obtidos pelas famílias, ao longo do ano, tanto em investimentos quanto na aquisição de financiamentos. Esta constatação pode nos indicar uma diferenciação nas oportunidades futuras de reprodução, pois desta forma os ecologistas tenderiam a uma maior qualificação da unidade produtiva e/ou diversificação de atividades.

Em relação à mercantilização do consumo alimentar foi possível identificar que a produção para o autoconsumo, assim como o consumo total de alimentos foi maior entre as famílias e indivíduos ecologistas, o que provavelmente ocorre em função de que os mercados de produtos ecológicos, principalmente as feiras, são mercados que possibilitam e estimulam a diversificação da pauta de produtos produzidos, e assim consumidos. Este resultado é bastante interessante, pois demonstra uma situação em que a desmercantilização na esfera do consumo alimentar, não tem sido causada pelo afastamento do mercado, mas sim por modificações no mercado de produtos.

A disponibilidade e utilização de mão-de-obra familiar entre os ecologistas é superior assim como as contratações de mão-de-obra externa às famílias, sendo as atividades de agroindustrialização as que mais demandam a contratação de serviços. Apesar das atividades agrícolas ainda utilizarem a maior parte da mão-de-obra dessas famílias, vimos que as atividades de processamento (agroindustrialização) e a comercialização de produtos também têm demandado boa parte do trabalho nesse grupo. Isto pode nos indicar, por um lado, que a inserção na rede tem criado condições para a manutenção de mais pessoas nas propriedades e, assim, gerado novas oportunidades em termos de reprodução social. Por outro lado, pode indicar que os ecologistas têm ampliado o campo de possibilidades de construção de suas estratégias de reprodução ao preço de uma forte intensificação

do trabalho, principalmente em atividades ligadas ao processamento da produção e à comercialização.

Mesmo integrada a circuitos mercantis a relação entre a oferta de mão-de-obra familiar e a demanda das atividades continua influenciando de forma decisiva as estratégias familiares. Em relação à influência do mercado nas decisões, percebemos que ao contrário dos não ecologistas (sobre os quais o mercado de insumos tem exercido influência) entre os ecologistas somente o mercado de produtos foi indicado como fonte de decisão. Isto relacionado à constatação que as mudanças ocorridas nos últimos 5 anos foram menos frequentes entre os ecologistas, nos permite inferir que a inserção na rede, ao afastar a produção do mercado de insumos e, ao mesmo tempo, inserir a produção em mercados de produtos diferenciados, está possibilitando uma maior autonomia nas unidades de produção em relação aos mercados, o que se reflete na continuidade das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias deste grupo.

Em relação às fontes de renda foi possível observar que a diversificação da pauta de produtos agrícolas e não agrícolas oferecidos tem sido uma estratégia reprodutiva utilizada pelas famílias de ambos os grupos. Neste contexto a diversificação como estratégia de reprodução familiar parece ganhar força entre as famílias ecologistas, já que entre essas famílias a produção de produtos agrícolas destinados ao mercado é maior, assim como a importância da pluriatividade na formação de renda. Neste contexto de diversificação vale destacar os investimentos realizados na agroindustrialização e na comercialização dos produtos, tanto no que se refere à aplicação de recursos financeiros quanto a utilização de mão-de-obra.

Tratando-se do mercado de produtos foi possível verificar que apesar de algumas semelhanças entre os dois grupos estudados a inserção na rede vem provocando mudanças na relação com esses mercados, principalmente na qualidade dos vínculos estabelecidos. Nas famílias inseridas na rede alternativa os canais de comercialização utilizados são principalmente aqueles onde há um predomínio de relações não mercantis, ou naqueles onde as relações mercantis e não mercantis se equilibram. Nestes canais os ecologistas em geral participam de forma ativa da definição dos preços e das formas e condições de pagamento. No entanto vale observar que esta maior autonomia e capacidade de gestão está relacionada a significativos investimentos realizados no processo de

comercialização, seja em relação ao tempo dedicado a venda, seja em relação à inserção coletiva dos produtos no mercado. Estes investimentos em comercialização associados à redução do consumo intermediário e a diversificação das fontes de renda, agrícola e não agrícola (agroindústria), possibilitaram no ano agrícola 2004-2005 uma melhoria significativa nos rendimentos familiares deste grupo.

Na segunda hipótese do trabalho propomos que a inserção das famílias na rede alternativa amplia as possibilidades de reprodução social das famílias de ecologistas, na medida em que promove um processo de desmercantilização da esfera da produção, que altera a forma de vinculação das famílias com os mercados de produtos, através de uma inserção mais estrategicamente organizada, e com o mercado de trabalho, através da recorrência à pluriatividade. A partir da análise desenvolvida até aqui, podemos afirmar que esta hipótese pode ser confirmada apenas em parte, já que, se por um lado, identificamos alterações nas formas de inserção nos mercados de produtos e de trabalho, por outro, não foi possível identificar um processo de desmercantilização da esfera da produção, conforme prevíamos, o que pode ser atestado pelo maior imobilização de capital nas atividades produtivas e pela maior inserção dos ecologistas no mercado financeiro, principalmente para a realização de investimentos na unidade produtiva. Outro dado que mostra tal afirmação é o fato de que a redução dos gastos com consumo alimentar, e em consequência a menor dependência das famílias em relação ao mercados de alimentos, é efeito da maior diversidade de produtos alimentares que tem sido produzida nas unidades produtivas, em função das feiras e de outros mercados de produtos agroecológicos que estas famílias participam. Ou seja, é um processo de afastamento do mercado de alimentos gerado por uma nova forma de inserção no mercado de produtos. Estas constatações nos permitem ao final do trabalho alterar a categoria desmercantilização, inicialmente proposta, pela categoria autonomização da produção e da reprodução familiar.

A partir dos dados encontrados, e do referencial teórico utilizado, o resultado a que chego neste trabalho é que todas estas estratégias, organizadas de forma conjunta estão gerando uma autonomização da produção e da reprodução familiar, e desta forma ampliando as possibilidades de reprodução social, pelo menos a curto prazo, das famílias ecologistas estudadas.

Diversas vezes no capítulo 4 observamos que entre os não ecologistas a

heterogeneidade nos resultados foi maior (consumo intermediário, capital imobilizado, acesso ao mercado financeiro, investimentos realizados, renda bruta, renda líquida etc.). Entre os ecologistas ao contrário foi possível perceber uma menor variabilidade nos resultados dos indicadores. Considerando que a diferenciação entre famílias pode ser atribuída como uma consequência do avanço do capitalismo (aumento dos ganhos de algumas unidades produtivas associado à redução de outras), pode-se concluir que a inserção na rede está possibilitando, pelo menos entre as famílias estudadas, uma menor diferenciação social. Se esta constatação puder ser estendida a um maior número de famílias, podemos visualizar a longo prazo uma situação em que um maior número de famílias terão acesso aos recursos produtivos e aos resultados da produção.

Afirmações sobre a influência destes resultados na reprodução social intergeracional (longo prazo) da agricultura familiar necessitam de pesquisas, junto aos jovens das famílias (moças e rapazes), sobre os seus projetos profissionais e suas perspectivas em relação à sucessão hereditária do patrimônio familiar. Esta questão certamente coloca-se como uma possibilidade futura de investigação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**, 2.ed. Brasília: Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed.Unicamp, 1992.
- SEVILHA GUZMÁN, E. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre, Ed. da Universidade (UFRGS), 1997. p. 19-32.
- ALMEIDA, J. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: www.ufrgs.br/pgdr/textosparadiscucao/. Data de acesso 16 de jan. 2002.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre, Ed. da Universidade (UFRGS), 1999.
- ALMEIDA, M.W.B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n.1, v.1, p.66-83, 1986.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- ANTONELLI, P. O Estado do Rio Grande do Sul e a imigração italiana. In: DE BONI, L. A. **A Itália e o Rio Grande do Sul IV: relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas**. Caxias do Sul: EST/ UCS, 1983. p. 9-26.
- BIOLCHI, M.;SCHNEIDER, S. A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos Fee**, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p.27-42, 2003.
- BUTTEL, F. H. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.41, n.2, p.165-181, april 2001.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- Carneiro, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- _____. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA: OCUPAÇÕES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS, 2000, Londrina. **Anais:....** Londrina: IAPAR, 2000. p. 153-163.
- CANUTO, J. C. **Agricultura ecológica en Brasil: perspectivas sociológicas**. Códoba, 1998, 401p. Tese (Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia) -

Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CENTRO ECOLÓGICO. **Histórico. 2004** Disponível em : <http://www.centroecologico.org.br/historico.php>. Data do último acesso: 08.jul.2007.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso do município de Três Palmeiras/RS**. 2004. 189 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

COSTA, C. F. **Ecologia, agricultura e pequena produção: concepções e prática de uma experiência gaúcha**. 1992. 198 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 422p. Tese (Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia) - Universidad de Córdoba, España, 1998.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, Sept./Dec. 2001.

DELGADO, N. G. Capitalização e crescimento de uma grande cooperativa do Paraná: o caso da COCAMAR - 1969-82. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 65-89, abr. 1983.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Estudo de situação do município de Ipê-RS**. Ipê: Escritório Municipal da EMATER de Ipê-RS, set. 1992. 36 p.

FAO. **Seguridad alimentaria como estratégia de desarrollo rural**. 28^o Conferência Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Guatemala, abr.2004.14p.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para auto-consumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GARCIA, J. A. R. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UNB/MCT/CNPq, 1989.

GARCIA, J. A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste).

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GOODMAN, D. et al. **Da lavoura às biotecnologias.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro.** 2. ed. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1999. 152 p. (Coleção Pesquisas, 1).

_____. **O novo mundo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP, 2000. 151 p. (Série Pesquisas).

SILVA, L. O. A Lei de terras na obra de José de Sousa Martins. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH: História no Novo Milênio, 21.2001, Niterói, RJ. **História do Novo Milênio: Entre o Individual e o coletivo.** Livro de Resumos. Niterói, RJ: Associação Nacional de História/Universidade Federal Fluminense, 2001. p. 399-399.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índices.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatística/renda/censo2000>. Acesso em: 10dez.2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991.** Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995.** Rio de Janeiro, 1995-96.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar.** Campinas : Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar.** Campinas : Editora da UNICAMP, 1999.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1998. (Os Economistas).

LONG, N. Agrarian Change, neoliberalismo, and commoditization: a perspective on social value. In: HAAN, H.J.; LONG, N. (Ed.). **Imagges and realities of rural life**. Assen: Van Gorcum, 1997.

_____. Globalization and localization: new challenges to rural research. In: MOORE, Henrietta. (Ed.). **The changing nature of anthropological knowledge**. Routledge, 1996.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociología Ruralis**, Assen: Van Gorcum, v. 29, n. 3/4, 1989. p. 226-244.

_____. En búsqueda de un espacio para el cambio. Uma perspectiva sobre la sociologia del desarrollo. **Tiempos de Ciencia**, Guadalajara, n.11, p.1-10, abril./jun.1988.

_____. Commoditization and issues of social value. In: LONG, N. et al. **The commoditization debate: labour process, strategy and social network**. Wageningen: University Wageningen, 1986a. p.: 96-113.

_____. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. et al. **The commoditization debate: labour process, strategy and social network**. Wageningen: University Wageningen, 1986b. p. 6-23.

_____. **An introduction to the sociology of rural development**. Boulder, CO: Westview Press, 1977.

MARX, K. O processo de Circulação do capital. In: **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1986. Livro terceiro.

MEIRELLES, L. B. **Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar**. 2007. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br>. Acesso em: 05mai.2006.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. In.: **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.50, n.1, p. 11-24, 2003.

ORTH, M. A.; LUCATELLI, P. **Vila Ipê: 50 anos de história**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1986.

PERONDI, A. M. **As estratégias de reprodução de sítiantes do oeste de Minas Gerais e de colonos no sudoeste do Paraná**. 1999. 166p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, 1999.

PINHEIRO, S.; NASR, N. Y.; LUZ, D. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1993.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In.: SCHNEIDER, S. **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 2006. p. 13-56.

_____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development.** Assen: Van Gorcum, 2004. p. 7 - 30.

_____. Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development. **Rural Sociology**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 497-511, Oct. 2000.

_____. The Reconstitution of Locality: Technology and Labour in Modern Agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. van. (Org.). **Beyond modernization: the impact of endogenous development.** Assen: Van Gorcum, 1995. p. 19-43.

_____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: HANN, H.; PLOEG, J. D. van der (Ed.). **Endogenous regional development in Europe: theory, method and practice.** Luxembourg: Office for official publications of the european communities, 1994. p. 7- 29.

_____. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, Assen: Van Gorcum, v. 32, n. 2, p. 240-206, 1993.

_____. El processo de trabajo agricola y la mercantilizacion. In: GUSMAN, E. S. (Ed.). **Ecologia, campesinato y historia.** Madri: Piqueta, 1992a. p. 163-195.

_____. The reconstitution of locality: technology and laborur in modern agriculture. In: MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (Ed.). **Labour and locality: uneven development and the rural labour process.** London: David Fulton, 1992b. p. 19-43.

_____. **Labor, markets, and agricultural production.** Boulder, CO: Westview, 1990.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2000. Disponível em: www.pnud.org.br/atlas. Acesso em: 10out.2006.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Projeto de qualificação e promoção da Agroecologia como base para o desenvolvimento local sustentável no Sul do Brasil.** Florianópolis, 2004.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Quem somos, 2007.** Disponível em : <http://www.ecovida.org.br/quemSomos.php>. Acesso em: 08ago.2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Centro Nacional da Pesquisa do Trigo. **Macrozoneamento agroecológico e econômico do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1994. v. 2.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Transportes, 1997.

SCHIMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul.** 2001. 395p. Tese

(Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

_____. **Transição para a agroecologia na Região Sul.** Rio de Janeiro, 2002.

Disponível em: http://www.encontroagroecologia.org.br/files/Transicao_Sul.rtf.

Acesso em: 17dez.2006.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 2, mai./ago. 1997.

_____. **A dinâmica local e territorial do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul:** Um estudo de caso no município de Veranópolis na Encosta Superior da Serra do Nordeste. Porto Alegre, 2002. Relatório técnico.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003b.

_____; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, Ligia Osorio . **Terras Devolutas e Latifúndio:** (Efeitos da Lei de 1850). Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.

SANTOS, J. V. T. dos **Os Colonos do Vinho.** São Paulo: Hucitec, 1978.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO RIOGRANDE DO SUL. **Análise Diagnóstico da Agricultura de Ipê-RS.** Ijuí; ago.2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 62-87, 2003.

_____. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.

_____. Agricultura Familiar e Mercados Velhos e Novos. In: SEMINÁRIO REGIONAL MEIO AMBIENTE E MERCADO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O NORDESTE, 2000, Natal. Anais ...Natal:AACC,2000a. p. 25-29.

_____. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, V. 1, n. 3, p. 21-30, jul/set. 2000b.

_____. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45, 1999a.

_____. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 64-80, 1999b.

_____. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 33-49, 1997.

_____. Sociologia econômica e agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 81-90, 1996a.

_____. Mercosul e globalização: novos padrões de concorrência agroalimentar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 90-112, 1996b.

_____. Integração regional e o setor agroalimentar dos países do mercosul: a produção alimentar na encruzilhada. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 1, p.155-184, 1996c.

_____. Ajustamento a um sistema agroalimentar orientado para a demanda: novos rumos para a inovação biotecnológica. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 1, p. 332-348, 1993.

_____. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. Bahia: Hucitec, 1986.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec, 1994.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA PESQUISA JUNTO AOS AGRICULTORES

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO:

Nome do entrevistado:

Localidade:

Número do questionário:

RECOMENDAÇÕES:

- Entrevistar mais de um membro da família para que eles possam complementar as informações, e observar o grau de segurança, observando se existe consenso.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA:

- Há quanto tempo à família vive na UP?
- De que forma a família teve acesso a UP?

	Área (ha)
Herança	
Compra de	
Compra de	
Doação	
Posse provisória	
Outra	

- Caso a terra tenha sido herdada em que geração a sua família começou a trabalhar estas terras?
 - () bisavós
 - () avós
 - () pais do entrevistado.

- Quais as atividades, agrícola e não agrícolas, que a família desenvolveu desde que os pais casaram?

4- Pessoas residentes na UP/ composição da família. SOMENTE MARCAR.

4.1. Residentes na UP:

Nome	Relação com o chefe	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Tipo de trabalho	Horas de trabalho/dia

(a)

1 Tempo integral
2 tempo parcial: fora e dentro da UP

3 tempo parcial na UP + trabalho doméstico
4 tempo parcial na UP + estuda
5 tempo integral fora da UP
6 somente trabalho doméstico
7 somente estuda
8 menor de 7 anos
9 Idoso: tempo parcial
10 Desempregado
11 deficiente ou inválido

4.2. Composição da família:

- Quantos filhos tem o entrevistado?
- Onde estão aqueles que não estão na UP?
- Por que saíram e com que idade?
- Há quanto tempo saíram? No que trabalham?
- Com que frequência eles visitam a UP?
- Eles estabelecem alguma relação com a produção na UP? Trabalham ou produzem alguma coisa em parceria?
- Eles receberam ou recebem auxílio da família? Que tipo de auxílio?

REPRODUÇÃO ECONÔMICA:

VARIÁVEIS:

(Variável a) ATIVIDADES PRODUTIVAS E GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NA UF.

(Variável b) FONTES DE RENDA E GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA DA UF.

FORMAS DE VERIFICAÇÃO:

1.Composição da renda familiar.

1.1. Fontes de renda da família:

Fonte de ingresso	Descrever	Membro (s) da família	R\$ no último ano agrícola (2004/2005) por mês ou ano	Há quanto tempo	Objetivo da atividade para o membro e para a família *
Trabalho agrícola na UP					
Em atividades agrícolas fora da UP (a)					
Em atividade PARA-AGRÍCOLA (b)					
Em atividade NÃO-AGRÍCOLA (c)					
Transferências sociais.					
Aluguéis de imóveis residenciais/comerciais.					
Aluguéis de máquinas e equipamentos					
Remessas de dinheiro enviadas por familiares de forma periódica					
Arrendamento de terras					
Juros de empréstimos para terceiros					

Juros de poupanças e outras aplicações financeiras					
Outras rendas					

*** QUANDO ALGÚM MEMBRO EXERCER ATIVIDADE NÃO AGRÍCOLA ENTREVISTAR INDIVIDUALMENTE PARA SABER QUAL O OBJETIVO.**

2. Atividades não agrícolas e pluriatividade:

2.1. Atividades realizadas, renda e membros da família envolvidos:

Membro da família que trabalha	Em atividades agrícolas fora da UP (a)				Em atividade PARA-AGRÍCOLA (b)					Em atividade não agrícola							
	Nº de dias	Localização (e)	Valor recebido	Há quanto tempo	Nº de dias	Localização (e)	Valor recebido	Vinculação da família com a atividade (d)	Individual ou coletiva	Há quanto tempo	Nº de dias	Localização (f)	Setor (g)	Valor recebido	Vinculação da família com a atividade (d)	Individual ou coletiva	Há quanto tempo

(a) Atividades que envolvem a participação direta na produção animal e/ou vegetal.																		
(b) Atividades que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem vegetal e animal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.																		
(c) As demais atividades.																		
(d)	1. empregado				2. proprietário				3. sócio				4. parceiro					
(e)	1. No domicílio ou UP				2. Na casa de vizinhos				3. Na unidade de processamento									
(f)	1. No domicílio ou UP				2. Na localidade onde reside				3. No centro urbano do município				4. Em outro município					
(g)	1. Indústria				2. Comércio				3. Serviços auxiliares				4. Construção civil		5. Transformação artesanal			
	6. Transporte/comunicação				7. Serviço público				8. Serviços pessoais		9. Outros							

2.2. Os membros da sua família que trabalham em ATIVIDADES AGRÍCOLAS FORA DA UP fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da UP? () sim () não

2.2.1. Se sim com que frequência?

- () regularmente
- () quando sobra tempo
- () às vezes
- () quando há demanda específica (colheita, doença, outros)
- (outra situação _____

2.3. Qual a principal razão que levou os membros a trabalharem em ATIVIDADES AGRÍCOLAS FORA DA UP?

2.4. Estes contribuem para as despesas da família e da UP? () sim () não

2.4.1. Se sim, em que é aplicada a maior parte das rendas deste tipo de atividade?

- () para investimento na UP
- () para o sustento da família
- () para aumentar o conforto da casa
- () em despesas da família de todo o tipo
- () outro _____

2.5. Os membros da sua família que trabalham em atividades NÃO AGRÍCOLAS FORA DA UP fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da UP? () sim () não

2.5.1. Se sim com que frequência?

- () regularmente
- () quando sobra tempo
- () às vezes
- () quando há demanda específica (colheita, doença, outros)
- (outra situação _____

2.6. Qual a principal razão que levou os membros a trabalharem em NÃO AGRÍCOLAS FORA DA UP?

2.7. Estes contribuem para as despesas da família e da UP? () sim () não

2.7.1. Se sim, em que é aplicada a maior parte das rendas deste tipo de atividade?

- () para investimento na UP
- () para o sustento da família
- () para aumentar o conforto da casa
- () em despesas da família de todo o tipo
- () outro _____

2.8. Os membros da sua família que trabalham em atividades PARA-AGRÍCOLA fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da UP? () sim () não

2.8.1. Se sim com que frequência?

- () regularmente
- () quando sobra tempo
- () às vezes

() quando há demanda específica (colheita, doença, outros)

(outra situação _____

2.9. Qual a principal razão que levou os membros a trabalharem em PARA-AGRÍCOLA?

2.10. Estes contribuem para as despesas da família e da UP? () sim () não

2.10.1. Se sim, em que é aplicada a maior parte das rendas deste tipo de atividade?

() para investimento na UP

() para o sustento da família

() para aumentar o conforto da casa

() em despesas da família de todo o tipo

() outro _____

(Variável c) QUAL A "LÓGICA" DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO:

FORMAS DE VERIFICAÇÃO:

3. Estrutura fundiária:

Área total da família	Área total da UP	Área em outras UP	Área total manejada	Área manejada própria	Área manejada em parceria	Área manejada arrendada	Arrendamento para terceiros	Outras formas

4. Estrutura geral do agroecossistema:

	Área atual
Área total na UP	
Superfície total manejada	
Superfície manejada imprópria para a agricultura (matas ciliares e área com inclinação maior que 45%).	
Lavoura	
Potreiro	
Roça (corte e queimada)	
Capoeira inicial	
Capoeirão	
Potreiro	
Parreiral	
Pomar	
Açudes e banhados	
Mato nativo	
Mata ciliar	
Reflorestamento	
Área total na UP	

5.4.2. Produção de origem animal:

Tipo	Quantidade produzida 2000	Quantidade produzida 2005	Quantidade Vendida	Para quem/aonde foi vendido	Preço de venda	Frequência das entradas	Consumo familiar
Leite							
Ovos							
Carne							
Peixes							

- **Quais as atividades (produção vegetal, animal ou processamento) que a família deixou de fazer nos últimos 5 anos? Por que?**
- **O que faz vocês decidirem o que plantar ou deixar de plantar?**
- **Na sua compreensão qual a melhor forma/forma mais adequada para melhorar a produção e a produtividade das lavouras e das criações?**
- **E para melhorar a renda?**

6.2. Práticas utilizadas no manejo da fertilidade e controle de adventícias:

	Nunca	As vezes	Regularmente	Próprio	Comprado	Quantidade
Adubação-orgânica (cama de aviário, composto, churume)						
Adubação organo-mineral						
Adubação verde de inverno						
Adubação verde de verão						
Vermicomposto						
Calagem (baixas dosagens: menos de 4 ton em 5 anos)						
Calagem intensiva (mais de 4 ton em 5 anos)						
Cinza no solo						
Fertilizantes de baixa solubidade (*)						
Fertilizante de alta solubilidade						
Ferti-irrigação						
Coertura morta						
Herbicidas						
Manejo do solo com tração animal						
Manejo do solo mecanizado						
Enxada rotativa ou encanteiradeira						
Capina						
Plantio direto						
Roçada						

6.3. Práticas utilizadas no manejo de pragas e doenças:

	Nunca	As vezes	Regularmente	Próprio	Comprado	Quantidade
Agrotóxicos						
Biofertilizantes caseiros						
Biofertilizantes comprados						
Pulverização com chás e extratos de plantas						
Calda bordaleza						
Calda sulfocálcica						
DIPEL						
Rotação de culturas						
Peletização de sementes						

6.4. Insumos utilizados na produção animal:

Tipo	Quantidade	Origem (aonde foi comprado)	Valor pago/unidade
Sal mineral			
Rações			
Componentes para rações			

Produtos veterinários			
Antibióticos			
Carrapaticidas			
Vacinas			
Outros insumos			

6.5. Você costuma trabalhar com consorciamento de culturas?

6.6. Nos últimos cinco anos quais tem sido os principais problemas técnicos produtivos? Como têm sido enfrentados? Qual o sucesso?

6.7. Nos últimos 5 anos você teve alguma quebra de safra que comprometesse mais de 50% da produção?

6.8. Em relação aos demais agricultores da sua comunidade suas perdas foram:

- () Maiores
 () menores
 () semelhantes.

6.9. Por quê foram maiores, menores ou semelhantes?

7. Capital imobilizado no processo produtivo e origem do capital imobilizado (máquinas, equipamentos, benfeitorias, etc).

7.1. Principais implementos e máquinas agrícolas existentes na UP:

Tipo	Unidades existentes	idade	Há quanto tempo foi adquirido	Forma de aquisição (financiado ou recurso próprio)	Comprados em associação
Micro-trator					
Trator de 51 a 85 HP					
Trator de 85 a 120 HP					
Trator mais de 120 HP					
Colheitadeira automotriz					
Trilhadeira estacionária					
Veículo utilitário					
Arado de disco					
Grade					
Arado de tração animal					
Grade de tração animal					
Enxada rotativa					
Subsolador/escarificador					
Plantadeira adubadeira					

Semeadeira					
Distribuidor de calcário					
Pulverizador estacionário com mangueira					
Pulverizador acoplado ao trator com mangueira					
Pulverizador acoplado ao trator com bicos					
Pulverizador costal de manivela					
Pulverizador costal motorizado					
Distribuidor de esterco					
Ensiladeira					
Roçadeira					
Segadeira					
Ordenhadeira					
Motor elétrico					
Motor a diesel					
Bomba hidráulica					
Carreta agrícola motorizada					
Carroça					
Enfardadeira					
Outros					

7.2 Instalações existentes na UP:

Tipo	Unidades existentes	Alvenaria ou madeira	Tamanho (m ²)	Próprio ou financiado	Estado de conservação		
					Bom	Reg.	Ruim
Moradia							
Galpão							
Estrebaria							
Aviário							
Chiqueiro							
Paiol							
Esterqueira							
Outros:							

7.3. Sobre as máquinas e equipamentos utilizados:

- Quantas horas de máquina são utilizadas na UP/ano?
- Destas quantas horas são contratadas?
- Equipamentos contratados e quantas horas/ano.

7.4. Você utiliza algum tipo de irrigação? () Sim () Não

- Se sim, que tipo? () sulco () aspersão () gotejamento
- De onde vem a água para irrigação?

8. Forma de materialização do patrimônio:

Quais os investimentos feitos nos últimos 5 anos:

Terra		Descrição	Valor	Objetivo
Terras				
Moradia na UP				
Moradia na cidade				
Reforma de moradia				
Terrenos na cidade				
Carros				
Benfeitorias na unidade de produção (construção ou reforma)				
Gado				
Poupança				
Equipamentos				
Máquinas agrícolas				
Outros:				

9.2. Qual o destino dos recursos obtidos pela família ao longo do ano. Ver ano agrícola 2004/2005?

Destino	Porcentagem do total	Valor
Pagar custeio das safras (banco)		
Pagar investimentos (que tipo de investimentos)		
Aquisição de bens móveis e imóveis (terras, casas, automóveis)		
Financiar a próxima safra		
Pagar despesas da família como alimentação, educação, saúde, etc).		
Poupança		
Outras aplicações financeiras		
Outros		

(variável e) GRAU DE MERCANTILIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO/COORDENAÇÃO DE TAREFAS:

FORMAS DE VERIFICAÇÃO:

10. Origem/fonte do trabalho na UP:

10.1. Ver item 4.1.

10.2. Distribuição/fonte do trabalho na UP:

Identificação	adultos	idosos	Jovens	crianças	empregado	Outros
Preparo do solo						
Roçada						
Plantio nas lavouras						
Colheita						
Ordenha						
Alimentação dos animais						

Horta						
Poda						
Tratamentos						
Consertos de máquinas e instalações						
Alimentação						
Comercialização						
Banco						
outras						

10.3) Sobre mão-de-obra externa a UP:

	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano ou mês	Valor total gasto
Assalariado permanente			
Empregados temporários			
Trocas de serviços com vizinhos			
Empreitada			

11. Origem/fonte dos conhecimentos técnicos e habilidades:

11.1. Com quem você aprendeu a fazer agricultura e cuidar das criações. Cite em ordem de importância?

11.2. Quem é consultado quando se precisa de uma recomendação técnica. Marcar em ordem de importância (1, 2, 3,...).

- () cooperativa
 () empresa integradora
 () EMATER
 () Secretaria da Agricultura
 () ONG
 () vizinhos ou parentes
 () associação
 () outros. Quem _____

11.3. Das pessoas e organizações abaixo quem teve maior influência em relação às técnicas utilizadas na UP? Marcar em ordem de importância (1, 2, 3,...).

- () cooperativa
 () empresa integradora
 () EMATER
 () Secretaria da Agricultura
 () ONG
 () vizinhos ou parentes
 () associação
 () outros. Quem _____

11.4. Aonde os insumos utilizados na UP são adquiridos? Marcar em ordem de importância (1, 2, 3,...).

- () cooperativa
 () empresa integradora
 () vizinhos ou parentes
 () associação
 () outros. Quem _____

11.5 Nos últimos 5 anos quais os cursos realizados pelos membros da família?

Membro	Curso	Como a família ficou sabendo?	Objetivo/motivação para a família	Quem ministrou	Incorporou na propriedade? (%)

11.6. Principais mudanças ocorridas na UP nos últimos 5 anos:

	aumentou	diminuiu	Permaneceu a mesma	Outra resposta
Na produtividade				
Incidência de pragas e doenças				
Na qualidade do produto				
No número de horas trabalhadas				
Na mecanização				
Na utilização de insumos				
Na contratação de mão-de-obra				
Nas trocas de serviço				
Na renda da família				
Despesas da produção				
Despesas com a família				
Na participação/engajamento				
Outras				

12. Sobre o consumo familiar:

12.1. Cite os bens de uso da família adquiridos nos últimos 5 anos?

12.2. Cite as principais despesas da família? % da renda anual total?

12.3. Do total que a família consome quanto é adquirido no mercado (%)? Quais os principais produtos?

DIMENSÃO AMBIENTAL:**VARIÁVEIS:**

(Variável f) NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO PROCESSO PRODUTIVO.

FORMA DE VERIFICAÇÃO:

1. Origem das práticas e insumos utilizados no manejo da fertilidade
2. Origem das práticas e insumos utilizados no controle de pragas e doenças (proteção de cultivos).
3. Origem das práticas e insumos utilizados no controle de ervas (plantas daninhas).

Serão verificados através das tabelas apresentadas no item nível de incorporação (ver item 6).

4. Origem do material.

4.1. Variedades utilizadas na UP: Ver tabela 6.1.

5. Outras formas de utilização dos recursos naturais na produção e reprodução.

5.1. Presença de atividades como sistema agroflorestal, turismo rural, geração de energia, entre outras.

Tipo de atividade	Membros da família envolvidos	Horas trabalhadas (dia/mês ou ano)	Custos	Investimentos realizados	Renda Bruta

5.2. Como esta atividade foi introduzida na UP (através de quem – pessoa ou organização).

5.3. Qual a origem dos conhecimentos utilizados nesta atividade? Quais atividades de formação foram realizadas (onde, em que instituição).

(Variável g) CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS NO PROCESSO PRODUTIVO:

FORMA DE VERIFICAÇÃO:

6. Destino dos dejetos (sólidos e líquidos).
7. Práticas de conservação do solo que são utilizadas .
8. Nos últimos anos houve redução ou elevação da cobertura florestal nas unidades de produção? Por quê?
9. Nos últimos anos houve redução ou elevação do manejo em áreas impróprias para a agricultura Por quê?
10. Origem e qualidade da água utilizada na unidade de produção (para consumo e para o processo produtivo).
- 10.1. Qual a origem da água utilizada no consumo humano:

- Poço artesiano. Por quê?
- Rio ou riacho
- Fonte
- Outra _____

10.2. Qual a origem da água utilizada para as criações:

- Poço artesiano. Por quê?
- Rio ou riacho
- Fonte
- Outra _____

10.3. Disponibilidade de água na UP:

- não supre as necessidades
- supre as necessidades atuais mas a disponibilidade é limitada
- Boa disponibilidade inclusive se o consumo aumentasse
- outra resposta. Qual _____

10.4. Tem sido realizada alguma atividade com objetivo de melhorar a disponibilidade e a qualidade da água utilizada na unidade de produção? Se sim, descrever?

DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA:

Admitindo-se que:

- (a) Relações sociais de produção são as relações que concedem os processos de produção em sua forma concreta, e que também são reproduzidas nos processo de reprodução social.
- (b) Na medida em que se eleva o nível de mercantilização às relações sociais de produção estabelecidas com os mercados e com o Estado destacam-se em relação a outras relações sociais de produção;
- (c) As relações sociais de produção estabelecidas determinam em grande parte o nível de liberdade/autonomia para exercer o controle sobre os objetos de trabalho e os meios de produção e também a distribuição das riquezas produzidas;
- (d) Ao trazer os objetos, meios e trabalho necessários, até onde é possível, para a reprodução HG os agricultores criam relações sociais de produção que maximizam seu controle sobre o processo de trabalho e permitem dirigir a produção, e manter uma grande parte da riqueza produzida.

O objetivo é analisar como são produzidas e reproduzidas as relações sociais de produção em famílias engajadas e não engajadas. Isto será verificado nos item que seguem, mas também ao longo de todo o questionário, destacando-se os itens: 3, 4, 5, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 23.

VARIÁVEIS:

- a) **(Variável h) QUAL O NÍVEL DE DEPENDÊNCIA DO ESTADO (ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS) PARA DAR CONTINUIDADE AOS CICLOS PRODUTIVOS?**

FORMA DE VERIFICAÇÃO:**1. Dependência de empréstimos e financiamento (comercialização, custeio e investimentos).**

1.1. A família utiliza crédito de custeio () sim () não. **1.2. Há quanto tempo** _____

1.3. A família utiliza crédito de investimento () sim () não. **1.4. Há quanto tempo** _____

1.5. Sobre a fonte e a utilização de empréstimos e financiamentos, no ano agrícola ?????

Finalidade (custeio, investimento comercialização)	Fonte (a)	Produto ou finalidade do investimento	Valor financiado	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (mês ou ano)

(a)

- 1 bancos
- 2 Cooperativas
- 3 Empresa integradora
- 4 Vizinhos
- 5 Parentes
- 6 Associação
- 7 Pronaf
- 8 RS-Rural
- 9 Outros

1.6. No ano agrícola 2004/2005 % dos insumos adquiridos através de custeio.

1.7) Você acha que vai ter (ou teve ?????) problema para pagar o financiamento?

() Sim

() Não

() Não sabe

1.8. Relação entre máquinas, equipamentos e benfeitorias da UP adquiridos com recursos próprios e financiados (em R\$), nos últimos 10 anos.

1.9. No último ano agrícola quanto da renda bruta foi gasto no pagamento de custeio?

1.10. No último ano agrícola quanto da renda bruta foi gasto no pagamento de investimentos na UP?

2. Dependência de benefícios sociais (aposentadorias, auxílio doença, etc).

2.1 Há aposentados e pensionistas na sua família? () sim () não

2.2. Tipo de benefício, valor e utilização no ano agrícola ????

Nome do beneficiário	Tipo de benefício (aposentadoria ou pensão)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$)

2.3. No ano agrícola 2004/2005 o dinheiro do benefício foi utilizado na UP? () sim () não

2.4. Se sim, indicar em que atividades:

() Custeio da atividade agrícola

() Investimentos na atividade agrícola

() Custeio ou investimento de outra atividade produtiva. Qual _____

() Investimento de outra atividade produtiva. Qual _____

() Outros _____

(Variável i) RELAÇÃO COM AGROINDÚSTRIAS

FORMA DE VERIFICAÇÃO:

3. Nível de dependência da renda familiar em relação à integração com agroindústrias.

3.1. A família possui algum contrato de integração? Com qual empresa? Quais produtos? Há quanto tempo?

3.2. Da renda total da família quanto % tem origem na integração? (ano agrícola)

3.3. Nos últimos 5 anos quais os investimentos realizados na UP em função da integração. Qual foi o valor? Qual a fonte dos recursos? Qual o objetivo do investimento? Este investimento melhorou a renda da família?

4. Relação entre integração e o processo de trabalho.

4.1. Quantas pessoas na UP trabalham para a integração? Quantas horas/dia/mês/ano?

4.2. Quais (as principais mudanças que ocorreram na UP (estrutura e trabalho) em função da integração?

(Variável j) RELAÇÃO COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

FORMA DE VERIFICAÇÃO: Ver na **Variável E** (Grau de mercantilização do processo de trabalho).

(Variável k) SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS.

FORMA DE VERIFICAÇÃO:

5. Grau de diversificação dos canais e gerenciamento/autonomia dos agricultores sobre a comercialização e sobre os canais de comercialização.

5.1. Descreva o processo de comercialização? Para quem (pessoas, entidades) os produtos da UP são comercializados?

5.2. A comercialização ocorre de forma individual ou coletiva?

5.3. Como os preços são estabelecidos?

5.4. Quais são e como as condições de pagamento são estabelecidas?

5.5. Quem paga frete e outras despesas de comercialização?

5.6. Nos últimos 5 anos quais os investimentos realizados para a comercialização dos produtos?

5.7. No ano agrícola 2004/2005 quantas horas/ano foram dedicadas à comercialização dos produtos?

5.8. Do preço final do produto quanto se refere os gastos com a comercialização? Ou quanto é gasto com comercialização/semana/mês/ano?

(Variável I) SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS NÃO MERCANTILIZADAS.

FORMA DE VERIFICAÇÃO:

6. Quais os processos e elementos que entram nos processos de produção e reprodução sem possuir um valor de troca?

6.1. Participação em grupos, associações e nas atividades da comunidade.

Tipo	Descrição	Objetivo	Membro da família	Tempo dedicado (por semana/mês ou ano)	Cargo ou função	Local
Na comunidade						
Associações						
Cooperativas						
STR						
Entidades de mulheres						
Entidade vinculada a Igreja						
Entidade ligada ao lazer						
Partidos políticos						
ONGs						
Órgãos governamentais						
Outros						

6.2. Relação entre mão-de-obra assalariada e não assalariada (mutirões, trocas de serviço com vizinhos, outras). Ver 12.2 e 12.3.